



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 6 N. 9 Setembro 2004



Universidade Católica Dom Bosco

Reitor Pe. José Marinoni
Pró-Reitor Acadêmico Pe. Jair Marques de Araújo
Pró-Reitor Administrativo Pe. Luilton Pouso
Editora UCDB Av. Tamandaré, 6000
Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS
Fone/Fax: (67) 312-3373
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Aparecido Francisco dos Reis
Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Eduardo José de Arruda
Emília Mariko Kashimoto

Editor Responsável

Aparecido Francisco dos Reis

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Abstracts

Barbara Ann Newman

Resúmenes

Mari Neli Dória

Revisão de Texto

Os próprios autores

Capa

Aparecido Francisco dos Reis (projeto)
Cauli Caeno Costa e Douglas Rodrigues
(fotografia)

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (USP)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)
Alicia Rivero (SERCAL)
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)
Cezar Augusto Benevides (UFMS)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)
Everson Alves Miranda (UNICAMP)
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)
Leila Christina Dias (UFSC)
Marcel Bursztyn (UNB)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)
Maria Helena Vallon (UFMS)
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)
Marília Luiza Peluso (UNB)
Mário César Leite (UFMT)
Marisa Bittar (UFSCar)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCC)
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)
Rosa Esther Rossini (USP)
Sérgio Granemann (UCB)
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 9 (Setembro 2004). Campo Grande: UCDB, 2004.
90 p. V. 6
ISSN 1518-7012
Semestral
1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

Editorial

Decorridos quatro anos de sua criação, *Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, consolida-se definitivamente no mundo globalizado de hoje, como um meio de divulgação e informação de pesquisas científicas e de experiências bem sucedidas em desenvolvimento local, deixando evidente sua aceitação nas comunidades acadêmicas e intelectuais, nacionais e internacionais.

A revista *Interações* abre-se, principalmente, à comunidade universitária e destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de promover a atualização de conhecimentos na área específica de Desenvolvimento Local.

Seguindo esse objetivo, neste número *Interações* destaca especialmente temas sobre arranjos produtivos locais e pólos de desenvolvimento local. Nesse contexto, Georges Benko faz uma avaliação das dinâmicas territoriais de governança das economias locais, a partir de duas unidades de análise: as PMI - Pequenas e Médias Indústrias e os SPL - Sistemas Produtivos Locais. Aborda os modos de governança local que emergiram no território francês, inicialmente, de maneira dinâmica e desordenada e, aos poucos, vai se aproximando dos distritos italianos. Conceitua e discute o papel exercido pelos chamados BLCC - Bens Locais Coletivos de Concorrência e pela governança nos sistemas locais de produção e na dinâmica das economias locais, sobretudo urbanas.

Também enfocando esta temática, pesquisadoras do Ceará afirmam que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem uma forma incipiente de organização mais sistêmica das pequenas empresas. O desenvolvimento do APL liga sua transformação em uma estrutura mais complexa como o Sistema Produtivo Local (SPL), em que capital social e governança são determinantes para a expansão da interdependência dos

atores envolvidos. Esse trabalho visa a estruturar uma tecnologia de mobilização dos atores, de modo a organizá-los em rede e desencadear um processo de mudança. Desse modo, conclui-se a abordagem do tema com o debate sobre as aglomerações produtivas e o desenvolvimento local a partir de uma análise crítica do desenvolvimento do pólo moveleiro do Município de Votuporanga-SP. O foco desse artigo está voltado para a avaliação da interação entre as empresas na construção de capacitação local, principalmente quanto à qualificação da mão de obra, e na difusão das inovações. Os autores partem da hipótese que o papel das empresas componentes do aglomerado produtivo não é linear, mas que estas podem dinamizar o conjunto do aglomerado bem como as economias locais, por meio da interação sistêmica entre as empresas e o "ambiente" local.

Nessa mesma linha de estratégias de desenvolvimento local, Vera Botta Ferrante e Luis Antonio Barone, procuram discutir as relações dos assentamentos com o poder local, pensado como expressão de arranjos produtivos, de gestação de novas estratégias de recusa e de aceitação a propostas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de uma nova cultura de participação no interior de São Paulo.

O segundo conjunto de artigos elabora discussões sobre o papel pedagógico da comunicação como um elemento dinamizador e propulsor do desenvolvimento local nas comunidades humanas, enfatizando as noções de religiosidade, comunitarismo e interatividade, propiciadas pelos processos comunicativos de emissoras de rádio.

Interações apresenta, ainda, excelente artigo de Paulo de Tarso Resende sobre as relações entre o ambiente de segurança nas grandes cidades e o consumo, tendo por referência, um estudo de caso feito na cidade de Belo Horizonte.

Por outro lado, pesquisadores do Mestrado em Desenvolvimento Local, na preocupação de proporcionar alternativas de desenvolvimento sustentável, fazem uma assertiva sobre o cumbaru (*Dypterix alata* Vog.). Na verdade, trata-se de uma espécie de planta muito utilizada tanto por animais quanto pelas comunidades humanas na região do cerrado, devido à sua diversificada utilização. Neste artigo, avaliou-se o desenvolvimento inicial de mudas (progênies) do cumbaru para o estabelecimento de pomares de sementes com vistas no aumento da produção de frutos. Salientam ainda, que o manejo da espécie deve conciliar, ações de conservação ambiental e de produtividade, além de proporcionar a participação da população local na aplicação das políticas de

desenvolvimento rural. Estes condicionantes contribuirão para a sustentabilidade em várias dimensões: natural, social, econômica, cultural e política.

Por fim, dedicando um espaço, já consagrado em *Interações*, aos relatos e às experiências, este número traz a importante contribuição de Issyad Ag Kato, líder do povo Tuaregue do deserto do Sahara, África. Neste relato, o autor narra a trajetória histórica do seu povo, falando de suas origens, contatos com outros povos e culturas e encerra o texto, com uma reflexão sobre as possibilidades de continuidade dessa cultura tradicional, assim como, das formas de desenvolvimento local, respeitando seu território e suas formas de sociabilidade.

Aparecido Francisco dos Reis - Editor

Índice

Distritos industriais e governança das economias locais: o caso da França	9
Industrial districts and governance of local economies: the case of France	9
<i>Demarcaciones industriales y gobernanza de las economías locales: el caso de Francia</i>	<i>9</i>
BENKO, G.	
A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança	25
The Construction of a Methodology for Action in the Local Productive Arrangements (LPAs) in the State of Ceará: Highlighting the Training and Strengthening of Social Capital and of Governance	25
<i>La construcción de una metodología de actuación en los Arreglos Productivos Locales (APLs) en el estado de Ceará: un enfoque en la formación y fortalecimiento del capital social y de la gobernanza</i>	<i>25</i>
AMORIM, M.A.	
MOREIRA, M.V.C.	
IPIRANGA, A.S.R.	
Interação entre micro, pequenas e médias empresas como estratégia de crescimento e capacitação: o pólo moveleiro de Votuporanga-SP	35
Interaction among micro, small and medium businesses as a strategy for growth and qualification: the furniture dealing center of Votuporanga – São Paulo	35
<i>Interacción entre micro, pequeñas y medianas empresas como estrategia de crecimiento y capacitación: el polo mueblista de Votuporanga-SP</i>	<i>35</i>
LORENZO, H.C.	
STIPP, M.S.M.	
Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática	43
Rural settlements on the political agenda of local development: Rhetoric and practice	43
<i>Asentamientos rurales en la agenda política del desarrollo local: la retórica y la práctica</i>	<i>43</i>
BOTTA FERRANTE, V.L.S.	
BARONE, L.A.	
A comunicação alternativa como estratégia de desenvolvimento local	51
Alternative communication as a strategy for local development	51
<i>La comunicación alternativa como estrategia de desarrollo local</i>	<i>51</i>
RUAS, C.M.S.	
BITTAR, M.	
A Rádio UCDB e o Desenvolvimento Local	59
The Radio UCDB: and the Local Development	59
<i>La Rádio UCDB y el Desarrollo Local</i>	<i>59</i>
CASTILHO, M.A.	
DEMIRDJIAN, W.	

O ambiente de segurança e seus reflexos no comportamento de consumo e no custo de transporte em regiões metropolitanas	65
The environment of security and its reflections on consumer behavior and on the cost of transport in metropolitan regions	65
<i>El ambiente de seguridad y sus reflejos en el comportamiento de consumo y en el coste de transporte en regiones metropolitanas</i>	<i>65</i>
RESENDE, P.T.V.	

Vigor de progênies de cumbaru (<i>Dipteryx alata</i> Vog.): alternativa de sustentabilidade para o assentamento Andalúcia, Nioaque, MS	73
Vigour of progenies of cumbaru (<i>Dipteryx alata</i> Vog.): sustainable alternative for the Andalúcia community, Nioaque, MS	73
<i>Vigor de progénies de cumbaru (<i>Dipteryx alata</i> Vog.): alternativa de sustentabilidad para el asentamiento Andalúcia, Nioaque, MS</i>	<i>73</i>
COSTA, R.B.	
ARRUDA, E.J.	
OLIVEIRA, L.C.	
SCHEIDT, G.N.	
ARAKAKI, A.H.	
ROA, R.A.R.	

Os recursos culturais do povo Tuaregue diante dos desafios do desenvolvimento	81
The cultural resources of the Tuaregue people before the challenges of development	81
<i>Los recursos culturales del pueblo Tuaregue frente a los desafíos del desarrollo</i>	<i>81</i>
KATO, I.A.	

Artigos

Distritos industriais e governança das economias locais: o caso da França*

Industrial districts and governance of local economies: the case of France

Demarcaciones industriales y gobernanza de las economías locales: el caso de Francia

Georges Benko**

Recebido em 23/06/04; revisado e aprovado em 30/07/04; aceito em 30/08/04.

Resumo: O artigo tem como objetivo avaliar as dinâmicas territoriais de governança das economias locais, no domínio industrial, a partir de duas unidades de análise, as PMI -Pequenas e Médias Indústrias e os SPL - Sistemas Produtivos Locais. Aborda os modos de governança local que emergiram no território francês, inicialmente, de maneira dinâmica e desordenada, mas aos poucos se aproximando dos distritos italianos. Conceitua e faz uma discussão a respeito do papel exercido pelos chamados BLCC - Bens Locais Coletivos de Concorrência fraqueza e pela governança nos sistemas locais de produção e na dinâmica das economias locais, sobretudo urbanas.

Palavras-chaves: sistemas produtivos locais; distritos industriais; bens locais coletivos.

Abstract: The article in hand aims at evaluating the territorial dynamics of governance of local economies, in the industrial domain, based on two units of analysis, the SMI - Small and Medium Industries and the LPS - Local Productive Systems. The article deals with the modes of local governance which have emerged on French territory, initially, dynamically and in a disorganized way, but little by little approaching the Italian districts. The article considers and brings up a discussion as to the role carried out by the so called LCCG - Local Collective Competitive Goods, weakness and by the governance in the local systems of production and in the dynamics of local economies, above all, the urban.

Key words: local productive systems; industrial districts; local collective goods.

Resumen: El artículo tiene como objetivo evaluar las dinámicas territoriales de gobernanza de las economías locales, en el dominio industrial, a partir de dos unidades de análisis, las PMI -Pequeñas y Medianas Industrias y los SPL - Sistemas Productivos Locales. Plantea los modos de gobernanza local que emergieron en el territorio francés, inicialmente, de manera dinámica y desordenada, pero a los pocos aproximándose a las demarcaciones italianas. Se conceptúa y se hace una discusión a respecto del papel ejercido por los llamados BLCC - Bienes Locales Colectivos de Concurrência debilidad y por la gobernanza en los sistemas locales de producción y en la dinámica de las economías locales, sobre todo urbanas.

Palabras clave: sistemas productivos locales; demarcaciones industriales; bienes locales colectivos.

1 Introdução: o contexto geral

No início do século XX, a geografia foi ensinada nas escolas primárias a partir da obra *Uma volta pela França por duas crianças* (BRUNO, 1877), André e Julien (as duas crianças) viajando de cidade em cidade, de região em região, descobrem a riqueza e a variedade da indústria francesa. Em lugares diferentes, elas observam a concentração de grande quantidade de pequenos estabelecimentos especializados, de competências acumuladas em torno de um setor de atividade: a seda de Lyon, a cutelaria em Thiers, a porcelana em Limoge, a relojoaria no Jura, etc. Tratava-se de sistemas produtivos locais. No período do pós-guerra, o Estado estimula, na França, as grandes empresas públicas e desestabiliza os setores tradicionais de atividade de pequenas e médias empresas. O contexto não foi favorável aos distritos industriais. Sua implicação prática no apoio às PME (pequenas e médias empresas) e, *a fortiori*, aos sistemas produtivos locais (SPL) observou-se

mais tardiamente. Um programa específico voltou-se para a aglomeração de empresas ou SPL, conforme a denominação oficial, a partir de 1998. Impulsionado pela Delegação para o Ordenamento do Território e para a Ação Regional (Datar)¹, envolveu diversos Ministérios. A seleção até 2004 abrangeu uma centena de projetos. A ação pública operou no nível infra-regional e local. Como essa idéia se integrou na evolução econômica contemporânea? Quais são as principais características desse programa? De que maneira foi colocada em prática e inserida nas políticas atuais de planejamento?

Houve um tempo, na França, em que se acreditava somente nas grandes firmas integradas geradas pelas elites de Estado, que organizaram a industrialização do país, desmantelaram o que restava das economias locais e organizaram de maneira vertical a integração econômica do território nacional, com o sucesso que se conhece. Os tempos mudaram tanto quanto as escalas de organização. As grandes firmas partiram para a

* Tradução: Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

** Université Panthéon-Sorbonne (gb@univ-paris1.fr).

conquista do vasto mundo, ao mesmo tempo em que os governos nacionais, como também os locais e regionais, descobriram as PMEs e as economias locais e regionais.

Essas transformações levaram a interrogações sobre a regulação e a coordenação. Os autores da “teoria da regulação” como Robert Boyer (2001, 2002) e Benjamin Coriat (CORIAT, TADDEL, 1993), particularmente, explicaram de uma forma particular (desde “Made in France”), que o recuo do Estado, na gestão da economia, privou a economia francesa de seu principal mecanismo de coordenação. Os ventos da mundialização e as estratégias das elites francesas impulsionaram grande parte das atividades das grandes empresas do setor público, a passar ao setor privado e concorrencial (SCHMIDT, 1996). A França está hoje, à procura de uma identidade “pós-dirigista”, mas ainda tateando na sua negociação e elaboração.

A dinâmica das leis de descentralização, às vezes, levou a pensar que as regiões, os territórios poderiam funcionar como “grande integrador”. As várias pesquisas aprofundadas comprovaram o insucesso da regionalização no plano econômico (LEVY, 1999; CULPEPPER, 2003, 2001), a fraqueza das regiões em termos de política econômica (LE GALES, 1993), a continuação do desmantelamento das economias locais (VELTZ, 1996), a fraqueza persistente dos sistemas industriais locais (COURAULT e TROUVÉ, 2000; GANNE, 1992) e ao contrário, a reestruturação das grandes firmas e a ascensão de um capitalismo familiar renovado (como as empresas francesas: Amaud, Pinault, Hachette, Bolloré...). As grandes firmas emanciparam-se da tutela do Estado para se consagrar às exultações de EVA (EVA- *Economic Value Added*, ver LORDON, 2000), da sedução dos fundos de pensão americanos, para a conquista de mercados exóticos e arriscados.

Durante esse tempo, a pesquisa evidenciou os paradoxos dos territórios e mostrou o interesse pelas abordagens territoriais, assim como para as análises das dinâmicas econômicas. A procura dos parâmetros que atribuíram às cidades e regiões a imagem de “regiões que ganham” (BENKO e LIPIETZ, 1992, 2000) atraiu, no entanto, o interesse de diversas disciplinas e de miríades de pes-

quisadores em todos os continentes, inclusive os regulacionistas (GILLY, PECQUEUR, 1995, 2000). Os estudos multiplicaram-se sobre os distritos industriais italianos e sua evolução, assim como para o *Silicon Valley*, os tecnopólos japoneses, singapurianos ou americanos, a indústria do cinema em Hollywood e Vancouver, os bairros de imigração especializados em têxteis, a especialização dos bairros financeiros das “cidades globais”. As abordagens emergentes foram de diferentes naturezas, mobilizando a antropologia ou a sociologia do capital social de um lado, e a economia neoclássica de Williamson, de outro. Alguns autores se apegaram às estratégias das firmas, outra à vaga noção de “proximidade”, outros ainda, passaram a privilegiar uma versão sociológica e determinista da economia (BENKO, LIPIETZ, 1992 e 2000; STORPER, 1997).

Na França, uma vez dissipadas as ilusões mecanicistas das reformas de descentralização, percebeu-se que o tecido econômico francês continuou a aprofundar sua reestruturação. Pelo lado das políticas públicas, se fosse necessário uma notificação por parte do Ministério da Indústria e das Finanças chegar-se-ia a perceber que a conversão foi brutal. Alguns, convertidos há muito tempo às virtualidades do território, dispuseram-se com entusiasmo, a contribuir para o seu desenvolvimento. A DATAR, entre outras, foi tomada de paixão pelos sistemas industriais locais à italiana e elaborou uma política, visando, antes de tudo, detectar e financiar em seguida, o desenvolvimento de distritos industriais sobre todo o território. Bons espíritos universitários colocaram-se à caça e, uma vez no controle de manipulações estatísticas, fez aparecer, como que por magia, mais de 70 sistemas industriais locais. A dúzia de fabricantes de pranchas de surfe de Biarritz é um exemplo disso: uma vez que representavam a imensa maioria da produção nacional de pranchas, tiveram direito à marca prestigiosa do distrito industrial! Outros propuseram números mais extravagantes ainda, podendo-se afirmar que a França acabou sendo recoberta de sistemas locais, para criar invejosos na Itália.

Voltando-se para essa situação de entusiasmo, esse trabalho tem por objeto as dinâmicas territoriais de governança das

economias locais, no domínio industrial, a partir de duas unidades de análise, as PMI (Pequenas e Médias Indústrias) e os sistemas produtivos locais. Sugere-se que, de uma forma limitada, mas significativa, os modos de governança local da economia emergiram no território francês, de maneira dinâmica e desordenada, entretanto, pouco se assemelhando aos distritos italianos. Propõe-se uma tentativa de explicação, ao mesmo tempo, da fraqueza dos sistemas locais de produção e da dinâmica das economias locais, sobretudo urbanas, com base na conceituação dos chamados bens locais coletivos de concorrência (BLCC) e da governança das economias locais.

2 Governança das economias locais e produção dos bens locais coletivos de concorrência

O quadro de análise apresentado nesse texto tem como ponto de partida a literatura sobre as economias locais e regionais. Sugere a análise das vantagens dadas pela proximidade, em termos de “bens locais coletivos de concorrência” para as PMEs e PMIs. Com efeito, a partir da análise da literatura, vários pontos, a serem assinalados, devem contribuir para a elaboração do referido quadro.

- Os trabalhos de economia neoclássica urbana ou regional, que privilegiam os custos de transação, para explicar as dinâmicas de aglomeração, ainda são limitados para se compreender a diversidade das dinâmicas de localização e de desenvolvimento da indústria. Não existe *one best way* para organizar as diferentes indústrias, na realidade, as formas alternativas viáveis coexistem nas diferentes economias avançadas.
- Entre os fatores explicativos das dinâmicas econômicas locais e regionais, os geógrafos e os economistas regionais dão destaque aos saberes tácitos, processos de aprendizagem, culturas especializadas, formação, serviços. Sociólogos e políticos insistem, sobretudo, a respeito das identidades locais, das redes, da confiança, das políticas públicas, da construção social e política dos mercados, das relações industriais, das colaborações entre diferentes atores, retomados sob diferentes vocábulos: governança, par-

ceria, ação coletiva, abordagem global transversal. Mais sistematicamente M. Storper (1997) ou P. Veltz (1996, 2000) destacam a produtividade das interfaces, relações e interdependências não mercantis para explicar a dinâmica dos territórios.

- Sem desgostar os gurus mais extremos da mundialização, pode-se afirmar que os processos diversos e contraditórios desta mundialização não conduzem ao esmagamento de toda diferença, ou mesmo ao espaço de fluxos, liberto de todo tipo de efeitos do espaço. Não é a tabula rasa e nem a unificação que predomina, mas o “conflito e a imbricação crescente das escalas” (VELTZ, 2000). Alguns autores sugerem que os grandes ventos da mundialização liberal destroem as bases das economias locais e regionais, que só subsistiriam à margem. Outros, ao contrário, assinalam que as economias locais e regionais, ou mais exatamente os atores que atuam no interior dessas economias dispõem de recursos suficientes para se adaptarem às novas situações e mobilizarem combinações originais de recursos, capazes de conduzir ao desenvolvimento econômico de prazo médio, ou então, a formas originais de governança local. Existem outros ainda que constataam a renovação de certas economias locais, mas, diante das pressões da mundialização, duvidam de sua capacidade de adaptação aos novos desafios.
- Além dos distritos industriais, podemos levantar a hipótese sobre um reforço das diversas formas de economias locais e regionais na Europa, paralelo aos processos de descentralização. Uma vez que os Estados-nacionais perderam uma parte de sua capacidade de comando, de estruturação da economia, não é estranho constatar que atores infra-nacionais, empreendedores políticos e econômicos percebam essa erosão das normas nacionais, para tentar, com mais ou menos sucesso, promover formas mais territorializadas de organização políticas, econômicas ou sociais (KEATING, 1997; BAGNASCO, LE GALES, 1997; LE GALES, 2003).
- Esta perspectiva requer, entretanto, não cair no fetichismo do “neo-localismo” ou da “proximidade” muito freqüentemente, invocadas de maneira deslumbrada ou

descritiva. A feroz crítica de John Lovering (1999) contra os detentores do *new localism*, lembra, de maneira útil, que os mercados não são locais, na maioria dos casos, e que as economias ditas locais são compostas, notadamente, de firmas que operam em diferentes escalas, cujos parceiros vão do local ao mundial. O interesse pelas economias locais não tem sentido, senão nesse contexto de hierarquias imbricadas e da mundialização dos mercados e das firmas. Certos grupos, firmas ou atores podem, ao contrário, trabalhar com as escalas, de modo a evitar os impactos relacionados a esse ou aquele território. A mundialização pode levar ao deslocamento do local.

• Enfim, os trabalhos comparativos sobre sistemas industriais locais na Europa, permitiram distinguir vários tipos de sistemas locais. Crouch e Trigilia (2001) propõem a distinção principalmente:

1. *Os distritos industriais*, ou redes localizadas de PME, caracterizadas por uma forte integração horizontal de PME autônomas, concentradas em localidades e especializadas em certos setores, principalmente de bens de consumo. A maioria das firmas não tem acesso direto ao consumidor, mas se encarrega de uma etapa da produção de um bem.
2. *As firmas em rede*: nesse caso, uma empresa importante desenvolve relações estreitas e relativamente estáveis, com uma rede de parceiros localizados.
3. *Concentrações ad hoc de PMEs em um território*: as concentrações de PME existem em um ou vários setores, com um fraco nível de integração horizontal e ligações de parceria com grandes firmas situadas fora do local. Muitas firmas têm acesso direto ao mercado final e as interações entre as PMEs são relativamente instáveis.

Levando em conta esses diferentes elementos, propor-se-ia aqui um quadro de análise das economias locais, em termos de governança e de produção de bens e serviços de concorrência. De fato, o caminho da "produtividade das interfaces" destacado por Veltz (2000) pode ser completado por elementos mais concretos. A atmosfera dos distritos, da qual falava o economista Alfred Marshall, pode ser analisada mais precisamente a partir de um conjunto de bens e ser-

viços, colocados à disposição e utilizados pelas PMEs/ PMIs, fenômeno que constitui uma alternativa para a integração vertical dentro de um grupo, por exemplo. Não há determinismo aqui, mas uma hipótese de trabalho. Ora, esses *bens locais coletivos de concorrência* como os chamaremos, não são produzidos ao acaso: resultam de cooperações entre firmas, de políticas públicas, de estratégias de organizações especializadas. A coordenação da produção de bens locais coletivos e de sua utilização remete a problemáticas de governança. O estudo do uso desses bens locais coletivos é um dos elos ausentes nos trabalhos sobre economias locais e proximidade, ou que de alguma forma, demonstram certos resultados gerais da pesquisa relacionada a essa literatura.

A fim de se desenvolver, as firmas têm necessidade de todo um conjunto de bens e de serviços que são fornecidos de diferentes maneiras: por outras empresas, no quadro das relações de mercado, por autoridades públicas, como por exemplo, na oferta de certas infra-estruturas, por meio da rede de empreendedores, a exemplo da obtenção de informações sobre mercados externos. Quando estes bens e serviços são acessíveis a todas as firmas, dentro de um certo contexto geográfico dado, em uma localidade, por exemplo, são qualificados de "bens coletivos locais de concorrência", doravante, chamados de bens locais coletivos. Eles constituem, concretamente, o foco principal das vantagens atribuídas pela proximidade. As formas produtivas de organização em rede, paradoxalmente, tornam as empresas, tanto quanto ou até mais dependentes do ambiente local, no seio do qual estão situadas.

No caso das pequenas e médias empresas industriais, por exemplo, as economias locais são, muitas vezes, o resultado de cooperações entre diferentes tipos de firmas complementares. Elas têm à sua disposição, bens e serviços, infra-estruturas, um aparelho de formação, clubes de empreendedores, organizações especializadas que lhes fornecem esses bens locais coletivos. Os trabalhos de inovação e sua difusão mostraram muito bem a importância desses fatores e sua dimensão local. A agregação das firmas que cooperam entre si e usam bens locais coletivos produzidos localmente, reforça a compe-

titividade do conjunto da economia local. Esta dinâmica é tão crucial, que o que se tem a fazer com as PMEs e PMIs que não têm à sua disposição os meios de produzir sozinhas os bens locais coletivos dos quais necessitam, é adquiri-los no mercado.

Estas economias locais podem ou não ser compostas de sistemas de produção mais ou menos integrados. A literatura sobre os distritos e as economias locais flexíveis desde a Terceira Itália (BECATTINI et al., 2003; PIORE e SABEL; 1984, etc.) tem ensinado que as vantagens das economias compostas de redes de PMI-PME, traduzem-se em termos de flexibilidade, inovação e capacidade de adaptação, de motivação dos empregados e empresários, de ligações com os mercados. De todo modo, os sucessivos trabalhos desenvolvidos sobre os distritos industriais, em particular (BURRONI e TRIGILIA, 2001) ou sobre economias locais de outros países europeus (COURAULT e TROUVÈ, 2000; BAGNASCO e SABEL, 1994) destacaram as fraquezas desse tipo de estruturação: a ausência de certos recursos, as dificuldades de acesso à inovação ou de sua aplicação a necessidades específicas, a ignorância dos mercados estrangeiros, a capacidade de acesso aos tipos de contratos particulares controlados por normas e, geralmente, o risco ligado ao isolamento (PYKE e SENGENBERGER, 1992).

Os dirigentes das PMEs, frequentemente, rejeitam investir nesses bens locais coletivos, processos lentos do desenvolvimento, cuja produção tem um custo e, portanto, podem beneficiar os concorrentes do mesmo território. O exemplo mais conhecido é o da formação de empregados qualificados, de grande necessidade para as PME PMIs, mas que arriscam a perder se, se envolvem com essa formação (STREECK, 1992).

A título de exemplo, foi elaborada uma lista não exaustiva de bens coletivos que podem ser necessários às PMIs para se desenvolverem:

- formação profissional dos empregados;
- recrutamento de empregados qualificados e quadros;
- informação sobre os mercados nacional e internacional;
- informação sobre os mercados emergentes;
- especialidade sobre contratos, aparecimen-

- to de ofertas e sobre as normas;
- acesso ao capital, ou a certos tipos de financiamento como o capital de risco;
- o acesso à P& D para melhoria dos produtos;
- acesso às novas tecnologias, sua utilização e conselhos técnicos;
- informação sobre as inovações, os métodos de produção, os métodos de organização;
- especialidade sobre os certificados;
- apoio jurídico e administrativo;
- acesso aos serviços onerosos (testa qualidade dos novos produtos, controle e verificação das conformidades às normas - nível nacional e internacional);
- acesso aos novos equipamentos especializados e custosos, colocados em prática;
- capacidade de fazer remontar as demandas específicas do lado das autoridades públicas;
- conselho para transmitir a empresa após a saída do fundador.

Todos esses bens e serviços podem ser produzidos de diferentes maneiras. Eles são a dimensão do coletivo, não sendo reservados a uma única empresa, nem mesmo a um grupo de empresas, em uma lógica de clube. Os trabalhadores sobre as economias locais e regionais, além dos distritos, têm sugerido que a força das economias locais compostas de PMIs, reside na criação dos modos de cooperação entre firmas que permitem a criação e utilização eficaz dos bens locais coletivos listados acima, favorecendo um modelo de desenvolvimento competitivo em relação à grande firma integrada. Quando as PMIs ficam isoladas, seja porque não estão integradas a um grupo, ou porque não têm acesso aos bens locais produzidos localmente, arriscam periclitir. A proposição é, portanto, a seguinte: a competitividade das PMI depende de seu acesso a todo um conjunto de bens e serviços reagrupados aqui sob o nome de bens locais coletivos. Se esses bens locais coletivos são frequentemente acessíveis no mercado, o acréscimo de seus custos pode, muitas vezes, torná-los inacessíveis.

Esses bens locais constituem o resultado de políticas públicas, enquanto outros são produzidos por agências especializadas ou são o resultados de cooperações inter-empresas. Para estudar esta produção, propõe-se retomar e especificar o quadro de análise

obtido dos trabalhos sobre a governança da economia e de aplicá-los à questão da produção de bens locais coletivos (CAMPBELL, HOLLINGSWORTH, LINBERG, 1991; HOLLINGSWORTH e BOYER, 1997; STREECK e SCHRITTER, 1985). No âmbito da sociologia econômica/economia política (portanto considerando ou não as questões de Estado e de governo), a abordagem em termos de governança, parte do princípio que cada sociedade moderna, pode ser analisada a partir da combinação de modos de regulação específicos. Cinco tipos ideais de regulação da economia foram identificados na literatura (CROUCH, LE GALES, TRIGILIA ET VOELKZKOW, 2001): o mercado (a concorrência), a grande firma (hierarquia), o Estado (os conflitos), a comunidade (solidariedade), a associação de empregadores (a negociação). Em relação aos trabalhos sobre essas questões, insiste-se sobre a motivação dos atores.

O mercado: o modelo de mercado tem como premissa a existência de atores racionais, cuja meta é aumentar a renda individual via troca de bens e serviços. Esse modelo supõe que os indivíduos e as firmas desejam, antes de tudo, maximizar seus lucros. Ele permite explicar a alocação de recursos em uma economia de livre concorrência. A concorrência entre pequenas entidades permite ao mercado desempenhar seu papel de coordenação entre os atores. Entretanto, a teoria tem ensinado que o mercado quase sempre é falho, no que concerne ao fornecimento de bens coletivos, aí compreendidos os bens locais coletivos de concorrência que interessa a esse trabalho. Não é sempre esse caso. O exemplo da Benetton na Itália mostra como uma grande empresa pode contribuir para a produção de bens locais coletivos, como o conselho em termos de inovação, ou quando disponibiliza informações sobre os mercados, e assim, estruturar uma rede estratégica, em escala de uma localidade ou de uma região.

A grande organização (integração vertical): esse modelo repousa sobre atores que cooperam num quadro hierárquico *top down* para atribuir os direitos e responsabilidades. A produção de bens locais coletivos é feita no quadro da integração vertical de diferentes PMIs locais, sob o controle de uma gran-

de firma e deste modo, os bens locais coletivos produzidos por este conjunto, perdem sua característica coletiva, sendo transformados em bens e serviços privados criados e colocados à disposição no interior da grande firma.

O Estado: o modelo de Estado utilizado aqui, que não é o mais sofisticado, também tem como destaque a coordenação pelo controle hierárquico e principalmente o trabalho com as dificuldades. O modelo supõe, portanto, formas de cooperação com as empresas que podem fornecer informações do conselho. Além desse modelo de Estado, destacam, sobretudo as diversas formas de agências públicas locais e centrais que cooperam com recursos políticos particulares para as empresas produzirem P&D, ou organizarem sua promoção econômica.

A comunidade: neste caso, o princípio que dirige a coordenação dos atores, repousa sobre formas de solidariedade informal, autônomas, às vezes espontâneas, organizadas em torno de unidades sociais de base, tais como a família, clã, aldeia, localidade. As motivações dos atores estão muito mais relacionadas com o pertencimento ao grupo e a valorização da relação com os outros, do que com a busca do lucro. Sucedendo o comportamento racional dos atores que conduziram às formas de falhas do mercado, a regulação comunitária veio favorecer a emergência de formas de cooperações privadas interempresas, para a criação e utilização de BLCC, tendo como base as identidades coletivas. Desse modo, os detentores do individualismo metodológico levam a observar que, muitas vezes, é difícil separar aquilo que tem o destaque da identidade, daquilo que tem o destaque da reciprocidade e do intercâmbio, uma vez que os mesmos estão, na maioria das vezes, intimamente interligados nas economias locais.

A Associação profissional – interesses organizados: este modelo de regulação foi evidenciado pelos alemães, a partir das organizações criadas para a promoção de interesses funcionais, de natureza profissional (associação de empreendedores, de profissões liberais, de sindicatos). A negociação, ou a “concertação” entre diferentes grupos de interesse, constitui o princípio diretivo de base desta regulação. Estas associações, ou

interesses organizados podem, às vezes, desempenhar o papel de “governo privado”, suscetível de fornecer bens coletivos de competição, inclusive, sobre uma base local. O modelo corporativista alemão o tem demonstrado amplamente. Estas organizações negociam acordos coletivos, em nome de seus membros, que são, em seguida, praticados internamente (STREECK e SCHMITTER, 1985). Estas associações fornecem também bens e serviços particulares a seus membros. Enfim, essas associações de PMIs, por exemplo, podem representar seus membros, junto às autoridades públicas, renovar suas demandas e obter recursos para a produção de bens locais coletivos.

Das combinações desses cinco tipos-ideais formam os modos de governança, específicos das economias locais, em parte estruturadas pelos Estados. A abordagem sobre a governança dá um destaque sobre a dimensão contingente e as ordens locais e, reconhece a diversidade das soluções institucionais, à questão da ação coletiva, da coordenação e do desenvolvimento econômico, uma vez que ainda está longe das pretensões do *one best way*. Os bens locais coletivos podem ser produzidos de modo diferente, mais ou menos governados e em diferentes níveis.

A aplicação desse quadro analítico contribui para a explicação das dinâmicas de localização dos sistemas industriais locais e de seu desenvolvimento. Assim, no caso italiano, o dinamismo dos diferentes tipos de distritos, compreende-se também pelo defeito. A fraqueza e a pouca eficácia do Estado italiano, pressionaram as PMI a contar com elas mesmas para produção de bens locais coletivos, indispensáveis ao seu desenvolvimento. De uma certa maneira, os dinâmicos sistemas industriais locais italianos explicam-se, ao mesmo tempo, pela fraqueza do Estado, pela fraqueza das associações nacionais de empreendedores e pelos fatores locais da governança neo-local, identificada por Bagnasco e Trigilia: “uma divisão particular do trabalho entre o mercado, as estruturas sociais e, em medida crescente, as estruturas políticas, divisão que permite uma flexibilidade elevada da economia e dos ajustes rápidos às variações do mercado, mas também uma redistribuição dos custos sociais e das recaídas positivas do de-

envolvimento no seio da sociedade local”² (BAGNASCO e TRIGILIA, 1992). O mercado está integrado nas sociedades locais da “Terceira Itália”. Nessas regiões, os mecanismos de mercado estão profundamente imbricados dentro das comunidades locais, das estruturas familiares (as mais importantes da Itália), das sub-culturas políticas (TRIGILIA, 1986; BAGNASCO, TRIGILIA, 1993). Analisando as transformações recentes dos sistemas e sua proliferação, ao mesmo tempo, no Norte e Noroeste, das grandes empresas fordistas e, de modo mais inesperado, no Mezzogiorno (ANIELLO, 2002).

Esse quadro analítico e teórico é utilizado para analisar os sistemas industriais locais na França e seu modo de governança. Três fatores combinam-se para criar modos de governança mais territorializados (a qualificar): a reestruturação das grandes empresas e das PMEs, a virada das políticas industriais e a retirada do Estado, as mobilizações locais em favor do desenvolvimento econômico e das PME.

3 Os sistemas produtivos locais franceses e a economia territorial

As PMIs francesas são hoje, um vasto mundo diversificado, no interior do qual, encontram-se, ao mesmo tempo, lógicas patrimoniais clássicas, de pequenas empresas robustas aos mercados limites que resistem, de sub-contratados, em massa, de jovens empresas na vanguarda de tecnologias diversas, de empresas mais importantes inovadoras e dominantes sobre nichos dos mercados mundiais (COURAULT e TROUVÉ, 2000). Esse mundo das PME PMI, redescoberto nos anos 1980, conheceu reestruturações profundas que modifica um pouco a imagem clássica da indústria francesa, organizada em torno de grandes firmas, nos seus setores especializados. Alguns elementos são necessários à análise de transformação em profundidade da governança das economias locais, principalmente.

Primeiramente alguns dados : conta-se na França com um pouco mais de 20.000 PMIs (entre 20 e 499 assalariados) que representam 53% do emprego manufatureiro, 39% do investimento, 26% das exportações (SESSI), 80% dentre eles, contam com me-

nos de 100 assalariados.

As diferentes pesquisas e estudos sobre as PMI fazem aparecer, ao mesmo tempo, os problemas clássicos da fraqueza, em termos de pesquisa e desenvolvimento, exportação, qualificação de mão-de-obra e de financiamento. Mostram igualmente, uma mudança aprofundada das estruturas e das dinâmicas de obra.

Pode-se distinguir dois tipos de zonas dinâmicas muito diferenciadas:

1) Raros sistemas produtivos locais especializados, próximos dos distritos industriais italianos. A França não é a Itália. Por estas razões que se indica previamente, a organização da economia nacional sob comando parisiense e a organização da produção dos bens coletivos de concorrência em benefício de campeões nacionais, os sistemas produtivos locais especializados constituem exceção. Os trabalhos nos anos 1980 (por exemplo, C. COURLLET para a região Rhône-Alpes) ou estes de B. COURAULT, destacaram muito bem alguns casos atípicos: Oyonnax, St Claude, o vale do I'Arve de uma parte e o que concerne ao têxtil, o Choletais, e algumas zonas das redondezas, Roanne (COURAULT, TROUVÉ, 2000), e outras em declínio ou menores, como a cutelaria de Thiers. Enfim, as zonas especializadas aparecem, por exemplo, nas matérias plásticas em Chartres e Dreux. A maior parte dos sistemas locais desapareceu, às vezes pela falta de um suporte, mais freqüentemente, pela falta de adaptação às condições do mercado.

2) A região parisiense e as capitais regionais distantes ou que se distanciaram, especialmente, Strasbourg, Toulouse, Grenoble, Montpellier, Nantes, Bordeaux, Rennes. Esse ponto é particularmente importante no caso francês: as bacias de emprego mais dinâmicas, em termos industriais, são aquelas cidades que apresentam três características: são especializadas, combinam, ao mesmo tempo, grandes e pequenas empresas e estão em pleno crescimento demográfico. As economias locais dinâmicas na França são sistemas relativamente pouco especializados, no sentido mais estrito do termo, seriam raras na maior partes dos casos, uma parte de cada um desses setores industriais encontra-se localizado na Ilha da França. Em troca, os setores industriais estão relativamente concen-

trados, como a aeroespacial de Toulouse, Bordeaux e Nantes, química na região de Lyon, Michelin em Clermont-Ferrand.

A diversificação e a complementaridade do tecido econômico das metrópoles fornece os BLCC muito diferentes daqueles dos distritos italianos. Enfim, a região parisiense comporta sempre um tecido muito denso de PME e PMI.

3) As zonas na periferia da região parisiense. Em Picardie, Nonnandie, Maine e Loire, as bacias de emprego, conhecendo taxas de crescimento relativamente elevadas, são compostas essencialmente de PMI-PME. Encontra-se o mesmo fenômeno na periferia da região de Lyon e ao redor das capitais regionais.

Os territórios, sua política, sua sociedade, sua economia, evoluem de modo relativamente lento, notadamente em sociedades que como a França, não são caracterizadas por taxas elevadas de mobilidade. As mudanças não são espetaculares e são difíceis de serem apreciadas.

As economias locais francesas, aqui no domínio industrial, não são governadas por um princípio único. A análise, em termos de governança e de BLCC, é utilizada para defender a hipótese seguinte: no interior da economia francesa, que perdeu seu princípio dominante de governança (regulação estática), as grandes empresas (hierarquia) tomaram a frente. Entretanto, a combinação dos três fatores seguintes contribuiu no surgimento de uma nova modalidade de coordenação, de modos de governança territorializados, mas que não são organizados ao redor de sistemas produtivos locais especializados; 1) o declínio das firmas industriais nacionais ligadas ao Estado; 2) a reestruturação das PMI e 3) a mobilização dos atores públicos e privados locais e regionais. Em outros termos, o modelo hierárquico dominado pelas grandes empresas, combina-se de um modo cada vez mais freqüente com formas territorializadas de governança.

Quatro modelos de governança das economias locais são identificados a partir da combinação dos tipos-ideais de regulações identificadas anteriormente, completadas pelos atores dominantes e o grau de integração horizontal territorializada.

Um primeiro modo de governança

particular subsiste à margem: aquele dos sistemas industriais locais especializados, compostos de PMI, em que a produção local das BLCC é o resultado de uma combinação de regulação comunitária e de associação de empregadores com parte do mercado e muito pouco com o Estado. Esse modelo permanece marginal na França. Manteve-se em zonas um pouco isoladas socialmente e culturalmente do resto da França, em Savoie, no Jura e nas partes do Oeste, marcadas por uma história política e cultural de oposição ao Estado. Suficientemente distantes de Paris, estas zonas guardaram recursos do tipo comunitários, que foram mobilizadas pelos empreendedores, por exemplo, no Choletais, com o suporte dos poderes locais. Esses sistemas locais sofrem, hoje, face à mudança de escala e às pressões acrescidas da concorrência que destrói progressivamente alguns de seus recursos.

Um segundo modo de governança local aparece claramente, no caso francês, aquele das rédeas de sub-contratados dominados pela grande firma, por exemplo, na indústria de automóveis ou química. Os BLCC são produzidos essencialmente pela grande firma em uma relação hierárquica.

Um terceiro modelo aparece igualmente, em numerosos casos, aquele dominado pela regulação do mercado, muito fracamente territorializado, no interior do qual nem os atores políticos, nem a associação de empregadores desempenham papel muito importante de coordenação. Nesse caso, os BLCC são pouco locais e produzidos, no seu essencial, pelo mercado. Esse caso corresponde, sem dúvida, pelo que apresenta de essencial, àquele da Ilha de França (ainda que a presença das matrizes das grandes firmas e de uma parte do núcleo da pesquisa francesa incite a nuances). A densidade do tecido de empresas de qualquer porte atribui um papel bem mais importante para a concorrência, para a regulação de mercado. É, sem dúvida, também o caso que aparecem no interior de pequenas cidades, nas quais se encontram PMIs um pouco isoladas, sem dúvida em maior número no Sudeste da França, onde as organizações de empregadores, incluídas as CCI (Câmaras de Comércio e Indústria) são particularmente fracas e os poderes locais mais divididos.

Um quarto modelo pode ser destacado, principalmente, mas não somente, nas cidades de governança territorializada, combinação da regulação de mercado, de governo (mais que de Estado), de grandes empresas, de uma aparente comunidade e associação de empregador. Ele é caracterizado por um nível muito fraco, mas em crescimento, de integração horizontal entre firmas, combinado com uma integração horizontal reforçada, em termos de estratégia de desenvolvimento econômico e da racionalização de BLCC, em uma dinâmica coletiva, em um processo bastante político. Esse modelo é o resultado dos três fatores identificados anteriormente: o suporte do Estado às PMIs e às redes de PMI, o desenvolvimento das políticas de desenvolvimento econômico locais e regionais, a fragmentação de grandes grupos.

4 A política de apoio aos sistemas produtivos locais na França

Desde 1998, o governo francês incentivou uma política de suporte aos SPL. Colocada em prática através de chamadas para projetos, ela é pouco diretiva sobre o porte, grau de maturidade e setores coletivos de empresas selecionadas. Seu “carro chefe”, a DATAR, a definiu como uma “iniciativa experimental que não visa impor um modelo conceitual” (POMMIER e BOILEVE, 2002). Desse modo, os textos oficiais adotam uma definição muito ampla do SPL, sem parâmetros quantitativos de inclusão. Eles se referem a Denis Maillat, que caracteriza o sistema produtivo (local) como “um conjunto de atividades interdependentes, tecnicamente e economicamente organizados e territorialmente aglomerados” (DATAR, 1998a).

Este programa tenta coordenar instrumentos de apoio setoriais. Ele consegue animar ações coletivas entre empresas, principalmente, graças ao impulso de estruturas locais, tais como Câmaras de Comércio e de Indústrias ou das associações específicas. Trata-se de criar uma proximidade organizada nos locais, ou onde a proximidade geográfica já existe. Seus eixos principais consistem em fazer emergir os novos SPL, encorajar as ações comuns e a tomada de consciência das vantagens dessas últimas, dentro das aglomerações de empresas. Quais são as

principais etapas de sua execução? Ver-se-á, de início, como ele se insere dentro da descentralização e se elabora graças a diversas parcerias.

A política de apoio aos SPL na descentralização: conteúdo e contexto. O apoio aos sistemas produtivos locais foi decidido no dia 15 de dezembro de 1997, quando o Comitê Interministerial de Ordenamento e Desenvolvimento do Território (CIADT), que reúne diferentes ministérios, a fim de decidir a atribuição do Fundo Nacional para o Ordenamento e o Desenvolvimento do Território (FNADT). Esta decisão tem um prazo de três anos.

Várias reuniões preparavam esta reflexão junto aos poderes públicos. Em 1996, um grupo de trabalho estudou a viabilidade dos sistemas produtivos na França, afim de “liberar as políticas públicas e específicas a executar, para contribuir a esta estruturação” (Commissariat au Plan, 1997). Sob a demanda do DATAR, o escritório de consultores Tecsa, identificou os SPL de cinco regiões, depois do conjunto do território. Em 1998, houve o confronto de enquetes conduzidas pelas Direções Regionais da Indústria, Pesquisa e Meio Ambiente (DRIRE) com as da Associação de Engenheiros, pela valorização do espaço rural (AIMVER). Graças à análise dos dados estatísticos e uma enquete local, este estudo identificou estruturas regionais que tinham um potencial para coordenar as empresas dos sistemas produtivos locais (TECSA, 1999).

Os comitês de coordenação reúnem os ministérios e organismos que participam da elaboração da política SPL. A Datar coordena essa política. Seu modo de funcionamento é, cada vez mais, contratual. No início do século XXI, ela negociou seus objetivos com as coletividades territorial, no contexto da descentralização. Isto teve repercussões fortes no apoio aos SPLs.

O ordenamento do território estaria agora, centrado sobre o desenvolvimento local, “organizado ao redor dos recursos específicos dos territórios, da dinâmica de seus atores, da compreensão de sua interdependência, da sua capacidade de produzir projetos coletivos” (LE DUC et al., 2001).

A DATAR favoreceu, desse modo, os territórios de projetos, associações espontâ-

neas saídas do nível local, tais como os SPLs ou os “pays”, ao longo dos anos de 1990. Mesmo ao conservar seu papel de coordenação das políticas públicas territoriais, sua posição dentro dos processos de ordenamento, foi menos proeminente. A política SPL traduziu mudanças no domínio do desenvolvimento territorial.

Esta primeira etapa da política foi implantada entre 1998 a julho de 2002, sustentada pelos Delegados de Ordenamento do Território, Jean-Louis Guigou e Nicolas Jacquet. Desde 2002, este deu um impulso ao conceito de pólos de excelência. Ela é coordenada por Paulette Pommier, encarregada de missão SPL e resulta de uma cooperação entre diferentes organismos, em nível nacional e regional, como o demonstra a composição dos comitês de seleção.

As orientações da política SPL são definidas por uma comissão nacional, que seleciona os dossiês retidos, logo após a chamada ao projeto. Sob a presidência de Jean-Pierre Aubert, inspetor geral da industrial, delegado interministerial sobre as reestruturações de defesa, ela reúne diversos Ministérios: Economia, Finanças e Indústria (direção da ação regional e da pequena e média indústria ou DARPMI); direção das relações econômicas exteriores ou DREE; direção das empresas comerciais, (artesanais e de serviços ou DECAS); Negócios Sociais (direção do emprego e da formação profissional ou DGEFP); Agricultura (direção das políticas econômicas e internacionais; direção do espaço rural e da floresta); Pesquisa (direção da pesquisa e da tecnologia). Estruturas universitárias como Instituto de Pesquisa Econômica em Produção e Desenvolvimento (IREP), consultores e representante de SPL estavam igualmente representados. Ela teve o poder de decisão em 1998 e 1999, mas respeitando os pontos de vista dos comitês regionais.

Esses comitês compõem-se de representantes das direções regionais dos ministérios implicados. Eles reúnem os DRIRE (economia e indústria) e DRAF (agricultura e florestas), duas personalidades externas, como também um representante do prefeito de região, ou do secretário geral dos Negócios Regionais - SGAR (DATAR, 1998a). Eles emitem pontos de vista sobre os projetos, em função do contexto regional, do grau de maturi-

dade do SPL e da qualidade do dossiê entregue. A partir de 2001, a seleção ficou somente a cargo dos atores locais (DATAR, 2001b). Os comitês. Os comitês incharam: além do DRIRE, DRAF e SGAR, apareceram o DRCA (comércio e artesanato), a DRTEFP (trabalho e formação profissional), a DRE (meio ambiente), a DRRT (pesquisa e tecnologia).

No momento das seleções, considera-se, de um lado, a concentração de atividades no mesmo setor, produto ou mercado, e de outro lado, a existência de relações interempresas, animadas por estruturas comuns. Os SPL emergem, assim, elegíveis.

As chamadas para projetos de 1998 e 1999: seleção e valores atribuídos aos SPL. Os SPLs são escolhidos, após uma chamada a projetos, para fazer emergir projetos no nível local e reduzir a intervenção dos poderes públicos centrais.

O comitê de coordenação SPL reuniu-se no outono de 1998, para estruturar os SPLs existentes, principalmente através de ações coletivas. A organização em SPL é vista como uma resposta local aos desafios da concorrência e mundialização. Os critérios de elegibilidade à primeira chamada de projeto dizem respeito ao número de atores implicados, a qualidade das parcerias, sua durabilidade futura e os efeitos positivos previstos, principalmente em termos de produção e de emprego. O Objetivo foi o de incentivar territórios do projeto, segundo a expressão consagrada, no lugar de adaptar esses últimos a territórios administrativos, escala habitual da ação pública. Esses subconjuntos aparecem aqui como bacias de emprego, com uma especialização econômica. A duração máxima de execução dos projetos tem sido de 18 meses (DATAR, 1998a e b).

A primeira chamada de projeto recebeu 124 candidatos. E no início de 1999, 60 projetos foram selecionados, dos quais 18 SPLs emergentes. Eles receberam 2,18 milhões de euros de fundos próprios da DATAR (FNADT), seja uma média de 35.000 euros. A indústria predominou sobre os serviços (DATAR, 1999). Vários dos projetos selecionados contavam com benefícios do programa ADAPT, medida⁷ da Comissão Europeia, sobre a formação profissional nas PMEs. Segundo Xavier Roy, do Clube dos Distritos Industriais Franceses, este último

tinha mostrado na França, como o sucesso da cooperação interempresas, é muito eficaz nos SPLs.

Esta política constituiu-se progressivamente: graças ao sucesso da operação lançada em 1998 que uma nova fase foi decidida para 1999. Uma segunda chamada a projetos foi aberta na primavera de 1999. Mudanças nos critérios de seleção tiveram a intenção de dar uma atenção menor aos setores agrícolas, já beneficiários de outras formas de apoio e uma ênfase aos “setores ameaçados com forte conteúdo de mão-de-obra”. A vontade política foi também a de manter o emprego nas zonas desfavorecidas, no lugar de valorizar somente atividades competitivas (DATAR, 1999). De 78 dossiês, 36 foram retidos em 2000, para uma dotação de 1,5 milhões de euros, ou seja, um financiamento médio de 41.700 euros.

Esses montantes não implicaram em uma atribuição automática de outros financiamentos públicos, como no caso dos contratos de plano Estado-região. Na prática, a maior parte dos projetos mobilizou ajudas suplementares.

A circular de abril de 1999 incentivou os prefeitos a encontrar “financiamentos complementares, cujas origens foram determinadas caso a caso” (DATAR, 1999a). A subvenção FNADT cobriu, em média, um terço dos orçamentos apresentados. A DATAR sensibilizou Ministérios, coletividades territoriais e mesmo a Comissão Europeia a seus políticos, favorecendo com subvenções esses organismos.

As subvenções complementares tornaram-se majoritárias. Em 2000, elas abrangeram 80% dos projetos e totalizaram quatro vezes o FNADT, atribuído aos projetos, em uma avaliação da política SPL (LE DUC, REVERDY, 2001). Os parceiros desses políticos foram seus principais financiadores, sobretudo o DRIRE, graças ao orçamento “ações coletivas”, previsto nos contratos de plano, 60% dos projetos beneficiaram-se também de fundos regionais.. Considerando os 41 projetos mais avançados, Bernard Reverdy avaliou os montantes médios de financiamento a 76.300 euros, ou seja, 40% do total, 190.200 euros.

As iniciativas incentivadas foram a criação de *sites*. Internet conjuntos (50% so-

bre 50 projetos), o diagnóstico entre empresas (42%), as ações comerciais (42%), a formação e gestão comum de pessoal (30%), formação e gestão comum de equipamentos (16%) (LE DUC, EVERDY, 2001). Assim, o Vale de Bresle, especializado no trabalho de vidro, com 80% do mercado mundial de frascos de perfumes, organizou uma convenção de pesquisa com a Universidade de Rouen sobre o "jateamento" em vidro. Uma avaliação foi encomendada em 2000, para medir os efeitos dos financiamentos públicos sobre estes 96 SPLs e decidir sobre a continuação do projeto.

Prolongação do apoio aos SPL e iniciativas complementares. Em seqüências às chamadas para projetos de 1998 e 1999, a maioria das decisões foi delegada à comissão regional, tendo sido definidas duas orientações específicas.

Com o objetivo de melhorar a inserção mundial dos SPLs franceses, a cooperação internacional foi incentivada, com os SPL de fora da União Européia (DATAR, 2001b). Uma dezena de "parcerias transnacionais" foi identificada, por um comitê de coordenação, que contava com a participação do Banco Mundial. Em 2004, três projetos foram abandonados, mas novas colaborações pareceram com a ONUDI ou de países estrangeiros. Em 1999, a DATAR identificou 99 SPL.

Conforme as decisões do CIADT de julho de 2001, a circular de 3 de maio de 2002, procurou apoiar 20 SPL "confirmados" com 3,5 milhões de euros, dos quais 0,5 de FNADT, dentro dos recursos humanos (DATAR, 2002). Os estudos deviam avaliar as necessidades em pesquisa e formação nos SPL, para poder formular, em médio prazo, uma demanda coordenada, às instituições públicas locais de ensino.

Desde 2003, a DATAR preconiza o incentivo à inovação aos SPLs (DATAR, 2003). Ela chama atenção sobre a importância das instituições de pesquisa e de sua relação com a indústria, dentro dos SPLs. Oito princípios de ação são propostos (DATAR, 2004).

Paralelamente, ao apoio financeiro aos projetos SPL, pode-se observar diversas ações incentivadas entre 1997 e 2004. Um importante trabalho de sensibilização foi conduzido pela DATAR. Várias iniciativas merecem ser mencionadas. Antes de tudo, a Associação

Empresas, Território, Desenvolvimento - ETD, financiada pela DATAR e a Caixa de depósitos, difunde a informação relativa a colaboração interempresas. Em seguida, uma parceria com a OCDE, principalmente o programa LEED, desemboca sobre a participação de grupos de trabalho e a organização de dois congressos sobre os SPLs.

De modo mais significativo, um Clube dos Distritos Industriais Franceses foi criado em julho de 1997, graças às contribuições de vários SPL e da DATAR, hoje associados à Caixa de Depósitos e Consignações. Em 2004, ele reuniu 23 SPL e animou quatro grupos setoriais (têxtil, metais, embalagem, multimídia e tecnologias da informação). Projetos específicos o associaram aos Ministérios, em 2002, àquele do Emprego, para avaliar as necessidades em formação das aglomerações de empresas. Em médio prazo, o CDIF desejou se envolver na formação de animadores de SPL.

Os SPLs selecionados pela DATAR abrangeram, ao todo, 4.3000 empresas, cada aglomeração contando com 4 a 200 estabelecimentos (LE DUC, REVERDY, 2001). A repartição geográfica dos dossiês apoiados pela DATAR foi, portanto, relativamente regular, pelo menos um por região. 80% dos SPL limitaram-se a uma bacia de emprego, mas exceções existiram, como a PerfoEst, que reagrupou uma centena de empresas de automóveis, em Franche-Comté e Alsácia (POMMIER, BOILEVE, 2002).

A indústria predominante: 22% dos projetos dizem respeito à mecânica e trabalho dos metais; o agroalimentar, têxtil ou a madeira com 10% cada; a eletrônica e informática com 8%.

A avaliação dos resultados dessa política não apresentou as evidências de sua realização. No estudo demandado para avaliar as chamadas de projetos de 1998 e 1999, os resultados positivos de várias SPLs tiveram maior destaque. Uma comparação com empresas de mesmo setor não organizadas em sistema mostrou que os distritos mais antigos são 68% mais dinâmicos (LE DUC, REVERDY, 2001). Mas somente as empresas de mais de 20 assalariados foram consideradas, como assinalaram os autores no anuário (BOUGNOUX et al, 2003) e, principalmente, o período estudado começou em

1993, antes do início do programa. Monografias mostram uma cooperação crescente no interior de vários SPLs, após a chamada a projetos (POMMIER, BOILEVE, 2002). Isso não implica, forçosamente, uma alta da atividade econômica e do emprego, mas o resultado é positivo, uma vez que a consolidação de um espaço industrial é obtida.

As chamadas a projetos beneficiaram-se da adesão dos atores locais. Além da maior consciência pelo interesse sobre os SPLs, financiamentos complementares ao FNADT foram reunidos de modo sistemático. Uma avaliação precisa dos esforços dessa política e efetuada por uma instituição independente, seria necessária. Em 2004, a política SPL inseriu-se explicitamente em 13 contratos de plano. Houve, portanto, maior articulação com outras políticas. Apesar de tudo, os SPLs não são considerados como o quadro do conjunto das políticas territoriais. “O desafio de transformar os sistemas produtivos locais em uma estratégia de desenvolvimento econômico estaria em via de ser atingida na França?” Paulette Pommier, coordenadora do programa na DATAR, admite uma “resposta positiva e incisiva seria, certamente, contestada” (POMMIER, 2001).

Por outro lado, outros organismos refletem sobre as maneiras de se beneficiar das potencialidades das aglomerações de empresas. Pode-se citar a região Rhône Alpes, que entre outras, estrutura um “bio-cluster”, ou a Agência Regional de Desenvolvimento da Ilha da França. Até o presente momento, essas iniciativas não são coordenadas pela DATAR. O apoio aos SPLs ganharia, certamente, se tivesse mais “concertação” entre os atores públicos.

Conclusão

Esse trabalho buscou contribuir para a análise do declínio das formas de coordenação estática, como da profunda reorganização das PME-PMI e das formas mais diversificadas da economia local. Essa constatação deve servir, pelo menos, para prevenir as generalizações rápidas e as modelizações simplificadas. Na maioria dos casos, as redes de PMI aparecem, ao mesmo tempo, como parte integrante de organizações e redes européias mundiais, que lhes fornecem

uma parte de BLCC. Pertencer aos grupos estrangeiros ou a *holdings* dá acesso, de modo particular, a bens e serviços de concorrência, considerados cruciais para as firmas, mas que não são, nem coletivos e nem locais. Ao mesmo tempo, as redes de PMI territorializadas, estão sendo reforçadas, no caso francês, ao mesmo tempo, em zonas semi-rurais e nas cidades.

Considera-se que as economias locais podem aparecer, tanto mais quanto menos estruturadas, em suas interações econômicas e políticas. Os diferentes atores, as firmas em particular, podem estar em relação com os outros, em um mesmo contexto local, com estratégias de longa duração, investindo de modo coordenado o seu recurso, contribuindo para a produção localizada dos BLCC. Nesse caso, a economia local resultante aparece estruturada, podendo-se exibir modos de integrações, de interações estabilizadas no tempo, ou de dinâmicas de institucionalização do território. Se não for esse o caso, as economias locais não são integradas, e os atores separados, muitas vezes de origem externa, os locais ficam sujeitos a determinações externas reguladas pelo mercado.

O caso francês é caracterizado por tentativas de estruturação dos modos de governança das economias locais, que contribuem para a integração horizontal das firmas e a produção, coordenada de BLCC no quadro de estratégia de desenvolvimento econômico territorial. Não foi geral, mas mesmo assim, esse tipo de integração já existe de forma estruturada, em inúmeros casos, fora da região parisiense.

Elaboradas, desde os anos setenta na filiação a Marshall, as pesquisas sobre aglomerações de empresas, hoje, diversificaram-se, criando laços com o desenvolvimento local, governança, comércio internacional e especificidades territoriais. Elas influenciam os poderes públicos e incentivam, principalmente, os tecnopólos e os sistemas produtivos locais. O fenômeno é mundial, atingindo um grande número de países, recentemente o Japão começou a favorecer e ajudar programas industriais, apoiando distritos em sua organização estratégica. Trata-se, na prática, de passar de uma proximidade espacial a uma proximidade organizacional. Em comparação às políticas de apoio aos

SPL na Europa, pode-se assinalar como elas estão caracterizadas atualmente, pela sua construção gradual, a partir de instrumentos pré-existent (RAINES, 2000): a França não é exceção. Trata-se de um apoio organizado, em nível nacional, mas cujas regiões, coletividades territoriais e empresas, são partes integrantes. Inserida em um contexto de descentralização administrativa, o apoio às SPL na França, foi impulsionado, graças a meios reduzidos, reunindo - por múltiplas parcerias- fundos quatro vezes superiores ao FNADT, mobilizado pela DATAR. Desde 1997, a mesma investiu mais de quatro milhões de euros nesse programa, selecionando uma centena de projetos. As orientações atuais a integram dentro do conceito mais vasto de “pólos de competitividade”.

Notas:

¹ A Datar, organismo criado em 1963 pelo General de Gaulle, presidente da república francesa, para coordenar as atividades dos diferentes ministérios, no domínio da planificação regional e urbana, propor ações, gerir orçamentos, realizar estudos prospectivos, para melhor equilibrar a divisão das atividades econômicas, da população, dos equipamentos na França e para reduzir as desigualdades do desenvolvimento das e entre as regiões (<http://www.datar.gouv.fr>)

² Este neo-localismo inscreve-se, bem entendido, num contexto histórico e social: o campo urbanizado e a herança das cidades-Estado da Renascença, a ausência de grande industrialização, o peso de estruturas familiares (grupo doméstico e rede de parentesco), a ausência de estruturas de classe polarizadas e a existência de sub-culturas políticas (católica ou comunista conforme o casos) que se mantêm graças e uma rede adensada de instituições: sindicatos, mutuals, associações, cooperativas, municipalidades, partidos.

Sigles:

BLCC -Bens Locais Coletivos de Concorrência

CCI - Câmara de Comércio e Indústria

DATAR- Delegação de Ordenamento do Território e Ação Regional

PME - Pequenas e Médias Empresas

PMI - Pequenas e Médias Indústrias

SPL - Sistemas Produtivos Locais

Referências bibliográficas

ABRANTES, M.; BENKO, G. Planejamento do território e sistemas produtivos locais na França. In: LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (eds.). *Pequena empresa. Cooperação e desenvolvimento local*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 477-492.

ANIELLO, V. *Mezzogiorno rivisitato: i distretti competitivi in Campania*. Napoli: Edizioni scientifiche italiane, 2003. 152 p.

BAGNASCO, A.; LE GAIES, P. *Villes en Europe*. Paris: La Découverte, 1997. 277 p.

BAGNASCO, A.; SABEL, C. *PME et développement économique en Europe*. Paris: La Découverte, 1994. 201 p.

L BAGNASCO, A.; TRIGILIA, C. *La construction sociale du marché. Le défi de la troisième*. Cachan: Ed. de l'ENS-Cachan, 1988. 284 p.

BASEVI G.; OTTAVIANO, G. I. P. *The district and the global economy: exportation versus foreign location*. Londres: Center for Economic Policy Research, 2001. Discussion Paper Series, nº 2976.

BECATTINI, G. Le district industriel: milieu créatif. In: *Espaces et Sociétés*, 66/67, p. 147-163, 1991.

_____. Le district marshallien: une notion socio-économique. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: PUF, 1992. p. 35-55.

BECATTINI, G.; BELLANDI, M.; DEI OTTAI, G.; SFORZI, F. *From industrial districts to local development*. An Itinerary of Researc. Cheltenham: Edward Elgar, 2003. 241 p.

BECATTINI, G.; RULLANI, E. Systeme local et marché global. Le district industriel. In: RALLET A.; TORRE, A. *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 171-192.

BENKO, G. Développement durable et systeme productifs locaux. In: POMRNIER, P. *Réseaux d'entreprises et territoires*. Regards sur les systemes productifs locaux. Paris: La Documentation Française, 2001. p. 117-133.

BENKO, G.; DUNFORD, M.; HEURLEY, J. Districts industriels: vingt ans de recherches. In: *Espaces et Sociétés*, 88/89, p. 305-327, 1997.

BENKO, G.; DUNFORD, M.; LIPIETZ, A. Les districts industriels revisités. In: PECQUEUR, B. (ed.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 119-134.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent*. Paris: PUF, 1992. 424 p.

_____. *La richesse des régions*. La Nouvelle Géographie Socio-économique. Paris: PUF, 2000. 564 p.

BENNEWORTH, P.; DANSON, M.; RAINES, P.; WITTAM, G. Guest Editoria1 - Confusing Clusters? Making Sense of the Cluster Approach in Theory and Practice. In: *European Planning Studies*, 11, p. 511-520, 2003.

BOUGNOUX, B.; NGUYEN, A.L.; REVERDY, B. *Systemes productifs locaux: annuaire des projets sélectionnés suite aux appels à projets de 1998 à 2003*. Paris: Datar, Rapport pour la Datar, 2003.

- BOYER, R. *La croissance, début de siècle*. Paris: Albin Michel, 2003. 233 p.
- BOYER, R. ; SOUYRI, P.F. *Mondialisation et régulations*. Europe et Japon face à la singularité américaine. Paris : La Découverte, 2001. 179 p.
- BRUNO, G. *Le tour de la France par deux enfants*. Paris: Belin. 2000, [1887].
- BURRONI, L.; TRIGILIA, C. Italy: economic development through local economies. In: CROUCH, C.; LE GALES, P.; TRIGILIA, C.; VOELKZHOW, H. (eds.). *Local production systems in Europe: rise or demise?* Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 62-87.
- CAMPBELL, J.; HOLLINGSWORTH, R.; LINBERG, L. (eds.). *Governance of the American Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. 462 p.
- COLLETIS, G.; COURLET C.; PECQUEUR B. *Les systèmes industriels localisés en Europe*. Grenoble: IREPD, 1990. 132 p.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Politiques technologiques locales et création des ressources spécifiques. In: RALLET, A. ; TORRE, A. (eds.). *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 445-463.
- COMMISSARIAT GÉNÉRAL AU PLAN. *Économie et territoires* (inclus rapport SPL et emploi). Paris: La Documentation Française, 1997.
- CORIAT, B.; TADDEI, D. (eds.). *Entreprise France*. Made in France 2. Paris: Livre de Poche/Librairie Générale Française, 1993. 412 p.
- COSENTINO, F.; PYKE, F.; SEGENBERGER, W. (eds.). *Local and regional response to global pressure: the case of Italy and its industrial districts*. Geneva. ILO, 1996. 206 p.
- COURAULT, B. *Districts italiens et PME-systèmes français, comparaison n'est pas raison*. Paris: Centre d'Etudes et d'Emploi - La lettre du CEE, n° 61, 10 p. 2000.
- COURAULT, B.; TROUVE, P. (eds.). *Les dynamiques de PME*. Approches internationales. Paris: PUF, 2000. 404 p.
- COURLET, C. *Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique*. Paris: L'Harmattan, 2001. 133 p.
- CROUCH, C.; LE GALES, P.; TRIGILIA, C.; VOELKZKOW, H. (eds.). *Local production systems in Europe: rise or demise?* Oxford: Oxford University Press, 2001. 272 p.
- _____. *Changing governance of local economies - Responses of European local production systems*. Oxford: Oxford University Press, 2004. 360 p.
- CROUCH C.; STREECK W. (eds.). *Les capitalismes en Europa*. Paris: La Découverte, 1996. 275 p.
- CROUCH, C.; TRIGILIA, C. Conclusions: still local economies in global capitalism. In: CROUCH, C.; LE GALES, P.; TRIGILIA, C.; VOELKZKOW, H. *Local production systems in Europe: rise or demise?* Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 265-280.
- CULPEPPER, P.D. *Decentralized cooperation and the future of regulatory reform*. Cambridge-MA: Harvard University/Minda de Gunzburg Center for European Studies, 2001. Working paper, 01.1, 34 p.
- _____. *Creating cooperation: how states develop human capital in Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2003. 239 p.
- DATAR. Circulaires aux préfets de région de 6/5/1998 (1998a); 7/10/1998 (1998b); 20/4/1999 (1999a); 28/7/1999 (1999b); 29/3/2001 (2001b); 18/7/2001 (2001c); 3/5/2002 (2002), 7/3/2003 (2003). 1998-2003.
- _____. *La France, puissance industrielle. Une nouvelle politique industrielle par les territoires: réseaux d'entreprises, vallées technologiques, pôles de compétitivité*. Paris: Datar Rapport, 2004.
- ETD. *Systèmes productifs locaux et contrats de plan Etat-région*. Paris: ETD Rapport non publié, 2003.
- GANNE, B. Place et évolution des systèmes industriels locaux en France: économie politique d'une transformation. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (eds.). *Les régions qui gagnent*. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique. Paris: PUF, 1992. p. 315-345.
- GILLY, J.P.; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (eds.). *Théorie de la régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995. p. 304-312.
- _____. Régulation des territoires et dynamiques institutionnelles de proximité: le cas de Toulouse et des Baronnies. In: GILLY, J.P.; TORRE, A. (eds.). *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 131-164.
- GILLY, J.P. ; TORRE, A. *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- HARRISON, B. Industrial districts: old wine in new bottles? In: *Regional Studies*, 26, 5, p. 469-483, 1992.
- HENDERSON, J. V. Marshall's scale economies. In: *Journal of Urban Economics*, 53, 1, 1-28, 2003.
- HOLLINGSWORTH, R.; BOYER, R. (eds.). *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 493 p.
- KEATING, M. Les régions constituent-elles un niveau de gouvernement en Europe? In: LE GALES, P.; LEQUESNE, C. (eds.). *Les paradoxes des régions en Europe*. Paris: La Découverte, 1997. p. 19-35.
- LE DUC, M.; REVERDY, B. *Mission d'étude des effets induits par l'appel à projets sur les systèmes productifs locaux de la Datar*. Paris: Rapport pour la Datar, 2001. Volume 1: Rapport final 56 p. ; volume 2: Etudes de cas 146 p.
- LE GALES, P. *Politique urbaine et développement local*. Une comparaison franco-britannique. Paris: L'Harmattan, 1993. 317 p.
- _____. *Gouvernance des économies locales en France: à la recherche de la coordination perdue*. Paris: Communication, Forum de la Régulation, oct. 2003.
- LEVY, J. D. *Tocqueville's revenge: state, society, and economy in contemporary France*. Cambridge: Mass Harvard University Press, 1999. 386 p.
- LORDON, F. La création de valeur comme rhétorique et comme pratique. In: *L'Année de la Régulation*, 4, p. 117-168, 2000.
- LOVERING, J. Theory led by policy: the inadequacies of 'The New Regionalism' (Illustrated from the case of

- wales). In: *International Journal of Urban and Regional Research*, 23, p. 379-395, 1999.
- LUNG, Y. ; RALLET, A.; TORRE, A. Connaissances et proximité géographique dans les processus d'innovation. In: *Géographie, Economie, Société*, 1, 2, p. 281-306, 1999.
- MARSHALL, A. Le district industriel d' Alfred Marshall. In: *Géographie, Economie, Société*, 2, 1, p. 123-148, 1890; p. 119, 2000.
- _____. *Principes d'économie politique*. Paris: Librairie de Droit et de Jurisprudence et Gordon et Breach, 1890. 544 p.; 2000, 661 p. (2 vol.).
- _____. *L'industrie et le commerce*. Paris: M. Giard, 1919, 1934. 625 p. e 724 p. (2 vol.).
- MARTIN, R.; SUNLEY, P. Deconstructing Clusters: chaotic concept or policy panacea? In: *Journal of Economic Geography*, 3, 1, 5-35, 2003.
- PIORE, M.J. ; SABEL, C.F. *Les chemins de la prospérité*. De la production de masse à la spécialisation souple. Paris: Hachette, 1984, 1989. 441 p.
- POMMIER, P. *Réseaux d'entreprises et territoires*. Paris: La Documentation Française, 2001a. 181 p.
- _____. Os poderes públicos franceses e os sistemas produtivos locais. In: *Cluster, Revista Brasileira de Competitividade*, Belo Horizonte: Instituto Metas, vol. 1, n. 2, 2001b.
- POMMIER, P.; BOILEVE, M. *Les systemes productifs locaux*. Paris: La Documentation Française, 2002.
- PORTER, M. Location, clusters, and company strategy. In: CLARK, G.L.; FELDMAN, M.P.; GERTLER, M.S. (eds.). *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 253-274.
- PYKE, F.; SENGENBERGER, W. (eds.). *Industrial districts and local economic regeneration*. Geneve: ILO, 1992. 294 p.
- RAINES, P. *Developing clusters policies in seven European regions*. Regional and industrial policy research paper, n° 42. EPRC, University of Strathclyde. 2000.
- SCHMIDT, V.A. *From state to market? The transformation of french business and government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 492 p.
- SEGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.W.; PIORE, M.J. (eds.). *The re-emergence of small enterprises - industrial restructuring in industrialised countries*. Geneve: ILO, 1990. 308 p.
- SESSI (Le Service des Etudes et des, Statistiques Industrielles), 2004, <http://www.industrie.gouv.fr/PARIS, MINISTERE DE L'ECONOMIE, DES FINANCES ET DE L'INDUSTRIE>. Site Internet.
- SOUBEYRAN, A.; WEBER, S. District formation and local social capital: a (tacit) co-opetition approach. In: *Journal of Urban Economic*, 52, 1, 65-92, 2002.
- STORPER, M. *The regional world*. Territorial development in a global economy. New York: The Guilford Press, 1997. 338 p.
- STREECK, W. *Social institutions and economic performance: studies of industrial relations in advanced capitalist economies*. London: Sage, 1992. 248 p.
- STREECK, W.; SCHMITTER, P. (eds.). *Private interests government: beyond market and State*. London: Sage, 1985. 278 p.
- TADDEI, D.; CORIAT, B. *Made in France*. L'industrie française dans la compétition mondiale. Paris: Livre de Poche / Librairie Générale Française, 1993. 470 p.
- TECSA CONSULTANTS. *Identification des opérateurs dans le cadre des systemes productifs localisés en France*. Paris: Datar, Rapport, 1999.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF, 1996. 262 p.
- _____. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Gallimard, 1996/2000. 230 p.
- _____. *Des lieux et des liens*. Le territoire français à l'heure de la mondialisation. La Tour d' Aigues : Ed. de l' Aube, 2002. 153 p.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
 - a) título em português ou espanhol;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
 - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado.
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Desenvolvimento Local
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
Caixa Postal 100
CEP 79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3800
e-mail: mdlocal1@ucdb.br

A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança

The Construction of a Methodology for Action in the Local Productive Arrangements (LPAs) in the State of Ceará: Highlighting the Training and Strengthening of Social Capital and of Governance

La construcción de una metodología de actuación en los Arreglos Productivos Locales (APLs) en el estado de Ceará: un enfoque en la formación y fortalecimiento del capital social y de la gobernanza

Mônica Alves Amorim*

Maria Vilma Coelho Moreira**

Ana Silvia Rocha Ipiranga**

Recebido em 28/11/03; revisado e aprovado em 15/08/04; aceito em 23/08/04.

Resumo: Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem uma forma incipiente de organização mais sistêmicas das pequenas empresas. O desenvolvimento do APL liga-se a sua transformação em uma estrutura mais complexa como o Sistema Produtivo Local (SPLs), onde capital social e governança são determinantes para a expansão da interdependência dos atores envolvidos. Esse trabalho visa estruturar uma tecnologia de mobilização dos atores, de modo a organizá-los em rede e desencadear um processo de mudança.

Palavras-chaves: Arranjos Produtivos Locais; capital social; governança.

Abstract: The Local Productive Arrangements (LPAs) constitute an incipient form of organisation more systemic than small companies. The development of the LPA is connected to its transformation into a more complex structure such as the Local Productive System (LPSs), where social capital and governance are determinants for the expansion of the interdependence of the involved actors. This study seeks to structure a technology for the mobilisation of actors that they can be organized into a network and unchain a process of change.

Key words: Local Productive Arrangements; social capital; governance.

Resumen: Los Arreglos Productivos Locales (APLs) constituyen una forma incipiente de organización más sistémicas de las pequeñas empresas. El desarrollo del APL se relaciona a su transformación en una estructura más compleja como el Sistema Productivo Local (SPLs), donde capital social y gobernanza son determinantes para la expansión de la interdependencia de los actores aliados. Ese trabajo visa estructurar una tecnología de movilización de los actores, de modo a organizarlos en red y desencadenar un proceso de cambio.

Palabras clave: Arreglos Productivos Locales; capital social; gobernanza.

Introdução

O fortalecimento de micro e pequenas empresas (MPEs) coloca-se como uma sólida alternativa para o alcance do almejado desenvolvimento com inclusão social. Sabe-se, entretanto, que as MPEs enfrentam sérias limitações para concorrer com empresas de maior porte, tendo esse problema se agravado ainda mais com o processo de globalização, que acirrou a concorrência ao aproximar os competidores instalados em outras fronteiras aos mais remotos mercados. Ao mesmo tempo, é bem menos difundida a idéia de que a essência das dificuldades que cerceiam as MPEs relaciona-se não ao tamanho dessas, mas sobretudo à forma

como costumeiramente funcionam, ou seja isoladas. Diferentemente das grandes empresas, as MPEs não podem se permitir à comodidade do isolamento. Isto porque, operando escalas de produção reduzidas, as MPEs não conseguem auferir economias de escala, ficando assim presas a condições ineficientes de produção. Além disso, o isolamento das MPEs acentua suas limitações para o desenvolvimento de capacidade inovativa, cada vez mais essencial para a obtenção de vantagens competitivas.

Dentre as abordagens que se propõem para analisar as MPEs, encontram-se aquelas denominadas de Distritos Industriais, *Clusters* e Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. Este estudo priorizará a última abor-

* Professora do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará (monicaaaa@secrel.com.br).

** Professoras do Mestrado em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (vmoreira@unifor.br; anasilviaipi@uol.com.br).

dagem citada, apresentando uma estratégia de mobilização dos atores integrantes dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), de modo a possibilitar a participação e atuação conjunta (capital social) e a coordenação e controle das ações e projetos encaminhados (governança). Todo o esforço parte de uma abordagem participativa com o fim de estruturar e implementar uma tecnologia social voltada para a mudança e o desenvolvimento dos APLs. Nesse trabalho de mobilização dos atores dos APLs, deve-se incluir, além dos agentes produtivos, a participação de representantes do poder local e de outros níveis com relevância para a especialidade do APL, instituições com atuação nos territórios dos APLs, organizações associativas e comunitárias relacionadas ao negócio em foco. Além da mobilização dos atores, a estratégia deve abordar o encaminhamento dos projetos priorizados pelos atores mobilizados, de forma a garantir a sistematicidade das ações e o estabelecimento da governança dos APLs. A partir deste objetivo, foi formulada a questão norteadora deste trabalho: por meio de quais instrumentos a tecnologia de mobilização dos APLs, visando à construção e/ou fortalecimento da governança, poderá ser operacionalizada?

Outrossim, a importância desse trabalho reside na ampla disseminação do conceito de arranjo produtivo entre os diversos órgãos governamentais (federal, estadual e municipal) do país, os quais têm anunciado prioridade para essas estruturas produtivas, todavia sem ainda contar com uma forma objetiva de atuação. Na verdade, mesmo com diferentes programas e recursos alocados para os APLs, já mapeados em todo o Brasil, não se percebe ainda uma estratégia clara e eficiente para abordar os APLs, voltada para a formação do capital social e governança dos mesmos. Ao contrário, parece que tudo ocorre ainda como na forma tradicional quando se enfocavam, de forma estanque, setores ou grupos de empresas. Tratando-se de uma estrutura em que o desenvolvimento do todo é mais importante do que o desenvolvimento das partes e, portanto, onde o entrosamento dos atores e sinergia de ações apresentam-se como essenciais, os APLs devem ser abordados através de um modelo específico que contemple esses as-

pectos. É justamente essa lacuna que este estudo pretende preencher. Inicialmente será apresentada relevante literatura que trata das diversas correntes acerca de aglomerações de empresas. Em seguida, a tecnologia de mobilização dos APLs será apresentada, seguida das considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

1 Reflexões teóricas

O processo de globalização da economia tem ocasionado um redesenho das forças produtivas. A expansão de novas formas flexíveis de organização da produção aponta para a falência do modelo fordista, trazendo conseqüências importantes no âmbito econômico, social, organizacional e tecnológico.

A chamada “especialização flexível” destaca-se assim como um novo modelo de organização industrial, com exemplos bem sucedidos na Terceira Itália, Alemanha, França, que tiveram como base a expansão de pequenas e médias empresas, cuja adaptabilidade às flutuações de demanda, ao dinamismo inovador tornaram-nas organizações importantes neste novo modelo industrial que se tem delineado nas últimas décadas (BAPTISTA, 2002)¹.

O conceito de “especialização flexível” nos reporta a outro conceito de aglomerações industriais elaborado por Alfred Marshall (1996), o “distrito industrial”, que engloba aspectos, tais como: firmas especializadas, territorialização, mercado de trabalho e cooperação. O ressurgimento da idéia do “distrito marshalliano” ocorre no recente período de reestruturação produtiva, decorrente do esgotamento dos modelos taylorista/fordista, que ocasionaram, além do aumento do desemprego formal, a precarização do trabalho e o crescimento das economias informais. Em contrapartida, o tipo de distrito industrial marshalliano, acena para a possibilidade de construção de um *locus* de cooperação, baseado na confiança e em aspectos sócio-culturais, formado pelas redes de interação entre os agentes.

Apesar do forte otimismo que causou frente à desestruturação de formas clássicas de organização da produção, o modelo de distrito industrial também tem apresentado sinais de esgotamento. Como ressaltam

Schmitz e Nadvi (1999) e Le Borgne (1991), o distrito industrial italiano, exemplo na literatura do modelo marshalliano, começa, sobretudo nos anos 90, a apresentar mudanças na sua dinâmica de funcionamento. A cooperação cede lugar para formas de contractualização entre firmas, a constituição de firmas líderes, a especialização em produtos de baixa qualidade e o emprego de mão de obra pouco qualificada (AMARAL FILHO, 1999).

De fato, há diversas abordagens que analisam aglomerações de empresas. Dentre elas, destacam-se: o modelo formalizado por Krugman (1998), a abordagem da economia de empresas, na qual destaca-se M. Porter (1998), as discussões sobre os *clusters*, com A. Scott (1988), da economia de inovação, com a contribuição destacada de D. B. Audrestch (1988), e a abordagem de pequenas empresas, distritos industriais, com destaque de H. Schmitz (1999).

Todas estas vertentes analíticas utilizam intrinsecamente conceitos da abordagem de Sistema Produtivo Local, que já tem sido usado, de forma mais estruturada em países desenvolvidos, e de maneira mais incipiente em países em desenvolvimento, no que se refere a estratégias de desenvolvimento regional e local.

Os estudos de Economia Regional enfatizam prioritariamente aspectos relativos aos “fatores locacionais” que influenciam a implantação de uma indústria em determinada área geográfica, e seus desdobramentos na reprodução e transformação de regiões geo-econômicas específicas.

Já a abordagem da estratégia de *cluster* segue uma tendência porteriana (M. Porter) e situa-se na fronteira entre a literatura de organização industrial e desenvolvimento regional e demonstra que a análise setorial não consegue captar a complexidade dos fenômenos que envolvem a dinâmica industrial. No entanto, a análise de *clusters* procura captar os elementos estruturais e sistêmicos da aglomeração enfatizando a rivalidade entre as firmas e quais os fatores da sua dinâmica interna que afetam a competitividade dos agentes. Assim, a análise de *clusters* de empresas prioriza o estudo da sua estrutura investigando-se, por exemplo: o tamanho de seus membros, as articulações entre eles, os padrões de especialização e concorrência e

as vantagens competitivas que podem ser criadas a partir da estruturação dessa modalidade de aglomeração.

Estas abordagens apresentam alguns pontos confluentes e complementares, pois enfatizam a proximidade geográfica dos agentes produtivos, e a relevância do contexto social e institucional como fatores importantes na consolidação dessas aglomerações (BRITTO e ALBUQUERQUE, 2002). Contudo, a abordagem de *cluster* se aproxima mais da grande produção flexível do que da pequena, diferenciando-se tanto do modo fordista de produção, baseado na grande indústria de produção de massa, como também da visão do distrito industrial marshalliano, da pequena produção flexível. Além de enfatizar mais a concorrência do que a cooperação entre os membros do *cluster*, esta abordagem também atribui relevância à formação de uma indústria-chave ou indústrias-chave numa determinada região, transformando-as em líderes de mercado. As empresas chamadas âncoras estimulam sem dúvida, o desenvolvimento da região, através da mobilização de agentes produtivos localizados no mesmo território, porém o crescimento mais homogêneo dos agentes produtores passa a ser secundário.

Diante da diversidade de vertentes teóricas acerca do desempenho competitivo das empresas, tem-se chegado a uma convergência das percepções de que o foco de análise não deve ser centrado apenas na empresa individual, mas, sobretudo nas relações entre as firmas e entre estas e as instituições que interagem com elas num determinado espaço geográfico. Ademais, a necessidade de buscar eficiência e competitividade exige que as MPes se organizem em torno de uma forma própria de organização, distinta daquela praticada pela grande empresa. Na impossibilidade de auferirem economias de escala dentro das próprias empresas, quando se ocupam, ao mesmo tempo, das várias etapas do processo de produção, as MPes podem, alternativamente, obter economias de escala se especializando em uma ou apenas algumas etapas do processo produtivo. A especialização, complementada pela cooperação praticada entre diversos agentes concentrados em um certo território, constitui a base dos chamados arranjos produtivos

vos locais (APLs)². Entretanto, a formação dos APLs mesmo constituindo um avanço comparado ao funcionamento disperso e isolado de empresas e outros agentes, não deve ser um objetivo definitivo, mas apenas uma transição para uma forma superior de organização, mais sistêmica, sustentável e com maior nível de interdependência entre os agentes, ou seja, os sistemas produtivos locais (SPLs)³. Este novo foco tem possibilitado a reorientação de formas de intervenção do poder público na promoção da política industrial e tecnológica. De acordo com Cassiolato e Szapiro (2002, p. 11):

A abordagem de arranjos e sistemas produtivos locais tem a proposta de elaborar um modelo que englobe categorias tradicionais nas análises de aglomerações como a cooperação, mas que inclui os processos de aprendizado, capacitação e inovação, considerados crescentemente como fundamentais para a sustentação da competitividade dos agentes participantes de aglomerações de empresas.

Ao lado das empresas, são também protagonistas dessas formas organizacionais outros atores locais, como governos, associações e instituições de financiamento, ensino, formação, pesquisa e outras atividades correlatas. Nessas formas de organização (APL e SPL), a especialização, além de aumentar a escala de produção de cada empresa, favorece a produção compartilhada, o que, por sua vez, estimula a cooperação e a inovação. Essas relações sócio-econômicas passam a fazer parte do processo de produção, e assim, dão origem à formação de um tecido sócio-produtivo, onde os agentes se especializam, cooperam, trocam informações, aprendem e compartilham de um projeto comum: o desenvolvimento do conjunto das empresas. A passagem do enfoque da empresa individual para o dos APLs desloca o centro da análise para as relações entre as empresas e, entre estas e diversas instituições que atuam em um determinado espaço geográfico (território). A unidade de análise deixa então de ser a empresa isolada e passa a ser a comunidade de empresas - o APL. Daí a importância de se estimular as ligações entre os diversos atores do APL.

A transformação dos APLs em SPLs envolve um salto de complexidade relacio-

nado à ampliação da interdependência entre os diversos agentes (econômicos, políticos, institucionais e sociais) que pode ser alcançada através das práticas de cooperação, cultura participativa e adoção sistemática de ações coletivas. A expansão dessas práticas exige o fortalecimento da confiança dos agentes que atuam no território, de modo a permitir que os agentes se prontifiquem a encaminhar em conjunto projetos de interesse comum. A capacidade de unir esforços para trabalhar em conjunto (capital social) assume grande importância em estruturas como APLs e SPLs, pois o desenvolvimento desses depende de ações coletivas, em oposição a ações individuais dos agentes. Assim, o esforço de evolução dos APLs para SPLs não pode prescindir da construção e fortalecimento do capital social.

O fortalecimento do capital social está condicionado a criação de uma rede de cooperação entre atores e instituições. Na medida em que as ações deixam de ser cada vez menos individualizadas e tornam-se mais coletivizadas, torna-se necessária a constituição de uma força de coordenação das diversas ações de modo a garantir a formação de sinergias que possam garantir o alcance dos objetivos desejados. A intensificação das relações entre essas partes e o estabelecimento da coordenação dessas relações promove a boa governança, atributo necessário à evolução do estágio de APL para SPL. Por sua vez, o surgimento da boa governança depende de um aprendizado que pode ser derivado da repetição e consistência das ações coletivas. Portanto, estes dois aspectos, o fortalecimento do capital social e a formação da boa governança, surgem como ingredientes essenciais para a consolidação e transição do estágio de APL para SPL. Importa assim explorar formas de intervenção que possibilitem a construção e consolidação desses ativos.

Este quadro de referência constitui-se importante ferramenta para a compreensão da dinâmica e funcionamento dos arranjos e sistemas produtivos locais. Vale ressaltar que a definição de arranjo enfatiza os aspectos ineficientes em relação à inovação, assim como as interações entre os próprios agentes do arranjo, tornando-se importante uma investigação sobre tais interações a fim de se possibilitar a compreensão mais apro-

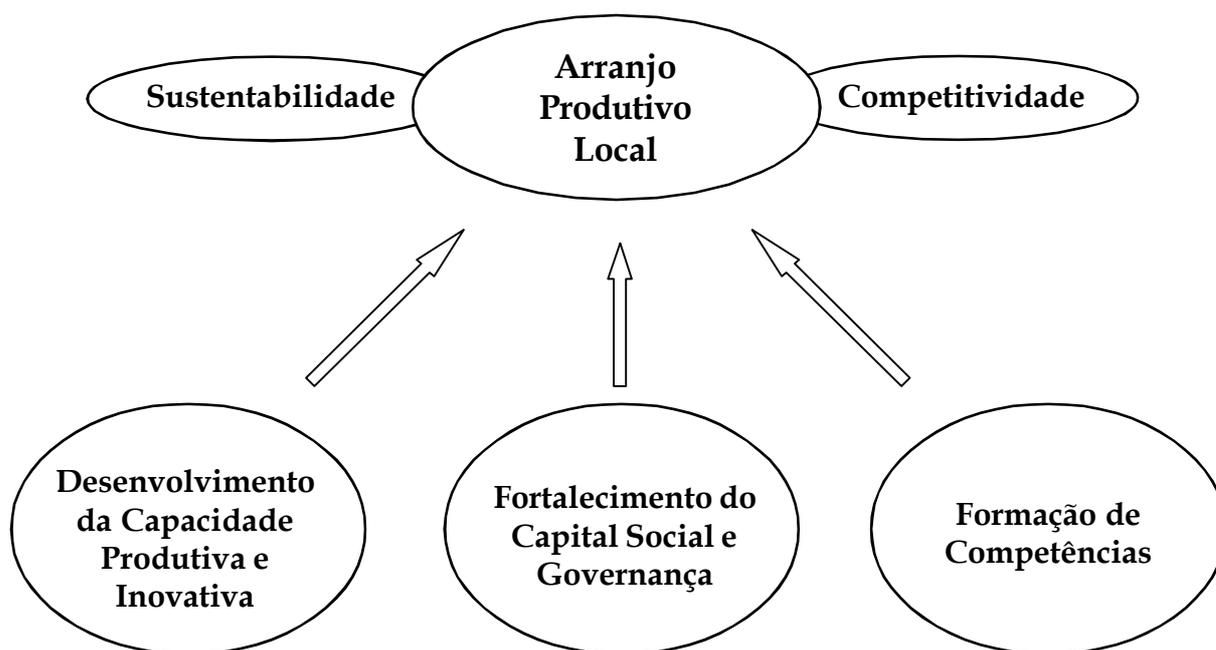
fundada dos níveis de inovação e aprendizagem existentes nos arranjos produtivos possibilitando uma forma de se entender melhor sua trajetória e evolução.

2 Tecnologia de mobilização dos APLs

Partindo-se de uma visão sistêmica, os APLs devem ser analisados considerando as dimensões produtivas, institucionais e comu-

nitárias do território. Destacam-se assim três vertentes que contribuem para o incremento da competitividade e os avanços na sustentabilidade de um APL: o desenvolvimento da capacidade produtiva, a formação e fortalecimento do capital social e boa governança, e a formação de competências e o aprendizado dos seus agentes, como ilustrado a seguir:

Diagrama 1: As vertentes do processo de desenvolvimento do APL



2.1 Capacidade produtiva e inovativa

O desenvolvimento da capacidade produtiva e inovativa envolve melhorias na qualidade dos produtos e processos, o adensamento das aglomerações e o aprofundamento da especialização, bem como a inovação e a diferenciação dos produtos. Esses passos mostram-se estratégicos para um forte posicionamento do APL no mercado, caracterizado por uma concorrência cada vez mais acirrada.

2.2 Capital social

O capital social é de grande importância quando se considera a atividade produtiva inserida em um território composto de um aglomerado de agentes que precisam

unir sinergias para trabalhar em conjunto. O fortalecimento do capital social está condicionado a criação de uma rede de cooperação entre atores e instituições. A intensificação das relações entre essas partes e a formação da coordenação dessas relações promove a boa governança.

2.3 Formação de competências

A formação de competências também se apresenta como fundamental na conquista da competitividade e sustentabilidade, dado que o processo de evolução de Arranjo Produtivo para Sistema Produtivo envolve o alcance de novos níveis de complexidade. Assim a competência que se busca corresponde a inteligência prática de situações que se apóiam sobre os conhecimentos ad-

quiridos e os transformam com quanto mais força quanto mais aumentam as complexidades das situações. Tal competência implica em saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades em um contexto determinado. Assim, as habilidades dos agentes produtivos devem também ser trabalhadas para que os mesmos se capacitem para responder satisfatoriamente aos desafios impostos pelo mercado.

2.4 Abordagem cooperativa

A passagem de um estágio de arranjo produtivo para uma estrutura mais sistêmica requer a formação da governança, entendida como um mecanismo de controle e coordenação do desenvolvimento do território. A construção da governança pode ser facilitada pela criação de entidades organizacionais que contribuam para uma ambiência comunitária favorável ao desenvolvimento dos APLs. Os objetivos dessas entidades estão direcionados para a exploração das potencialidades do capital social através da valorização e criação de sinergias entre as competências locais, a organização das complementaridades entre recursos e projetos, as trocas de saberes e de experiências, a formação de redes de ajuda mútua, a auto-organização das comunidades locais, a maior participação dos atores e da população em geral nas decisões políticas, a abertura para novas formas de especialidades e

parcerias como meios para viabilizar o desenvolvimento local do território.

O modelo de tecnologia de mobilização dos APLs sugere, assim, a criação de três tipos de entidades que juntas contribuirão para o fortalecimento do capital social e da governança nos territórios dos APLs. Referidas entidades constituem instrumentos de mobilização social e se baseiam em uma abordagem cooperativa. Parte-se da identificação de um grupo maior de atores selecionados ("Fórum para a Mudança") que, a partir do seu funcionamento, deve ser desdobrado em diversos grupos de trabalho ("Laboratórios para Inovação") com foco em tarefas específicas apontadas como prioritárias para a resolução dos problemas do APL, devendo esses possuir mecanismos explícitos de ligação com instituições de referência ("Pontos de Escuta"), portadoras do estado da arte referente a temas de preocupação específica. Abaixo estão descritas as características dessas entidades.

2.4.1 Fórum para a mudança

Trata-se de um espaço organizacional e inovador através do qual os atores institucionais públicos e privados serão convidados a participar de um programa de mudanças. É um lugar de encontro e de difusão de idéias com o fim de assegurar uma relação entre as propostas de inovação e aqueles que serão chamados à gestão e a atuação das práticas específicas a cada contexto.

Quadro 1: Composição do fórum para mudança

Exemplos de Composição do Fórum para a Mudança
Atores Selecionados
1) Lideranças do APL
2) Representante da Prefeitura
3) Representante do SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
4) Representante do Banco do Nordeste do Brasil-BNB
5) Representante do Governo Estadual
6) Membro do Clube dos Diretores Logistas-CDL local
7) Representante do Banco do Brasil
8) Representante das Universidades com atuação no território
9) Representante dos Centros Tecnológicos do Ceará - CENTEC/Centro de Vocação Tecnológica - CVTs presentes no território
10) Transportadoras, Correios
11) Representante dos compradores e intermediários dos produtos do APL.

Fonte: Elaborado pelas autoras

2.4.2 Laboratórios para a inovação

Trata-se de grupos de trabalho operativos ativados para colocar em prática as propostas de melhorias discutidas e decididas nos Fóruns. Os laboratórios são formados por representantes selecionados do

fórum e deverão oferecer soluções para assuntos específicos aos participantes do fórum. Cada grupo operará em um arco de tempo definido. Os laboratórios terão natureza e modalidades diferentes dependendo dos objetivos.

Quadro 2: Objetivos dos laboratórios para inovação

Exemplos de Laboratórios e Seus Objetivos
1. Observatório nacional e internacional sobre as novas tendências, tecnologias, etc
2. Criação de um pool para a prospecção de novos mercados, canais de distribuição nacionais e internacionais
3. Desenvolvimento de práticas cooperativas (relações e trocas) interempresas e interarranjos
4. Relações com o crédito bancário e desenvolvimento de formas de financiamento customizados e coletivo
5. Ações focalizadas no processo de inovação, <i>design</i> e diversificação
6. Projetos comuns para a formação e desenvolvimento dos Recursos Humanos
7. Desenvolvimento de novas competências técnicas (<i>skills</i>). Exemplos: <i>design</i> , logística e marketing
8. Gestão de problemas comuns do ambiente
9. Criação de uma rede de parcerias com autoridades públicas e governo estadual, municipal e federal
10. Coesão e interação entre vários sujeitos produtivos e institucionais (nacionais e internacionais) para trocas de <i>best-practices</i>
11. Ações de marketing social e cultural relacionadas com o desenvolvimento da imagem (aspectos intangíveis) do território
12. Promoção de ações comerciais entre as PME e entre os Arranjos
13. Estímulo ao empreendedorismo e o controle de PME emergentes
14. Relações entre contratadas e sub-contratadas

Fonte: Elaborado pelas autoras

2.4.3 Pontos de escuta

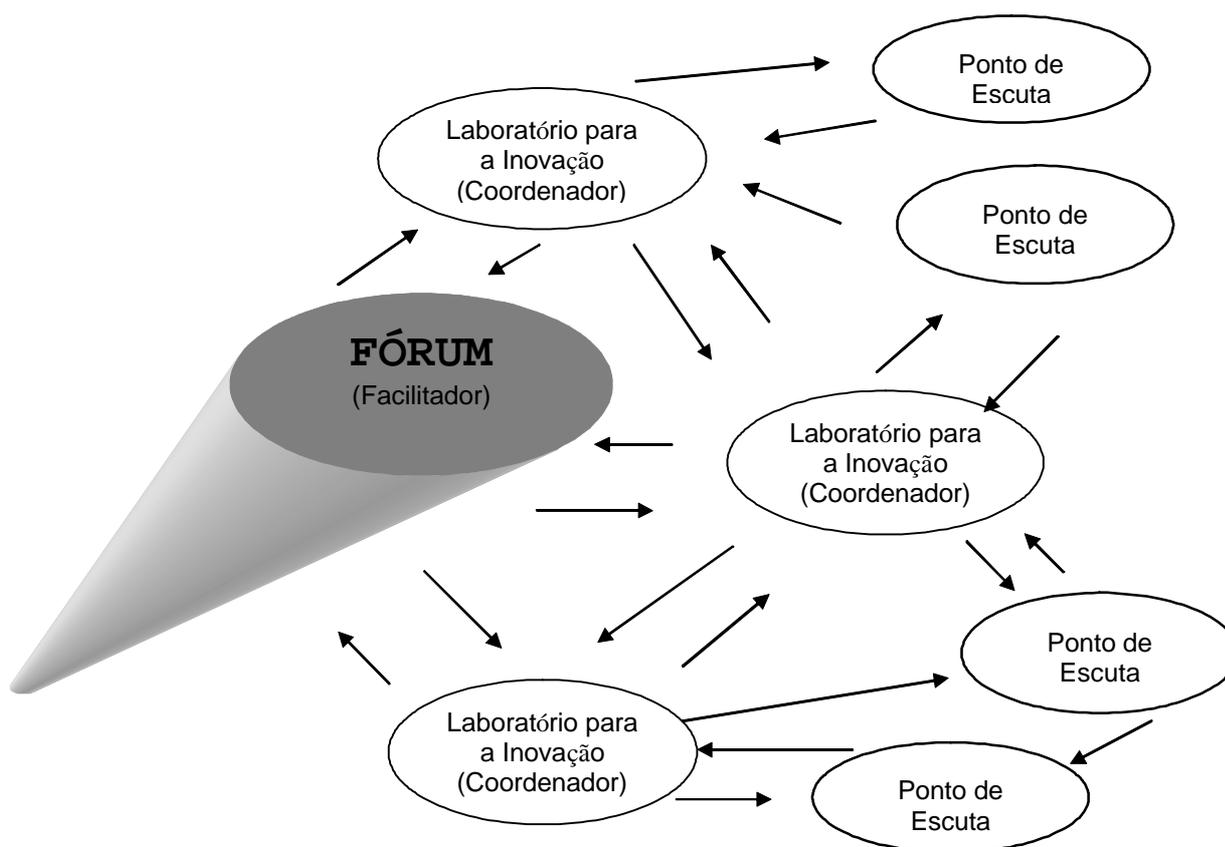
O objetivo é de criar uma rede de interlocutores da comunidade local e regional, envolvendo as pessoas e as organizações na avaliação e operacionalização dos projetos

que experimentarão práticas e procedimentos inovadores. A partir dos Pontos de Escuta, os Laboratórios se familiarizam com o estado da arte pertinente aos temas por esses tratados.

Quadro 3: Pontos de escuta

Exemplos de "Pontos de Escuta"
1. Universidades
2. CENTECs-Centro Tecnológico do Ceará
3. CVTs-Centro Vocacional Tecnológico
4. SENAI-Serviço Nacional da Indústria
5. EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
6. CIN-Centro Internacional de Negócios-(Federação das Indústrias do Ceará)
7. Centros Culturais
8. Associações de classe e comunitárias
9. Centros de Estudos e Pesquisas Internacionais
10. Câmaras de Comércio
11. Sindicatos
12. Bancos

Fonte: Elaborado pelas autoras

Diagrama 2: Tecnologia de mobilização social por meio de uma abordagem cooperativa

O diagrama acima mostra que as três entidades organizacionais estão intensamente inter-relacionadas constituindo uma rede de relações que fortalecem a interdependência produtiva, exercitando uma colaboração eficiente com a circulação da informação e produção do saber local. A partir desse inter-relacionamento e à medida que as conversações entre os técnicos e atores envolvidos avançam são definidos os conjuntos de ações através de uma metodologia que possibilite a aprendizagem cooperativa. Durante todo o processo o gerenciamento das metodologias é realizado através da utilização de instrumentos, com a formulação de indicadores e mapeamentos empíricos, de avaliação e verificação dos impactos, interfaces e implicações no território. Na medida em que facilita o inter-relacionamento, o aprendizado e a inovação, a constituição e a vivência prática dessa rede de inter-relações pode se constituir em um mecanismo eficaz para facilitar a evolução do APL para uma estrutura mais complexa como os SPL.

A idéia é que tudo se inicie com o fórum e a partir dele os grupos de trabalhos sejam formados por temas surgidos nas discussões entre os atores. Esses grupos atuarão como laboratórios de inovação; esses, por sua vez identificarão e se conectarão aos pontos de escuta, fonte privilegiada de informações e experiências relacionados ao tema de cada laboratório. Cada um dessas entidades acima abriga conjuntos de atores produtivos, institucionais e comunitários, assim como em cada uma delas opera uma liderança. Por exemplo, o fórum é liderado por um coordenador que entre outras missões coordena o esforço coletivo de mudança e capitaneia as iniciativas voltadas para esse fim. No caso dos laboratórios, o líder terá o papel de juntar os demais colaboradores do grupo com o intuito de assegurar que as medidas sugeridas pelo fórum sejam levadas adiante. Nos pontos de escuta serão identificados indivíduos de referência para facilitar os contatos e as trocas de informações. Todo o esforço gira em torno de facilitar a mudança e a ino-

vação – essenciais para a passagem de APL para SPL – e não simplesmente resolver problemas do dia-a-dia.

Considerações finais

Primeiramente este trabalho procurou fazer uma discussão ampla das diversas formas de abordagem sobre aglomerações de MPÉs. Destaca-se dentre estas abordagens aquela denominada Arranjos Produtivos Locais (APLs) e suas possibilidades de evolução para os Sistemas Produtivos Locais (SPLs), foco de análise deste estudo. A partir deste enfoque geral, foi elaborada e proposta uma tecnologia de mobilização dos APLs, enfocando a construção e fortalecimento do capital social e da governança.

A tecnologia de mobilização dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apresentada neste estudo ainda está em construção teórica. Contudo, a intenção prática é aquela de discutir projetos focalizados e ações integradas de suporte regional sobre objetivos de desenvolvimento compartilhados em nível local a partir dos recursos disponíveis na região. Considerando a profundidade da transformação, estes poderão realizar-se somente em um período a médio e longo prazo. O importante será colocar em movimento um processo que desencadeie rapidamente alguns primeiros resultados e que, para o restante das iniciativas, permita de definir os novos objetivos a serem alcançados por prazos definidos. Ressalta-se que uma política por parte dos poderes públicos, de coletividade local, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode melhor conectar os APLs ao desenvolvimento ecossistêmico das regiões explorando ao máximo as potencialidades do capital social e da governança, através da valorização e criação de sinergias entre as competências locais, a organização das complementaridades entre recursos e projetos, as trocas de saberes e de experiências, a formação de redes de ajuda mútua, a auto-organização das comunidades locais, a maior participação dos atores e da população em geral nas decisões políticas, a abertura para novas formas de especialidades e parcerias como meios para viabilizar o desenvolvimento local da região/cidade.

Notas:

¹ A chamada Terceira Itália constitui a região intermediária entre o Norte e o Sul do país. A partir dos anos 70, essa região passou a alcançar forte dinamismo, gerado principalmente por conta de aglomerações de pequenas empresas, conhecidas como distritos industriais, que se especializaram em negócios específicos.

² Arranjos produtivos locais podem ser definidos como sendo “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência” (ALBAGLI e BRITO, 2002, p. 3).

³ Sistemas produtivos e inovativos locais são definidos como “arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e gerando mais competitividade empresarial e capacitação social” (ALBAGLI e BRITO, 2002, p. 3).

Referências bibliográficas

ALBAGLI, S.; BRITO, J. *Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais*. Rede Sist, 2002.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 27., dezembro 1999, Belém-PA. *Anais...* Belém, 1999. p. 1281-1300.

AUDRETSCH, D. B. *Agglomeration and the location of innovative activity*. Oxford Review of Economic Policy 14: 2, Verão 1998.

BAPTISTA, Creomar. *Distritos flexíveis e desenvolvimento endógeno: uma abordagem “marshalliana”*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/statprof/distrit.html>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

BRITO, Jorge; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. *Características estruturais de Clusters Industriais na economia brasileira: uma análise inter-setorial*. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/cadernos/cadernos/caderno39.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2003.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, Marina. *Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas - arranjos e sistemas produtivos locais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ, 2002.

KRUGMAN, P. *What's new about the new economic geography?* Oxford Review of Economic Policy 14: 2, Verão 1998.

LE BORGNE, D. *La politique industrielle regionale en Italie*. Paris: Ministère de l'industrie et de l'Aménagement du Territoire/CEPREMAP, 1991.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PORTER, M. E. *Clusters and the new economics of competition*. Harvard Business Review, nov./dez. 1998.

SCHMITZ, Hubert. *Collective efficiency: growth path for small-scale industry*. Brighton: IDS, 1994.

SCHMITZ, Hubert; NADVI, Khalid. Clustering and Industrialization: Introduction. *World Development*, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SCOTT, A. The geographic foundations of industrial performance. In: CHANDLER Jr., A.; HAGSTROM, P.; SOLVELL, O. (eds.). *The dynamic firm - the role of technology, organization and regions*. Oxford: Oxford University Press, 1998. Chapter 16.

Interação entre micro, pequenas e médias empresas como estratégia de crescimento e capacitação: o pólo moveleiro de Votuporanga-SP

Interaction among micro, small and medium businesses as a strategy for growth and qualification: the furniture dealing center of Votuporanga – São Paulo

Interacción entre micro, pequeñas y medianas empresas como estrategia de crecimiento y capacitación: el polo mueblista de Votuporanga-SP

Helena Carvalho Lorenzo*
Mario Sérgio de Mattos Stipp**

Recebido em 28/11/03; aprovado e revisado em 28/03/04; aceito em 15/06/04.

Resumo: O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre as aglomerações produtivas e o desenvolvimento local a partir de uma análise crítica do desenvolvimento do pólo moveleiro do Município de Votuporanga-SP. O foco do estudo está voltado para a avaliação da interação entre as empresas na construção de capacitação local, principalmente quanto à qualificação da mão de obra, e na difusão das inovações. Parte-se da hipótese que o papel das empresas componentes do aglomerado produtivo não é linear, mas que estas podem dinamizar o conjunto do aglomerado bem como as economias locais, através da interação sistêmica entre as empresas e o “ambiente” local.

Palavras-chave: governança; sistemas produtivos; interação.

Abstract: The aim of this article is to contribute to the debate on productive conglomerations and local development beginning from a critical analysis of the development of the furniture sector in the Municipality of Votuporanga, in São Paulo. The focus of the study concentrates on the evaluation of the interaction between the companies in the construction of local training, mainly as to the qualification of the labourer, and in the diffusion of innovations. The initial hypothesis is that the role of the companies which are components of the productive conglomeration is not linear, but that these can bring dynamics to the group of those conglomerated as well as to local economies, through the systematic interaction between the companies and the local “environment”.

Key words: governance; productive systems; interaction.

Resumen: El objetivo de este artículo es aportar para el debate sobre las aglomeraciones productivas y el desarrollo local a partir de un análisis crítico del desarrollo del polo mueblista del Municipio de Votuporanga-SP. El enfoque del estudio está enderezado a la evaluación de la interacción entre las empresas en la construcción de capacitación local, principalmente con relación a la calificación de mano de obra, y en la difusión de las innovaciones. Parte de la hipótesis que el papel de las empresas componentes del aglomerado produtivo no es lineal, pero éstas pueden dinamizar el conjunto del aglomerado bien como las economías locales, a través de la interacción sistémica entre las empresas y el “ambiente” local.

Palabras clave: gobernanza; sistemas productivos, interacción.

Introdução

Os estudos de aglomerados produtivos que levem em conta sua dimensão espacial, a diversidade das atividades envolvidas, a presença de processos inovadores localizados, o papel das instituições e o ambiente sócio-econômico em que estão inseridos para explicar sua dinâmica e melhorias de competitividade vêm ganhando, recentemente, maior atenção da literatura econômica.

De fato, a importância da concentração espacial como fator responsável pelo aumento do grau de eficiência econômica, já apontada por Alfred Marshall desde o final do século XIX, e praticamente esquecida pelas teorias econômicas que foram hegemônicas ao longo de quase todo o século XX,

passou a ser novamente considerada como instância analítica relevante nos anos finais do século XX. Contribuíram para essa abertura, as profundas transformações por que vem passando o sistema produtivo mundial que associadas à conformação de uma nova ordem mundial implicou a readaptação e reestruturação de diferentes setores produtivos. Esses processos vêm indicando que a dimensão espacial, muitas vezes, é tão importante quanto o próprio crescimento e hegemonia dos mercados.

Por outro lado, vários exemplos mundiais, já clássicos, indicaram que a proximidade geográfica foi fator fundamental para explicar ganhos competitivos das empresas. Foi o caso do desenvolvimento e, principalmente, do sucesso dos aglomerados de fir-

* Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA – Araraquara-SP (hclorenzo@uniara.com.br).

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNESP/Araraquara (ms.stipp@ig.com.br).

mas eficientes e competitivas localizadas em áreas específicas como o Vale do Silício, nos EUA e na região conhecida como a Terceira Itália. À medida que a realidade econômica das últimas décadas foi mostrando o dinamismo de novos setores, de novas formas de articulação entre eles, de melhor desempenho competitivo das empresas e dinamização das localidades onde estão inseridos, os focos dos estudos foram se ampliando para além da própria empresa, buscando entender sua relação com as firmas e com as demais instituições dentro de um espaço geograficamente delimitado.

Assim, se a proximidade geográfica mais recentemente voltou a ser uma questão importante para explicar a competitividade das empresas, também a paulatina incorporação de novas instâncias analíticas, tais como: a sinergia, as economias de aglomeração, as formas de aprendizado, de interação, e principalmente de inovação, passaram a caracterizar, em diferentes graus de intensidade, os principais trabalhos que enfatizam o estudo das formas de articulação como explicativas da força competitiva dos aglomerados.

A maior parte dos estudos sobre aglomerações produtivas está voltada para a análise dos casos localizados em países desenvolvidos. No caso dos países em desenvolvimento a importância da interação entre os diferentes agentes produtivos como fonte geradora de inovações e de vantagens competitivas também tem sido ressaltada. Boa parte dessa literatura, no entanto, está voltada principalmente para a análise de casos em que há relações claras entre os aglomerados produtivos e o comércio internacional. Cabe assim questionar a importância destes aglomerados e sua inserção com as economias locais, suas potencialidades para a construção de capacitação tecnológica, os mecanismos e processos de aprendizagem e as formas como se difundem as inovações.

1 Principais enfoques teóricos para o estudo dos aglomerados em países em desenvolvimento

Apesar do presente estudo estar focado na avaliação da interação como estratégia de crescimento e melhoria de capa-

citação, a questão da proximidade espacial das indústrias e do local constituem referências teóricas importantes, porque podem ser consideradas básicas para a compreensão do crescimento dos aglomerados e das firmas, para o aumento de sua competitividade e capacidade inovativa. As possibilidades de desenvolvimento do aglomerado e de melhorias na competitividade das aglomerações aparecem, cada vez mais associadas às possibilidades de ações conjuntas e ao potencial de formulação e implementação de políticas públicas.

Nesta direção podem ser mencionados alguns enfoques teóricos para os estudos dos aglomerados. Os principais enfoques, todavia, não podem ser considerados excludentes, pelo contrário há uma convergência bastante clara quanto ao papel do local no crescimento das firmas, no aumento de sua capacidade inovativa e na importância da articulação entre os agentes como estratégia de capacitação e difusão da inovação.

Os dois primeiros enfoques aqui considerados tratam os aglomerados como resultado material das forças de mercado. A abordagem denominada Nova Geografia Econômica elaborada a partir dos trabalhos de Paul Krugman (1991) evidenciou as possibilidades de crescimento através do mercado, advindas das ligações entre a geografia (o local) e o comércio internacional. Nesta análise, apesar da importância local, não há espaço para políticas públicas; e está voltada à inserção dos aglomerados nas cadeias globais. A abordagem denominada de Economia de Empresas (PORTER, 1998) enfatiza a importância dos agrupamentos e de fatores locais que podem sustentar o dinamismo de empresas líderes. A proximidade de fornecedores e mesmo de empresas rivais são fatores de incentivo à dinâmica industrial. Nesse caso também, embora não haja um papel direto para as políticas públicas, dado que são as forças de mercado os principais contribuintes do sucesso do agrupamento, o governo pode e deve prover infra-estrutura, educação e mesmo regras de concorrência.

As abordagens conhecidas como Economia Regional (PIORE e SABEL, 1984), e Economia das Pequenas Empresas e Distritos Industriais (SCHMITZ, 1997; 1999), enfatizam fortemente o apoio do setor público por

meio de medidas específicas de políticas e de cooperação entre as empresas do agrupamento. O interesse mais recente da abordagem da Economia Regional pelos agrupamentos surgiu a partir dos estudos sobre os distritos industriais italianos e, posteriormente, em outros países europeus e nos EUA (BECATINI, 1994; MARKUSEN, 1995). O resgate dessa importância pela nova Economia Regional se dá através da concepção de que os anos 1970 marcam o início de um novo paradigma de desenvolvimento no qual o desenvolvimento local é, antes de tudo, flexível capaz de adaptar-se a dados mutáveis e constitui alternativa para um desenvolvimento endógeno e autocentrado (BENKO, 1996). A região é vista como um nexo de interdependências que não são “comercializáveis”, ou seja, podem gerar uma estratégia de diversificação e de articulação das atividades com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, apondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território (SCOTT, 1998).

A abordagem relativa à aglomeração de Pequenas Empresas e Distritos Industriais aponta para a existência de forças deliberadas de ação decorrente de cooperação conscientemente buscada entre agentes privados e do apoio do setor público, além das economias externas locais incidentais ou espontâneas (SCHMITZ, 1997; 1999). Esta abordagem está bastante relacionada ao estudo dos aglomerados nos países menos desenvolvidos. Em alguns estudos enfatizam-se as relações entre os aglomerados e seus mercados através de cadeias de “commodities”, que podem ser caracterizadas por duas fases: cadeias características de setores intensivos em capital e trabalho, e cadeias características de bens de consumo intensivos em mão de obra. Esta visão tem como foco principal a inserção dos aglomerados locais nas cadeias globais.

Pode ser ainda considerada dentro desta última, outra linha de estudo sobre aglomerados locais apoiada mais fortemente nos mercados nacionais, sem desprezar sua relação com a globalização. O conceito de “eficiência coletiva” definido como vantagem competitiva derivada das economias externas locais e da ação conjunta é bastante enfatizado e combina os efeitos espontâneos (ou não planejados), daqueles conscien-

temente buscados ou, planejados (MEYER-STAMER, 2000).

Uma última abordagem aqui mencionada: conhecida como Economia neoschumpeteriana sobre Sistema de Inovação, enfatiza que a proximidade local facilita o fluxo de informações e “spillovers” de conhecimento. As atividades econômicas baseadas em novo conhecimento têm grande propensão a aglomerarem-se dentro de uma região geográfica. Ressalta a importância das instituições, de suas políticas, assim como de todo o ambiente sócio cultural em que se inserem os agentes econômicos. Essa abordagem também enfatiza o aprendizado por interação (entre fornecedores, produtores e usuários), em sistemas de inovação, que envolvem, além de empresas, outros agentes particularmente, instituições de ensino e pesquisas nacionais, regionais e, principalmente, locais (FREEMAN, 1995). Dentre os aspectos considerados condicionantes para os processos de aprendizagem destacam-se o uso de recursos e capacidades locais que dependem em boa medida do modo de governança e da coordenação das interações dentro de um sistema. Entende-se por governança a coordenação entre os agentes institucionais públicos ou privados presentes no interior do sistema local. A ação de governança pode variar de forma interativa baseada em níveis diferentes de relações entre os agentes (HUMPHEY e SCHMITZ, 2000).

2 Objetivos e metodologia

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre as condições de desenvolvimento das aglomerações produtivas a partir de uma análise do pólo moveleiro do Município de Votuporanga -SP. O foco do estudo está voltado para a avaliação da interação entre os agentes locais na construção de capacitação local, principalmente quanto à qualificação da mão de obra e difusão das inovações. A justificativa para se examinar o assunto fundamenta-se no fato de que a experiência brasileira no estudo desta relação é pouco conhecida, a despeito da crescente preocupação com o tema na literatura econômica especializada. Parte-se da hipótese que o papel das empresas componentes do aglomerado produtivo não é li-

near, mas que podem ser dinamizados pela interação sistêmica dos elos da cadeia produtiva e o “ambiente” local. Essa interação pode ser avaliada através do estudo das formas de cooperação entre as empresas a partir da coordenação das interações locais (governança).

Do ponto de vista metodológico e da pesquisa empírica buscou-se, primeiramente, identificar a dinâmica da atividade empresarial e as características mais gerais do pólo moveleiro através da consideração de fases de seu desenvolvimento. Nesse sentido foram ressaltadas as especificidades históricas e regionais e as condições endógenas que permitiram e explicam seu desenvolvimento.

Na seqüência (através de um conjunto de entrevistas em profundidade), buscou-se identificar as instituições e agentes envolvidos, avaliar o nível de cooperação e governança por meio do estudo da interação entre empresas e instituições públicas e privadas. Como recurso para a análise e não como tipologia, foram estudadas cinco dimensões principais por meio das quais buscou-se identificar formas e principais características da interação entre empresas, fundações, instituições públicas e privadas, etc. e seus resultados principais.

As principais dimensões investigadas foram: 1) *formas institucionais e privadas* por meio das quais são realizadas diferentes modalidades de interação (formal e informal); 2) *origem dos recursos financeiros* para ações cooperativas. Buscou-se, pelo conhecimento da origem dos recursos conhecer o padrão de relação entre as empresas; 3) *nível decisório e liderança*. Se pertence a uma única organização, ou pessoas; como ganha legitimidade; e como são motivados para a ação. Em geral, sempre identifica-se a influência de um líder principal enquanto agente instituído e incentivador da ação social e coletiva das empresas; 4) *tipos e objetivos de projetos*. Tentamos descobrir a linha ou escopo de atuação, a forma de condução dos projetos relativos à interação, os tipos de cooperação e as potencialidades de relacionamento entre as empresas. Através de um aspecto que denominamos pontos estruturais de contato procurou-se conhecer se houve formação de um sistema de redes com conexões, além do nível decisório superior ou das lideranças, se houve de tro-

cas de conhecimento, identificando essas relações e seu grau de interação; 5) *resultados dos projetos*. Buscou-se identificar o papel dos projetos cooperativos para melhoria da capacitação local, particularmente na qualificação da mão de obra e na difusão de inovações, e também avaliar o papel da cooperação para a melhoria da competitividade empresarial e do pólo como um todo.

3 O pólo moveleiro no município de Votuporanga-SP

O Município de Votuporanga, localizado em região Noroeste do Estado de São Paulo e distante 520 quilômetros da capital, centraliza uma região de produtores de móveis. Em 1998 registravam-se na região a existência de 350 empresas fabricantes de móveis, dos quais 170 na cidade de Votuporanga. Naquele mesmo ano, o número de empregos era de 7.300 trabalhadores, sendo que o emprego na década de 1990, cresceu aproximadamente 4,0% ao ano. Caracterizada pela forte presença de pequenas empresas, a produção está concentrada em móveis residenciais, cuja participação é de 94% (STIPP, 2002, p. 75).

Trata-se de área rica em mata nativa que encontrou na madeira uma atividade econômica alternativa à atividade cafeeira desde as primeiras décadas do século XX. Nos anos 60 começaram a surgir as primeiras indústrias de móveis, mas foi na década de 1970 que grande número de pequenas e micro empresas começaram a se expandir e a dinamizar suas atividades, sempre a partir de intensa utilização de mão de obra e de baixo valor agregado. Desde o início, o crescimento consistiu e dependeu basicamente do aumento do número de fabricantes e/ou da entrada de novas PMEs (Pequenas e Médias Empresas), cujos novos proprietários emergiam das empresas já existentes (antigos funcionários) ou do comércio (lojistas ou representantes comerciais) normalmente ligados ao setor moveleiro. Ao mesmo tempo em que o número de empresas crescia, ampliavam-se as dificuldades: equipamentos com tecnologias defasadas forçavam certa especialização de mão de obra quanto à destreza e habilidade; falta local de matéria prima básica (já extinta a mata nativa) que pas-

sa a vir de Cascavel-PR, incidindo fortemente sobre os custos da produção.

No início dos anos 1970 foi criado o PLAMIVO, Plano de Amparo e Incentivo Industrial de Votuporanga, através de lei municipal que autorizava a prefeitura a doar terrenos no distrito industrial e conceder incentivos fiscais de 10 a 20 anos com o objetivo de fomentar novas indústrias, geração de empregos, aumento da produção e da arrecadação. Em 1975 foi criada a AIRVO, Associação Industrial da Região de Votuporanga que foi, efetivamente, quem deu origem às primeiras formas de sinergia local e à formação do aglomerado (STIPP, 2002, p. 80).

No final da década de 1970 e início dos anos 80, a aglomeração das indústrias de móveis de Votuporanga começa ganhar densidade a partir das políticas públicas da PLAMIVO e ações privadas da AIRVO. Nesses anos, em conjunção com a contratação de consultorias externas efetuadas pela maior indústria da região, começa a propagar-se uma nova "atmosfera industrial", que poderia ser identificada como um conjunto intangível de ativos responsáveis pela percepção inicial da importância das inovações organizacionais dentro do aglomerado.

O número de empresas e o emprego cresciam, mas incorporava-se pouca tecnologia. Em 1980, havia 136 empresas de móveis que empregavam 2.228 pessoas. Em 1991 o emprego cresceu para 5.000, quase sem aumentar o número de empresas, indicando, ainda, elevada incorporação de mão de obra e baixa utilização de tecnologia (STIPP, 2002, p. 80).

4 Crise, associativismo e sobrevivência

Nos primeiros anos da década de 1990, as dificuldades econômicas e administrativas aumentaram, dado a ausência de novas tecnologias e design, a antiquada administração das empresas, aliadas às dificuldades macroeconômicas provenientes do Plano Collor (redução e liquidez). Diante da forte crise e de tais obstáculos, um grupo de empresários ligados à produção de móveis e a AIRVO empenhou-se em reverter as dificuldades.

O processo que se iniciou pode ser descrito como uma busca coletiva para a melhoria de eficiência e da competitividade. Foi um movimento de articulação e de transforma-

ções nas interações entre firmas que se desenvolveu ao longo da década de 1990 e acentuou o caráter de interdependência, bem como o posicionamento frente ao mercado. Possibilitou melhor concorrência, viabilizou uma acentuada cooperação interfirmas, geração e difusão de inovações no interior destas.

As primeiras atividades ocorreram em 1992 quando os empresários, de forma associativista, com apoio da AIRVO e parceira com o SEBRAE/SP (Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) criaram o "Pólo de Desenvolvimento Moveleiro da Região de Votuporanga", denominado comercialmente como "Interior Paulista Design" (IPD). Partindo de uma proposta metodológica concebida pela FIA/USP (Fundação Instituto de Administração), conveniada à FEA/USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), desenvolveu-se o projeto "Pólo de Modernização Empresarial para a Eficiência Coletiva", cujo objetivo geral era de estimular a cooperação entre PMEs do mesmo ramo e setor.

O projeto Pólo visava melhorar a competitividade individual de cada empresa. Ao cooperarem entre si, viabilizavam atuação conjunta, particularmente em projetos de interesses comuns compartilhando custos e benefícios. O principal foco era formar ou fortalecer redes horizontais de cooperação, possibilitando o acesso às novas tecnologias de produção e gestão. Também se destacam objetivos de estimular a capacidade associativista entre empresários, desenvolver a capacidade gerencial, aumentar a competitividade, racionalizar custos, formar novas lideranças, fortalecer as entidades de classe, promover o desenvolvimento regional e participar de novos mercados.

A partir desses objetivos foram sugeridas e discutidas várias propostas e alternativas. Algumas de forma mais democráticas, outras nem tanto. Voltavam-se basicamente para: *a gestão empresarial*: sistema de controle e informações gerenciais (estoque, produção, fluxo de caixa), através do uso da informática, análise econômica da empresa, apuração sistematizada de custos, bem como da formação do preço de venda e sua política; *a produção*: central de compras para obter um maior poder de negociação e baixar os custos das matérias-primas, manutenção compartilhada, capacitação de RH (treinamentos, enfo-

cando particularmente a área de “chão de fábrica”, mas também pessoal indireto da produção); *marketing*: direcionamento para a produção do segmento de móveis “country”; realização de feira anual na cidade, como maneira diferenciada de showroom; marca coletiva, aliado a controle de qualidade (das matérias-primas e dos produtos acabados).

A implementação das propostas não foi um processo fácil. Houve forte resistência de empresários, principalmente quanto ao estilo “country”. Os empresários locais começaram a cobrar participação mais efetiva do SEBRAE/SP, em detrimento da metodologia FIA/USP. O convênio FIA/USP, bem como convênio com FATEC (Faculdade de Tecnologia), não prosseguiram. Porém várias de suas propostas, implantadas pela nova coordenação do pólo, acabaram por frutificar, particularmente nas 14 empresas que incorporaram desde o início o desafio associativista.

No mesmo ano, através de convênio entre a AIRVO e o SEBRAE/SP, foi designado um coordenador do pólo, cuja atuação levou a uma maior articulação, redirecionando o processo e gerando novas oportunidades para ações conjuntas.

A geração e difusão de conhecimentos adquiridos durante esse processo foram muito significativas e possibilitaram um estreitamento maior nas relações empresariais, fortificando a sinergia. Deve-se ressaltar a importância do coordenador dessas ações cuja função, em muito se assemelhou aos coordenadores nos distritos industriais italianos. As iniciativas estudadas no campo da cooperação mostram que houve um processo de aprendizado e de descoberta de potencialidades, tanto no sentido de preocupação social, quanto em relação à forma de atuação em rede e em interdependências.

5 A interação constituída

A partir de 1993 foram intensificadas atividades visando capacitação nas áreas de administração e finanças, produção e marketing. As ações coletivas mais significativas foram: a) alteração no layout produtivo de diversas fábricas, reavaliação de funcionários e equipamentos, maior controle na qualidade de matérias primas; b) profissionalização das empresas, incremento à parcerias e terceirizações, elaboração e utilização de

planilhas de custo, adoção de medidas de estímulo à produtividade; c) redirecionamento e marketing dos produtos, reavaliação dos mercados, estímulo a qualidade, valorização da marca, propostas de treinamento e profissionalização dos representantes comerciais vinculados as empresas; d) planejamento de curto, médio e longos prazos; estabelecimento de projetos que seriam aplicados de forma associativista em empresas, cujo término levaria à implantação das normas NBR ISO 9000; organização de centrais de compras que destinavam-se, basicamente, às empresas de estofados.

Paralelamente, por meio de um processo de capacitação do empresário local, procurou-se criar uma visão mais abrangente de mercado, de negócios e do desenvolvimento regional. As avaliações e os resultados foram se desenvolvendo de forma conjunta, proporcionando um feedback tanto para os empresários quanto para os consultores. Alicerçavam-se, no dia a dia, as experiências adquiridas por ambas as partes.

Inicia-se em 1994, um grupo de Qualidade Total, orientado pelo SEBRAE/SP, que em curto prazo e aliado aos projetos de consultorias, resultou numa mudança de patamar, em termos quantitativos e qualitativos, de produção e produtividade. O projeto ISO-9000, inicialmente constituído pelas 24 empresas que originaram o pólo no período anterior, com recursos provenientes do CNPq, via projeto PATME, proporcionou que as indústrias de móveis (as primeiras do Estado de São Paulo) conseguissem obter o certificado de qualidade ISO-9002.

Em 1998, o pólo moveleiro estava composto por aproximadamente 350 empresas e 7300 funcionários diretos, representando uma relação de 20,9 funcionários por empresa, evidenciando uma grande concentração de MPEs. A empresa de maior porte, operava com 226 funcionários e produção de 380 sofás por dia, após esse projeto inovou no seu processo produtivo ao trocar o sistema serial pelo sistema de células de produção, saltando para 300 funcionários, em 1998. Nesse período, o salário dos moveleiros se beneficiou duplamente, aumentando seu poder de compra, como conseqüência do plano Real e do piso salarial mais alto do país. Várias conquistas (cesta básica, convênio médico) de forma indireta ampliavam seus rendimentos.

A prática de não registrar formalmente o trabalhador ou mesmo pagar seu salário “por fora”, comum nas décadas de 1970 e 1980, foi reduzida (STIPP, 2002, p. 118).

Com a abertura do mercado nacional e a possibilidade de importações de novas tecnologias, basicamente máquinas e equipamentos italianos e alemães - proporcionados a partir de 1994 com a paridade cambial e linhas de importações do BNDES, por meio do FINAMIM - constatou-se a necessidade de uma mão de obra com um novo perfil e novas especificações. Para suprir tal necessidade começou a esboçar-se o que viria a ser o Centro da Madeira e do Mobiliário (CEMAD), uma escola técnica para a formação de mão de obra específica para a indústria de móveis de Votuporanga e região.

A criação do Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário (CEMAD) em 1999, deu-se por convênio entre a recém criada Fundação Votuporanguense de Educação e Cultura (FUVEC) e o Ministério de Educação e Cultura (MEC/SEMTEC/PROEP). Cabe ressaltar que a FUVEC é mantida pela Prefeitura Municipal de Votuporanga, pela AIRVO e pela Fundação Educacional de Votuporanga (FEV). Esse convênio (nº 60/99), possibilitou os recursos iniciais para a construção do CEMAD, inspirado no Centro Técnico do Mobiliário (CETEMO), análogo, de Bento Gonçalves (RS) e concebido no padrão, SENAI/SP.

O CEMAD tem como objetivo a formação de mão de obra moveleira especializada, particularmente de nível básico e técnico, e a capacitação tecnológica das empresas. Dispõe Salas de Tecnologia; Sala de Desenho Técnico; Oficinas de Aprendizagem e Laboratórios (CAD/CAM, Afiação de Ferramentas e Ensaio). Em maio de 2000, assina convênio com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para venda e repasse de mais de 8,5 mil normas técnicas.

A preocupação com o conhecimento e sua difusão gerou ações coletivas que possibilitaram também a criação, em 1999, do curso superior de Tecnologia em Produção Moveleira, no Centro Universitário de Votuporanga (CEUV). Recentemente, com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDETC) para a criação do núcleo de design e desenvolvi-

mento de novos projetos o CEMAD pode ampliar suas atividades de capacitação de mão de obra com desenvolvimento de programas voltados para o design e criação de novos produtos e processos.

Considerações finais

As participações da Prefeitura, de organismos educacionais como o SENAI, da Faculdade de Tecnologia da Produção Moveleira e do CEMAD foram fundamentais para a qualificação da mão de obra, mas a estrutura que mais merece destaque por parte dos empresários é a AIRVO. Houve grande adesão de empresários às ações que possibilitaram, principalmente, reduções dos custos, mas apesar dos benefícios coletivos, muitos empresários não tiveram tal percepção. Embora tenha havido grande peso na instituição empresarial, paradoxalmente, houve também dificuldade para a associação institucional. E, ainda hoje, boa parte dos industriais considera a mão de obra o mais importante fator de produção (produtividade e salários são itens da maior relevância na estrutura de custos), não ha clareza da importância e do papel do aprofundamento da capacitação nem das inovações.

Deve-se ressaltar que as dificuldades para a cooperação associativa institucional não significam que os empresários locais não se organizem para defender seus interesses. Ao contrário, sua capacidade de mobilização é considerável, constituindo um grupo quase uniforme quando a “estratégica regional” é colocada em cheque, ou seja, interesses comuns quanto à manutenção ou ampliação de riqueza e poder, entre outras coisas. Um exemplo ilustrativo é o da negociação coletiva do trabalho, quando sua presença em plenário mostra claramente uma proximidade de interesses e alto grau de articulação.

Existe até o presente uma propensão à falta de união dos empresários (amplificada pela competição). Nesse sentido, a coordenação do pólo adquiriu uma função de relevância, pois alicerçou a estrutura de governança, ajudando a manter a ordem e minimizar os rompimentos, afastando ações oportunistas e reforçando o estabelecimento de contatos baseados na confiança, que é importante componente dos custos de transação e, portanto, geradores de mais vantagens competitivas.

Quanto ao envolvimento de trabalhadores na produção moveleira observa-se que ao longo do tempo houve uma verdadeira “cultura” setorial na região, possibilitando uma familiaridade da força de trabalho com as práticas utilizadas, formando e acumulando competências específicas, destreza e habilidade por parte desses trabalhadores. Tal situação é percebida pelos empresários como um dado, e não como uma conquista. Apesar das estratégias coletivas, do aumento significativo da capacidade produtiva, inclusive com ganhos de aprendizado, os empresários não foram capazes de gerar processos de aprendizado voltados à inovação. O sistema é frágil e muito dependente de coordenação legitimada institucionalmente.

A cooperação funcional entre os trabalhadores é outro atributo a ser destacado e permite um aprendizado informal, baixando o custo de treinamento dessa mão de obra, proporcionando um alto desempenho e, conseqüentemente, uma boa produtividade.

Um levantamento feito pela AIRVO, em 1994, constatou que nas 24 MPEs participantes iniciais do programa ISO-9002, 86% dos trabalhadores diretamente envolvidos na produção não tinham o ensino fundamental completo. Com o incentivo para o retorno desse trabalhador aos bancos escolares foram criadas vantagens ativas. Hoje, uma empresa média conta com 9% de seus trabalhadores fazendo o curso de tecnologia da produção moveleira, em nível superior.

Finalmente dois aspectos merecem ser ressaltados: aspectos relacionados com a qualificação da mão de obra, herança socio-cultural e sinergia das instituições locais e a presença de um agente coordenador inserido político-social e culturalmente na localidade que, ao promover a interação entre instituições, a troca de informações e experiências, mediou o equacionamento de lógicas opostas e o desenvolvimento de características que propiciaram a cooperação. Apesar das ambigüidades, conflitos e contradições que ainda permanecem para serem compreendidos ou superados, a valorização do desenvolvimento local conquistada foi devida ao avanço da interação e da melhoria na capacitação como estratégia de transferência de conhecimento para a atividade produtiva.

Referências bibliográficas

- BECATINI, G. O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica. In: *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.
- BENKO, G.; LIPETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.(org.). *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: MCT/IBICT, 1999. 799p.
- COUTINHO, L. et al. Design na indústria brasileira de móveis. Curitiba: Alternativa. p. 103. In: *Série Estudos* n. 3 da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário - Abimóvel, 2001.
- FREEMAN, C. The national system of innovation in historical perspective”. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.
- FERREIRA, M. *Pólo moveleiro de Mirassol*. Campinas: Unicamp/IE/Neit, 1997.
- HUMFREY, J.; SCHMITZ, H. Governancy and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. In: *IDS Discussion Paper*, n. 120, 2000.
- KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge-MA: MIT Press, 1991.
- LORENZO, H.C. Reestruturação produtiva e políticas de desenvolvimento. In: *Revista UNIARA*, Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, n. 9, 2001.
- MARKUSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. In: *Nova Economia – Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 1995.
- MEYER-STAMER, J. *Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica*. Joinville: Fundação Empreender, 2000.
- NORTH, D.C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: University Press, 1990. p.152.
- PIORE, M.; SABEL, C. *The second industrial divide: possibilities for porsperity*. Nova Iorque: Basic Books, 1984.
- PORTER, M.E. Clusters and the new economics of competition. In: *Harvard Business Review*, nov./dec. 1988.
- SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. In: *FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 1997.
- SCHMITZ, H. Global competition an local cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil. In: *World Development*, v. 27, n. 9, 1999.
- STIPP, M.S.M. *Cluster industrial: o pólo moveleiro de Votuparanga*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia FCL/UNESP, Araraquara, 2002.
- SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R.; SAMPAIO, S.E.K. Aglomerações industriais no estado de São Paulo. In: *Economia Aplicada*, v. 5, n. 4, 2001.

Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática

Rural settlements on the political agenda of local development: Rhetoric and practice

Asentamientos rurales en la agenda política del desarrollo local: la retórica y la práctica

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*

Luis Antonio Barone**

Recebido em 28/11/03; aprovado e revisado em 28/05/04; aceito em 15/06/04.

Resumo: O texto procura discutir as relações dos assentamentos com o poder local, encarado como expressão de arranjos, de tensões, de gestão de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de uma nova cultura. O artigo, produto inicial de um projeto em andamento, descreve ações das prefeituras e demais instituições públicas nos rumos dos assentamentos, encarados como alternativas de desenvolvimento local.

Palavras-chaves: assentamentos rurais; poder local; sustentabilidade e desenvolvimento local; assentamentos rurais e políticas públicas.

Abstract: The text seeks to discuss the relationships of the settlements with local power, seen as an expression of arrangements, of tensions, of administration of new strategies of refusal and of acceptance of proposals of partnerships between town halls and plants in the region and of the engendering of a new culture. The article, initial product of an on-going project, describes actions of the mayors and other public institutions as to the direction of the settlements, seen as alternatives of local development.

Key words: rural settlements; local power; sustainability and local development; rural settlements and public strategies.

Resumen: El texto busca discutir las relaciones de los asentamientos con el poder local, encarado como expresión de arreglos, de tensiones, de gestión de nuevas estrategias de recusa y de aceptación a las propuestas de aparcerías entre ayuntamientos y usinas de la región y del engendramiento de una nueva cultura. El artículo, producto inicial de un proyecto en andamiento, describe acciones de los ayuntamientos y demás instituciones públicas en los rumbos de los asentamientos, encarados como alternativas de desarrollo local.

Palabras claves: asentamientos rurales; poder local; sustentabilidad y desarrollo local; asentamientos rurales y políticas públicas.

O presente artigo é consequência de um ciclo de 18 anos de estudos voltados à temática dos assentamentos rurais, no qual temos nos defrontado com situações paradoxais e temos tido clareza de que os assentamentos, processos sociais complexos devem ser investigados em sua multidimensionalidade, expressão da diferenciação das experiências e da necessária avaliação crítica de sua análise pelo prisma da univocidade. Ressaltamos, em tempo, que este artigo é produto inicial de um projeto de pesquisa que se encontra em andamento¹. A reflexão aqui exposta, portanto, constitui-se em um momento provisório da investigação, dando conta apenas de cercamentos teóricos e empíricos parciais.

O fato dos assentamentos conduzirem ao debate de uma pluralidade de questões, a diversidade de enfoques teórico-metodológicos e a realidade dinâmica deste nosso objeto de estudo tem nos revelado a necessidade de não trabalharmos como se fossem compartimentos estanques e espacialmente demarcados.

A nossa recusa em analisar os assentamentos a partir de um único enfoque tem implicado em um compromisso de propor à reflexão um conjunto de idéias que retratem a complexidade, a diversidade, a multidisciplinariedade e a manutenção de um diálogo crítico com os estudos que procuram discutir assentamentos a partir de indicadores sócio-econômicos.

Os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão tem sido por nós enfrentada com referenciais analíticos que têm como parâmetros a constituição de categorias e não a construção de instrumentos de medidas. Tal escolha tem nos levado a sair a campo e, como aconselha Bourdieu (1989), por em "ação" nossas teorias. A realidade dos assentamentos exige cuidadosa vigilância para não passar da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito (GIANOTTI, 1976, p. 163), como se essa passagem pudesse dar-se mecanicamente, sem uma atenção ao processo pleno de contradições dos assentamentos.

* Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA - Araraquara (mestrado@uniara.com.br).

** Professor do Departamento de Planejamento da UNESP/Presidente Prudente (mestrado@uniara.com.br).

Face aos dilemas de análise destes processos complexos e à quase inexistente produção acadêmica sobre sua relação com os rumos do desenvolvimento local/regional, propomo-nos nas presentes reflexões aprofundar a rede de relações dos assentamentos com o poder local, não encarado em suas externalidades, mas como expressão de arranjos, de tensões, de gestação de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas vindas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de novas formas de poder, talvez de uma “nova cultura política”.

A trama de tensões na inserção dos assentamentos no desenvolvimento local

A idéia de uma trama de tensões como instrumento analítico de compreensão da realidade busca a superação da noção de “*impacto*”, entendida como externalidade e tão utilizada em pesquisas recentes sobre a temática da inserção social dos Projetos de Assentamentos Rurais em distintos contextos regionais. Por meio dessa construção analítica, os assentamentos (elementos presentes há cerca de 18 anos na região de Araraquara e, se com menos tempo na região do Pontal do Paranapanema, certamente com mais importância social e política) são compreendidos como constitutivos de uma realidade complexa. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agro-industrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista.

Assim, falar em trama de tensões implica ressaltar os pontos críticos, os nós górdios das relações construídas por distintos atores, sendo destacados nesse estudo os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. Os pontos de tensão privilegiados nesse artigo estão enfiados nos campos econômico e político, nos quais os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes – o que

não deve ser tomado como idealização, nem como padrão homogêneo - com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos - gestados tanto na esfera pública quanto na privada - é gerador dessa trama de tensões, opondo agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Tal movimento que não se apresenta como caminho de mão única exige a análise das singularidades das **ações de resistência, acomodação ou conflito** que se sucedem no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno, seja ele o meio natural, a realidade político-institucional ou os contextos culturais e econômicos.

Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária.

Essas relações de forças compõem um campo de disputas onde as tensões se expressam por possíveis conflitos, acomodações e resistências. É oportuno citar aqui o conceito de campo, conforme o concebeu Pierre Bourdieu (1989), espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa.

No caso da perspectiva deste projeto, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento.

A noção de trama de tensões, que sustenta teoricamente este artigo nos parece profundamente imbricada no conceito de

modos de vida, perspectiva que encerra as nossas preocupações teóricas desde há muito. Ela enfatiza as dimensões teóricas (aspirações, projetos, representações) e práticas (estratégias, habitus) da ação do grupo social dos assentados, sempre numa relação de força com outros agentes. E leva em conta ainda suas relações com a natureza.

O modo de vida em questão é constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade (entendida como sustentabilidade social e econômica) num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu (1989).

Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) têm no âmbito local (municipal e microrregional) o cenário privilegiado das presentes discussões. Isso porque cresce cada vez mais a importância dessa esfera na definição de estratégias de desenvolvimento local/regional.

As possibilidades e diversidades da constituição dessa trama de tensões, na inserção local dos assentamentos rurais exigem a compreensão do poder público municipal não apenas como uma força externa, conforme se tem suposto em pesquisas anteriores, mas leva em consideração duas determinações que nos parecem fundamentais: 1) a ação dos poderes públicos locais (Prefeituras e demais instituições públicas) como escala geográfica fundamental na luta pelo poder e afirmação política dos agentes assentados, constituindo uma teia de relações e de confrontos de interesses (Abramovay, 2003) que explicita a trama de tensões a ser investigada; 2) o princípio de que o poder público local não é agente neutro no processo – como de resto todo o aparato estatal – definindo suas ações mediante o jogo de forças sociais na conjuntura estudada. Os interesses econômicos e os compromissos políticos perfazem essa conjuntura na escala local, privilegiada no projeto, levando-se em consideração a coincidência com um período histórico marcado pela chegada ao poder federal de uma coalizão de forças políti-

cas lideradas pela esquerda (governo Lula, 2003-2006), cuja preocupação com a temática da Reforma Agrária é patente.

A referida sustentabilidade, econômica ou social dos assentamentos, perspectiva não idealizada, mas analisada em um contexto de disputas e conflitos, ações de acomodação e de resistência, fornece a perspectiva destas tensões, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração. A inserção se dá mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações. No que tange às prefeituras, essa rede de relações políticas é constituída através das parcerias, dos projetos específicos, da prática clientelista e disputa de projetos distintos, com a possibilidade de construção do que já denominamos acima de uma “nova cultura política”, fazer-se pautado pelo aprofundamento da participação popular nos fóruns deliberativos. O jogo das forças sociais nesse campo revela tensões, reciprocidades e mediações que precisam ser analisadas, a fim de se compreender melhor o dramático processo de inserção dos Projetos de Assentamentos nos espaços microrregionais e locais.

Os Assentamentos Rurais na região de Araraquara (SP): as contradições da modernização agrícola e o poder do agronegócio

Fruto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 18 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o P.A. Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Divisão Regional de Saúde (DIR-Araraquara).

Conforme podemos observar no quadro abaixo, um mesmo projeto de assentamento, instalado sob coordenação do governo estadual por etapas e ao longo de anos, distribui-se por três municípios vizinhos, o que revela um fator complicador para a implementação de uma política local de desenvolvimento.

No mesmo período em que o ITESP instalou o núcleo mais recente do P.A. Monte Alegre - o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) - o mes-

mo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Araraquara que dá nome ao Horto. As dimensões deste P.A., além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI da Monte Alegre, fazem com que o horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande P.A. Monte Alegre.

Quadro I: Distribuição de lotes e famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre e Bueno/ITESP

Núcleo	Município	Lotes	Famílias
M.A. I	Motuca	49	49
M.A. II	Motuca	62	64
M.A. III	Araraquara	76	76
M.A. IV	Motuca	49	49
M.A. V	Motuca	34	4
M.A. VI	Araraquara	96	96
H. BUENO (apêndice do P.A. M. Alegre).	Araraquara	31	31

Fonte: ITESP/Sec. Saúde (DIR-Araraquara).

Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de Assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o P.A. Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) e o mesmo número de famílias. O P.A. Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

A observação das formas e da execução da assistência técnica revela uma relação de estranhamento na esfera das competências e um certo descompasso - no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro - entre o órgão promotor e o órgão gestor, situação que leva, não poucas vezes, a conflitos entre técnicos e entre técnicos e assentados.

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronogra-

ma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (Ferrante e Barone, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros, além da presença intensa da avicultura. A maior parte das terras da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara,

a cerca de 32 mil hectares - e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agro-industrial da região.

Leve-se em conta que - em função mesmo desse entorno sócio-econômico - a maioria das famílias assentadas na região tem sua origem de trabalho imediatamente ligada a essa economia. Perto de 70% dos assentados no P.A. Monte Alegre, especialmente dos núcleos II e IV foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja, enquanto que no projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%.

Os dilemas da inserção regional desses P.A. não se referem apenas à origem das famílias - um retrato das contradições dessa modernização agrícola - ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente nas áreas reformadas. No P.A. Monte Alegre - o que mais recebeu trabalhadores oriundos da cultura de cana da região - antes mesmo da conclusão do longo processo de instalação dos 6 núcleos de assentamentos uma proposta de plantio de cana, em parceria com uma usina das vizinhanças, mobilizou os assentados e suas lideranças, todos contrários à introdução dessa cultura no projeto (STETTER, 2000).

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. À reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade na qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura, combina-se a experiência que acenavam com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa (WHITAKER, 2003). Estratégias são criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados, desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra chegaram a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada nova entrada da cana.

No recente quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do "consórcio" entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina.

De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas - para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território.

O movimento da cana repõe problemas envolvendo o poder local, expressos em conflito, ações de acomodação e de resistência. A pressão das usinas se utiliza de políticos locais como prefeitos e vereadores ligados a estas empresas. A questão da cana expressa a trama das tensões subjacentes à relação poder local e assentamentos, objeto priorizado no presente projeto de pesquisa.

Igualmente, como parte desta trama, há que se contextualizar ações das prefeituras envolvidas administrativamente na gestão dos assentamentos referidos, no caso, Araraquara, Matão e Motuca.

Dentre tais ações, cabe destacar as iniciativas referidas à ampliação e à redefinição do projeto político - pedagógico para as escolas dos assentamentos. No assentamento Bela Vista do Chibarro, a escola passou a atender alunos da 5ª a 8ª série, foram implantados curso de alfabetização de adultos, cursinhos populares, pré-vestibulares, cujos rumos nos permitem inserir na presente investigação a questão dos jovens e o futuro dos assentamentos e oficinas pedagógicas de direitos humanos envolvendo crianças de 8 a 12 anos.

Além disso, o projeto Educação para o Campo, o qual tem fortes ligações com a proposta político-pedagógico do MST foi inserido no assentamento Bela Vista do Chibarro e em um núcleo da Fazenda Monte Alegre, elemento que conta efetivamente na análise do papel dos assentamentos na agenda política do desenvolvimento local.

Assentamentos e desenvolvimento local: a retórica e a prática

A valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento econômico e social enquanto temática de investigação é bastante recente na literatura especializada no Brasil.

Essa tendência, marcada por estudos sobre redes institucionais “que permitem ações cooperativas - que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade” (ABRAMOVAY, 2003, p. 84), está ainda bastante ausente quando se trata da investigação social nos projetos de assentamentos.

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência “é a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o

enfoque da sustentabilidade - um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros” (FLORES e MACEDO, 1999, p. 43).

Quando essa discussão se volta para a realidade dos assentamentos rurais, podemos citar que há anos a questão da descentralização das experiências de assentamentos vem se apresentando como problemática para os órgãos oficiais gestores da reforma agrária. Esse processo, ainda incipiente e incerto, faz aumentar a importância das prefeituras no desenvolvimento de ações institucionais nos P.A. No âmbito federal, já no início da década de 1990, essa problemática começa a aparecer através do debate acerca da “emancipação” dos assentamentos. Na época, alguns projetos, como o chamado Projeto Lumiar, foram esboçados e “oficialmente” lançados, embora sua implementação - sobretudo no Estado de São Paulo - acabasse praticamente abortada. Ainda nesse período, mais especificamente a partir do governo transitório de Itamar Franco (1992-1994), algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passam a privilegiar a chamada agricultura familiar como “linha estratégica do desenvolvimento rural” (ABRA, 1994, p. 161). Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária.

Em abril de 1999, já no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é apresentado o documento *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural - Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, base das iniciativas federais no tocante à questão da produção familiar como um todo e dos assentamentos rurais em especial, já que preconiza, em sua apresentação, a “reformulação da reforma agrária” (cf. versão digital divulgada pelo governo federal). Buscando estabelecer uma linha de continuidade desde as ações do governo Itamar Franco, o documento cita a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, como um passo primeiro na direção de uma política completa para o setor. Sobre o PRONAF,

ressalta-se que sua viabilização no âmbito municipal cobra a organização de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, fórum cujas atribuições foram aperfeiçoadas nas diretrizes do *Novo Mundo Rural*.

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos mesmos, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática eminentemente política da reforma agrária, qual seja, a forte pressão da mobilização popular e de diversas organizações não governamentais, o *Novo Mundo Rural* apresentou como premissas o objetivo do desenvolvimento local e a articulação de todas as instâncias do poder público para a sua consecução.

Concomitantemente, o privilégio da esfera local (municipal e microrregional) é patente. Trata-se, segundo o próprio documento, de um “retorno ao território” como base de iniciativas para o desenvolvimento, em substituição a uma perspectiva setorial, ineficaz na promoção da sustentabilidade idealizada.

A proposta federal reforçaria a importância da base local para o desenvolvimento sustentável dos P.A., propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias (termo, a partir de então, substituto do pouco eficiente e burocrático “convênio”) e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos. Deste ponto de vista, a visível ineficiência e descontrolo das políticas de investimento nos P.A. poderia ser superada.

Nota-se que essa nova abordagem queria dotar o espaço municipal e microrregional de uma capacidade de decisão e monitoramento até então inexistente. Com relação aos casos estudados, este foco se prende a um debate cujos agentes privilegiados não são exatamente os agricultores familiares assentados. Como exemplo do quanto de deliberação cabia ao âmbito local até então, cita-se a existência apenas das comissões de seleção municipal, uma simples etapa do processo burocrático de inclusão/exclusão de famílias nos P.A.

No *Novo Mundo Rural* estimulou-se a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, responsáveis pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável - e de derivados Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) - sob controle dos agentes institucionais locais, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Sindicatos e outras entidades civis, sempre com a participação de técnicos dos órgãos federais e estaduais voltados para o desenvolvimento da agricultura e reforma agrária (INCRA, Secretarias Estaduais, etc.). São esses planos, elaborados localmente, que idealmente deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local bastante preciso sobre os rumos da dinâmica da produção familiar.

Entretanto, na prática, avaliando-se as diferenciadas formas de ação levadas a diante pelas prefeituras face aos projetos de assentamentos rurais, chegamos à conclusão de que as mesmas expressam um jogo de forças que transcende a dimensão meramente institucional e põem em questão interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes deste jogo. A compreensão desta trama nos leva, de certa forma, a retomar a discussão dos assentamentos como uma política estatal definida pelo jogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas (FERRANTE & SILVA, 1988). Nesse momento da nossa reflexão, a rejeição de uma leitura possível de concepção do Estado e do desenvolvimento local que pudessem levar a uma visão maniqueísta e controladora do seu raio de ação, levou-nos a aceitar a concepção gramsciana de Estado, como um campo de forças sociais que atravessa os rumos de tal desenvolvimento.

Desta ótica, vemos a relação assentamentos rurais/desenvolvimento local como parte de um campo político, cuja trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas (principalmente de âmbito municipal); tanto mediante práticas clientelistas com fins eleitorais, como através da participação nos diferentes fóruns municipais de discussão de planos para o desenvolvimento rural (Con-

selho Municipal de Desenvolvimento Rural e também o Orçamento Participativo). O fato dos assentados serem beneficiados por projetos específicos desenvolvidos pelas Prefeituras (como feiras de produtores assentados e patrulhas agrícolas) gera tensões de diferentes ordens. As relações travadas entre as lideranças assentadas e os agentes políticos do município levam os assentamentos a entrarem ou não na agenda política das prioridades de desenvolvimento local/regional.

Nota:

¹ “Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de resistência e de acomodação” (pesquisa com auxílio do CNPq e com vigência prevista para o triênio 2004-2006), projeto coordenado por pesquisadores da UNIARA/Araraquara e da UNESP - Campus de Araraquara e Presidente Prudente.

Referências bibliográficas

- ABRA. Reforma agrária e desenvolvimento rural no Brasil. Palestra do Presidente do INCRA. Reforma Agrária. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, n. 3, vol. 24, set./dez. 1994.
- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.
- BARONE, Luis Antonio. Códigos tradicionais e estratégias familiares nos assentamentos. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.). *Retratos de assentamentos - auto-retratos*, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, ano II, n. 3, 1995.
- BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. *Revista Perspectiva*, São Paulo: EDUNESP, vol. 17-18, 1995/96.
- BARONE, L.A. *Revolta, conquista e solidariedade: A economia moral dos trabalhadores rurais em Três Tempos*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL, UNESP, Araraquara, 1997.
- _____. *Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária*. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, UNESP Campus de Araraquara, 2002.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo. Pesquisa Multicamp/UNESP. In: *Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do Estado de São Paulo*. Dezembro de 1995.
- FERRANTE, V.L.S.B. *Les expériences de la réforme agraire dans un champ de lutttes: La violence dissimuléé*. 9 th World Congress of Rural Sociology (IRSA). Bucareste, Julho de 1996.
- FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A política de assentamentos e o jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas*, São Paulo: EDUNESP, 11, 1988.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et alii. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara: UNIARA; Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.
- FLORES, M.X.; MACEDO, M.M.C. Novos rumos de desenvolvimento rural. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B. (eds.). CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- GIANOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. In: *Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 17, jul./set. 1976.
- MEDEIROS, L.S.de.; LEITE, S.P. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- MEDEIROS, L.S. et alii. Os efeitos políticos dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- STETTER, E.A. *A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?*, 2000. Dissertação (Mestrado) - FCL, UNESP, Araraquara, 2000.
- WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara: FCL/UNESP, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano VI, n. 8, 2000.
- _____. Crianças em assentamentos de reforma agrária: um estudo das possibilidades de um novo modo de vida. In: *Retratos de assentamentos*. Araraquara: FCL/UNESP, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano VI, n. 8, 2000.
- WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara-SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et alii. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara:UNIARA; Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.

A comunicação alternativa como estratégia de desenvolvimento local

Alternative communication as a strategy for local development

La comunicación alternativa como estrategia de desarrollo local

Claudia Mara Stapani Ruas*

Mariluce Bittar**

Recebido em 30/10/2003; aprovado e revisado em 24/05/04; aceito em 30/06/04.

Resumo: A Comunicação Social é fator preponderante na construção da cidadania e no processo de desenvolvimento local. Os meios de comunicação, especialmente o rádio, veículo local que alcança pessoas de classes, idades e culturas diferentes, podem ser instrumentos utilizados com a finalidade de estimular o desenvolvimento das comunidades, a interação social e a indicação de soluções para os problemas que as envolvem. A rádio comunitária, quando utilizada de acordo com a lei e funcionando como voz e vez da comunidade, torna-se uma estratégia a favor do desenvolvimento, justamente por ser uma iniciativa da própria comunidade. O poder dessas emissoras, no exercício da cidadania, é comprovado quando os resultados do trabalho comunitário projetam-se em ações de cunho social, como campanhas beneficentes e questões abrangentes ligadas à política, saúde, educação e cultura.

Palavras-chave: comunicação; rádio comunitária; desenvolvimento local.

Abstract: Social Communication is a preponderant factor in the construction of citizenship and in the process of local development. The means of communication, specially the radio, a local means which reaches people of different classes, ages and cultures, can be instruments used with the aim of stimulating the development of communities, social interaction and the indication of solutions for the problems that involve them. The community radio, when used in accordance with the law and functioning in favour of and as the voice of the community, becomes a strategy in favour of development. Exactly because it is an initiative of the actual community. The power of these broadcasting stations, in the exercise of citizenship, is proven when the results of community work project themselves in actions of a social stamp, such as charitable campaigns and questions that are associated with politics, health, education and culture.

Key words: communication; community radio; local development.

Resumen: La Comunicación Social es factor preponderante en la construcción de la ciudadanía y en el proceso de desarrollo local. Los medios de comunicación, especialmente la radio, vehículo local que alcanza personas de clases, edades y culturas diferentes, pueden ser instrumentos utilizados con la finalidad de estimular el desarrollo de las comunidades, la interacción social y la indicación de soluciones para los problemas que las envuelven. La radio comunitaria, cuando utilizada de acuerdo con la ley y funcionando como voz y vez de la comunidad, se vuelve una estrategia a favor del desarrollo, justamente por ser una iniciativa de la propia comunidad. El poder de esas emisoras, en el ejercicio de la ciudadanía, es comprobado cuando los resultados del trabajo comunitario se proyectan en acciones de acunho social, como campañas benéficas y cuestiones afines relacionadas a la política, salud, educación y cultura.

Palabras clave: comunicación; radio comunitaria; desarrollo local.

1 A importância da comunicação para o desenvolvimento local

A comunicação tem um papel fundamental no desenvolvimento local. Com a organização humana em sociedade, a comunicação passou a ser elemento essencial de vida. Quanto mais se aperfeiçoavam as técnicas de comunicação, mais seguros sentiam-se os homens em suas áreas de ocupação e mais instrumentos foram sendo criados para facilitar seus contatos com a comunidade e com o mundo. Outros meios além do som, do tato, do olfato e das pinturas nas cavernas foram sendo adaptados e desenvolvidos para funcionarem como extensão do homem e, dessa forma, concretizarem esse empreendimento humano.

A comunicação confunde-se com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos. Somente percebemos a sua essencial importância quando, por acidente ou doença, perdemos a capacidade de nos comunicar, ato que representa uma necessidade básica do ser humano, do homem social.

Juntamente com a evolução das sociedades, consagrou-se também a evolução dos meios de comunicação: primeiro a palavra escrita, sendo formalizada por meio da imprensa; depois a palavra falada, através da radiodifusão; posteriormente o som aliado à imagem, concretizado pelo surgimento da televisão e, finalmente, a internet, representando e evolução pela união de todos os meios de comunicação (jornal, rádio e tele-

* Publicitária e professora do curso de Comunicação Social - UNIDERP (claudia@ucdb.br).

** Coordenadora do Mestrado em Educação - Universidade Católica Dom Bosco (bittar@ucdb.br).

visão) em um único veículo.

Tal fato nos leva à compreensão de que não haveria sociedade, tal como a conhecemos, evoluída e globalizada, sem a comunicação. Não haveria evolução no processo de convivência e desenvolvimento humano sem a evolução dos meios de comunicação.

A importância que vem sendo dada ao desenvolvimento local deve-se especialmente ao fato de estarmos vivendo crises de confiança a respeito dos poderes representativos. As drásticas desigualdades sociais entre todas as regiões brasileiras representam significativamente a *gene* de todos os problemas da economia globalizada.

Estamos presenciando uma época em que tudo se faz e desfaz na mesma rapidez, desde o exaustivamente conhecido ao absolutamente desconhecido; do local-local para o local-global.

A comunicação acontece também na vida familiar e na relação diária entre as pessoas, no trabalho, na recreação, no comércio e no esporte. A comunicação interpessoal, característica da sociedade tradicional, que muitos pensavam que seria suplantada pela impessoalidade dos meios eletrônicos, está novamente em ascensão, talvez como uma reação contra a massificação e a comercialização dos meios de massa. Mas a razão mais provável da revalorização do colóquio, do encontro, do bate-papo, talvez seja o fato de que o homem-indivíduo esteja encontrando sua identidade verdadeira de homem-social e valorizando mais o lugar onde mora. No seio do associativismo em ascensão e da luta pelo fortalecimento da sociedade civil, o homem está reaprendendo a comunicação pessoa a pessoa, pela palavra falada.

McLuhan (1964, p. 98) afirmou:

A palavra falada envolve todos os sentidos intensamente. Ao falar, tendemos a reagir a cada situação, seguindo o tom e o gesto até de nosso próprio ato de falar. É a projeção do homem no falar. É a projeção do homem na fala que permite o intelecto destacar-se da vastidão real. Sem a linguagem, a inteligência humana teria permanecido totalmente envolvida nos objetos de sua atenção. A linguagem é para a inteligência o que a roda é para os pés, pois lhes permite deslocar-se de uma coisa a outra com desenvoltura e rapidez. A linguagem projeta e amplia o homem. A fala separa o homem e a humanidade do inconsciente cósmico. A linguagem é considerada a mais rica

forma de arte humana, pois é que a distingue da criação animal.

A comunicação verbal tem um valor indiscutível, papel fundamental consagrado com a radiodifusão. Nesse processo, podemos citar três fatores importantes:

Em primeiro lugar, o fato de ter sido um processo que colaborou para a integração nacional, tornando-se o meio de comunicação mais popular e de maior alcance por motivos geográficos, culturais ou econômicos. De acordo com McLuhan (1964, p. 336): “[...] o rádio afeta as pessoas, digamos, como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte. Este é o aspecto mais imediato do rádio. Uma experiência particular”.

O rádio tem o poder de envolver profundamente seus usuários, os quais mantêm este contato estreito em todos os tipos de ambiente, quando não, acompanhando-os, mesmo que andarilhos. Nada impede a interação.

Em segundo lugar, por ser um meio compreensível aos analfabetos, público que a mídia impressa exclui. Como meio auditivo, compara-se o ouvido humano ao receptor de rádio, capaz de descodificar as ondas eletromagnéticas e codificá-las como som, assim como a voz do locutor pode ser comparada ao transmissor de rádio.

O terceiro fator importante se traduz no aspecto prático e descomplicado que adquiriu esta forma de comunicação. Após a descoberta do transistor, em 1947, o rádio adquiriu a mobilidade de que tanto precisava. Ficou livre de fios e tomadas e passou a estar presente em todos os lugares: na sala, na cozinha, no quarto, no carro, tornando-o, de acordo com Ortriwano (1985, p. 37): “[...] o meio mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como também em todo mundo. O Brasil ocupa o segundo lugar no quadro mundial quanto ao número de emissoras instaladas, sendo superado apenas pelos Estados Unidos”.

Por último, devido a sua mobilidade, o rádio deixou de ser um meio de recepção coletiva, tornando-se individual. O emissor passou a comunicar-se, para toda sua audiência, como se estivesse falando para cada um, em particular.

Para a rádio comunitária esta mobili-

dade é um fator preponderante, pois possibilita atingir as cabeças e os corações das pessoas de uma determinada comunidade, estabelecida nas periferias da cidade, engajando-a em sua dinâmica cotidiana e permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades. Nas programações da rádio comunitária, como, por exemplo, a da Rocinha, no Rio de Janeiro, observa-se a expansão do uso da radiodifusão como uma mola-mestra para a mobilização social, constituindo-se em um dos principais fatores para o desenvolvimento local. Segundo Siqueira (1996-i):

[...] além da mobilidade, provocada pela radiodifusão, temos também a mobilização, a qual é efetivada pela convocação de voluntários a um propósito comum, com interpretações e sentidos partilhados e, antes de tudo, despertando uma paixão. Não é possível mobilizar uma comunidade se não se despertar, previamente, a paixão, que move, desperta, faz agir e faz o indivíduo recriar seu próprio local: a comunidade em que vive.

A paixão dos agentes, aliada à mobilidade da radiodifusão e à mobilização que ela provoca, são fatores que fazem a ponte entre a comunidade e o seu desenvolvimento, tornando-o viável.

Implementar o desenvolvimento local é o desafio prioritário de muitos agentes e instituições sociais em todo o mundo. Já não se trata somente de uma responsabilidade dos governos, mas também preocupação das comunidades sociais, das administrações locais e regionais. É também um desafio de alguns veículos de comunicação, em especial, os veículos segmentados. É notória essa percepção quanto à responsabilidade e participação, pois o público deixou de ser a massa e passou a ser um público específico, segmentado e dirigido: caso das rádios comunitárias, em que apenas uma atende determinada comunidade.

As rádios comunitárias, ao mesmo tempo em que seguem o trinômio geral das rádios: educar, divertir e informar; também são conhecedoras da vital importância e responsabilidade no desenvolvimento cultural e educacional do local. Possuem abrangência limitada a 25 kw e diferenciam-se das demais rádios comerciais por não visarem lucro. Assim vêm-se obrigadas a descobrir as potencialidades das comunidades em todos os sentidos, ou pelo seu aspecto social

ou pelo econômico, garantindo sua sobrevivência como veículo de comunicação.

O poder de mobilização que a radiodifusão ganhou ao longo dos anos, sobretudo o da comunitária, tem tomado vulto, permitindo aos indivíduos significativo acesso a informações com vistas a garantir seus direitos como cidadãos, e situá-los acerca do território que ocupam e sua real função dentro dele. Tal poder mostra que o mundo, em particular a comunidade, é um conjunto de possibilidades, que depende das oportunidades oferecidas no local do qual ela faz parte. Essas oportunidades, bem aproveitadas, servirão de base para um melhor padrão de vida, menos viciado, mais alicerçado.

As rádios comunitárias, entendidas neste contexto, são estimuladoras de cidadania, que se obtém por meio da socialização da informação. As rádios comunitárias são uma renovação criativa na radiodifusão, com o intuito de levar uma nova realidade às comunidades excluídas do contexto social. Essa alternativa segmentada para a radiodifusão nada mais é do que a expressão da criatividade humana; é fruto da percepção de pessoas comprometidas quanto à importância do local no processo de desenvolvimento de uma economia globalizada.

O mundo, na verdade, tem que ser entendido e sentido por seus sujeitos como o seu lugar, pois é através dele que será oferecida a possibilidade de sua realização. Por mais globalizados que pareçamos estar, devemos manter a preocupação em desenvolver o local, pois o mesmo é a célula do todo global. Somente através do desenvolvimento, pelo desabrochar de potencialidades latentes, incubadas ou encobertas é que haverá, por parte de qualquer comunidade, um atalho para a sua inserção nesse processo global.

Interessante notar que o conceito de desenvolvimento local consagrado na Europa na década de oitenta é similar aos objetivos dos primeiros sinais de transmissão das rádios comunitárias: utilizar a comunicação como estratégia de desenvolvimento. A esse respeito podemos citar o que Bordenave (1986, p. 101) afirmou, com muita propriedade:

Deseja-se colocar o poder da comunicação a serviço da construção de uma sociedade onde a

participação e o diálogo transformantes sejam possíveis. É próprio da comunicação contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas. E, através da modificação de significados, a comunicação colabora na transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos. Daí o imenso poder da comunicação. Daí o uso que o poder faz da comunicação.

2 A comunicação alternativa ou comunitária como estratégia de desenvolvimento

Após séculos de censura alternados com momentos de liberdade, o Brasil inteiro prepara-se para a terceira onda da comunicação: A comunicação alternativa efetivada pelas emissoras comunitárias. Esta é uma prática muito nova no Brasil, mas já se faz presente em pelo menos duas a três milhares de comunidades. A radiodifusão comunitária, diferente da rádio comercial, consiste num exemplo de trilha que pode tornar-se um largo caminho para a sociedade pretendida: a passagem para o terceiro milênio, por meio de um desenvolvimento justo, solidário e mais humanitário, com desigualdades menos gritantes.

Baseada em tecnologia fácil, barata e inovadora, a radiodifusão comunitária, disseminada inicialmente por pessoas da população pobre e desassistida, mostra imediatamente aspectos de um achado que hoje, todos aplaudem. Ela não toma o lugar de ninguém, não fere interesses econômicos das rádios comerciais, embora receba patrocínios culturais de empresas privadas. É vez e voz da comunidade que agora tem seu veículo e faz sua própria comunicação. A comunidade aqui referida é a entendida como definiu Cogo (1998, p. 5):

[...] espaço privilegiado de constituição e vivência dos valores fundamentais como a solidariedade, a união, a ajuda mútua que, articulados a religiosidade impõe-se como referenciais indispensáveis na compreensão das culturas populares na sua relação com a comunicação. Ela é o mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com base em certos tipos específicos de sociabilidade e, por último, de comunicação entre parentes e vizinhos.

Nas rádios comunitárias a comunidade pode aprender e ensinar. Todos podem falar; há diálogo no plano público, produção de consensos para a resolução das difi-

culdades individuais e coletivas. Por meio da difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos, essas rádios podem oferecer mecanismos de formação e integração da comunidade. Assim, é possível ver a criminalidade reduzida, aumentar-se a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania, a democracia. Concretiza-se o exercício da liberdade de expressão.

A lei nº 9.612 que instituiu e definiu o serviço de radiodifusão comunitária foi sancionada em 19.2.98, publicada pelo DOU (Diário Oficial da União) em 20.2.98 e complementada pela regulamentação Decreto 2.615 - DOC. 4.06.98. Um dos preceitos básicos para sua obtenção de concessão é que não pertença a empresários, partidos políticos ou religião. O espaço é democrático, sendo proibido o domínio por tendências quaisquer.

A concessão para operar uma rádio comunitária é atribuição do Ministério das Comunicações. Conforme o art. 9º, parágrafo 1º, da lei em questão:

Para outorgar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º: analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

De acordo com a lei, cada bairro ou vila só pode ter uma rádio comunitária e a instalação do Conselho Comunitário é fundamental para o caráter do empreendimento. Sua função é administrar a rádio em toda sua amplitude, incluindo aspectos administrativos, programação musical e jornalismo. O Conselho Comunitário deve ser o mais abrangente possível, por tratar-se do colegiado que determina como deve ser a emissora comunitária. Composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, devem reconhecer a força da rádio local e fiscalizar para que seu conteúdo seja aquilo que a comunidade gosta, precisa e quer ouvir.

Sobre as primeiras experiências da comunicação alternativa no Brasil, explicou Cogo (1998, p. 36):

[...] originaram nas próprias CEB (Comunidades Eclesiais de Base). Foram criadas escolas radiofônicas, na cidade de Natal, como centros de educação e conscientização, sementes de igreja. Em 1965 eram 1410 escolas radiofônicas da Arquidiocese de Natal. Através delas, reuniam-se grupos de pessoas para alfabetizarem-se, formar uma comunidade, menor que o povoado e a paróquia. Todos os participantes eram católicos e o trabalho era orientado pela Arquidiocese. Então, catequizava pelo rádio. Aos domingos, as comunidades se reuniam em torno do aparelho de rádio para responder a missa que o bispo celebrava e para escutar a sua palavra.

Nesse período nota-se que as formas de comunicação se entrelaçam e representam setores sociais claramente diferenciados. A comunicação de massa relaciona-se com o capital internacional; a comunicação popular com a organização dos movimentos sociais de base. Aliás, na maior parte dos países latinos, a comunicação popular emerge:

[...] no interior dos movimentos e organizações sociais em meio a uma conjuntura de profunda insatisfação por parte do povo e de profundas restrições às liberdades de expressão. Nas décadas de 60 e 70 os regimes autoritários e ditatoriais controlam os meios de comunicação de massa, utilizando-os em favor de seus interesses e projetos políticos. Em um contexto como esse é compreensível que os meios de comunicação emergentes não diretamente sujeitos a tal controle passem a ser algo extremamente real e de interesse da sociedade. (Cogo, 1998, p. 39)

Desse período em diante, em um mercado cada vez mais disputado, as rádios comunitárias passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, integrando-se à rotina das comunidades, podendo resultar num grande instrumento de desenvolvimento local. De acordo com Tavares (1998, p. 21): “[...] as notícias obtidas na esquina são tão ou mais importantes do que as recebidas de outras partes do estado, país ou do mundo”.

O processo de integração comunitária, fomentado pela comunicação alternativa pode proporcionar um novo tipo de desenvolvimento. Trata-se de um processo contínuo de libertação dos povos.

Tal afirmação ganha notoriedade à medida que, falar de desenvolvimento, destacadamente o local, é objetivo prioritário de muitos agentes e instituições sociais. Martín (1999), no seminário internacional sobre perspectivas de desenvolvimento na região Ibero-americana, afirmou que: “[...] falar de

desenvolvimento local é saber que, em nossos dias, promover o desenvolvimento não é só uma responsabilidade dos governos, mas uma preocupação dos coletivos sociais, das administrações locais e regionais”.

Estamos vivenciando um momento em que o desenvolvimento local está sendo convertido em estratégia político-administrativa, esperança, um conceito de debate acadêmico. Para Román Rodríguez Gonzales (1998, p. 6):

Cada vez se habla más de desarrollo local en congresos, libros, revistas... se crean cursos de especialización, se percibe como una puerta de trabajo para jóvenes licenciados, y en ocasiones se recurre a él como via alternativa para el incremento de los niveles de vida y bienestar de las sociedades. Sin embargo se mantiene aún como una entelequia falta de una definición global y ampliamente asumida por todos los profesionales e investigadores de esta temática.

À medida que este tipo de desenvolvimento adquire um reconhecimento nacional, torna-se mais freqüente a utilização de terminologias e conceitos diversos, como: desenvolvimento endógeno, comunitário, sustentável, integrado.

O desenvolvimento local trata, como seu próprio nome indica, do desenvolvimento econômico e social num dado espaço concreto, dentro de uma dinâmica de trocas. É um processo que afeta todas as estruturas produtivas e sociais que se distribuem pelos territórios beneficiados.

Uma diferenciação essencial reside no fato de que o desenvolvimento local não equivale, diretamente, ao desenvolvimento econômico. Evidentemente, não há desenvolvimento sem que exista crescimento econômico que o sustente. Entretanto, o desenvolvimento local requer uma perspectiva bem mais complexa, que deve fundamentar-se no desenvolvimento global e integral, repercutindo na valorização e utilização dos recursos próprios que possui cada território.

No Brasil, a reflexão sobre desenvolvimento local só começou a merecer maior atenção a partir de 1996, por meio dos Departamentos de Geografia de algumas Universidades. Por tratar-se de um assunto relativamente recente, permanecem questões conflitantes no horizonte conceitual do que venha a significar, de fato, desenvolvimento local. Para Ávila (2000, p. 68):

[...] essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, no sentido de ela mesma incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agência e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a metabolização comunitária de insumos e investimento públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Apresentando-se como uma estratégia para redução de problemas das localidades, pretende romper com as práticas assistencialistas presentes em diversos projetos já em andamento pelo governo federal brasileiro. Desenvolvimento local é um tema atual, novo, em que o adjetivo “local”, assume, conforme López (1991, p. 42) o seguinte enfoque:

Quando falamos de local, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

As conceituações descritivas analisadas, embora bem formuladas, deixam margem ao entendimento de que o desenvolvimento local refere-se apenas à melhoria de qualidade vida de uma dada comunidade, desde que a mesma participe do respectivo processo. Isto porque, normalmente, as descrições fenomenológicas realçam as propriedades ou características dos objetos a que dizem respeito, no sentido das mais gerais para as mais particulares, e de fora para dentro do fenômeno, mas nem sempre concluem pela síntese ontológica do que é ou significa o objeto conceituado, no caso, o desenvolvimento local.

Fixadas as premissas, recai-se na importante necessidade de conceituar “local”, pela diferença fundamental entre os significados de desenvolvimento local e “desenvolvimento no local”. Ávila (2000b, p. 72) ressaltou:

Trata-se de conceitos contrários, mas não contraditórios. **Desenvolvimento no local:** quaisquer agentes externos se dirigem a comunidade localizada para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida com a participação ativa da mesma;

Desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, metabolizando comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.

Observamos que, no primeiro caso, os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas envolve-se, participando. No segundo, a própria comunidade assume o seu desenvolvimento e, os agentes externos, são os que se envolvem participando, funcionando como estimuladores da comunidade para que ela mesma, pouco a pouco, torne-se capaz de impulsionar a melhoria de suas condições de vida, sob todos os pontos de vista, social, econômico e cultural. De acordo com Martin (1999, mayo):

El desarrollo local es el proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico crear empleo y mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de un compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa, lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de grupos e individuos.

Os fatores endógenos do desenvolvimento local constituem-se daqueles potenciais dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais, presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada. A título de exemplificação, são fatores endógenos: os interesses e objetivos comuns, a identidade social, cultural e histórica, a diversidade de funções individualizadas, muitas das quais, isoladamente, mal garantem a sobrevivência individual ou familiar, mas que, mobilizadas, somadas e canalizadas, constituem autênticas forças de alavancamento de progresso coletivo que a todos beneficiam; sindicatos, associações, igrejas, condições hídricas e de solo, entre outros. O fator fundamental, no tocante ao fator endógeno, é o potencial que cada comunidade tem para despertar-se, mobilizar-se, mesmo que com algum tipo de impulso externo.

Quanto aos fatores exógenos, há cerca de 30 anos quase todos eram bem visíveis e destacáveis, pois se referiam às oportuni-

dades de acesso das comunidades localizadas, a serviços e bens que extrapolavam suas fronteiras, tais como: energia elétrica, água canalizada, saneamento básico, condições de emprego (já que a oferta de emprego em escala recaía na área empresarial, sobretudo nos setores de indústrias, comércio e alguma coisa no da prestação de serviços), estradas, aumento de vagas em escolas públicas, assistência médico-hospitalar, como também financiamentos de moradias, de produção, de bens de consumo, e assim por diante.

Hoje, as influências dos fatores exógenos sofisticaram-se muito graças ao avanço científico-tecnológico mundial de rápida e eficiente penetração, inclusive nos lares de regiões e comunidades mais remotas, através dos meios de comunicação modernos, sobretudo, rádio e televisão.

Se antes só pela mediação de alguns tipos de liderança as comunidades interiores tomavam conhecimento de suas próprias deficiências e carências comparando realidades, hoje o fazem diretamente e nos lares ou indivíduos, tendo a oportunidade de contrapor e até de criar necessidades, tanto de bem-estar construtivo, quanto de consumismo e status degenerativo.

Quando se deseja formar pessoas em mobilização, é importante que tenham um modelo geral que varie de acordo com circunstâncias específicas e permita articulação de todas as posições teóricas e de todas as experiências pessoais, tanto dos que dirigem quanto dos que recebem o benefício da mobilização.

Este propósito não está somente no âmbito da radiodifusão - é também e principalmente um desafio prioritário de muitos agentes e instituições sociais em todo o mundo. Já não somente uma responsabilidade dos governos, mas, também, preocupação das comunidades, das administrações locais e regionais e dos meios de comunicação.

Entendendo-se que desenvolvimento

local é o processo de aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes em uma determinada região, capaz de estimular e diversificar seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida da comunidade local, as rádios comunitárias vêm atingindo esse papel em toda extensão do conceito. Podemos, assim, analisar o desenvolvimento local por outro ângulo, como um processo de mudança de uma realidade para outra, inserindo nesse processo uma renovação criativa que advém da aplicação de conceitos alternativos e idéias novas, revolucionárias, tendentes a mudar o panorama e a realidade de um local, de um estado, e conseqüentemente de um país.

As rádios comunitárias, entendidas neste contexto, são propulsoras desse desenvolvimento, numa perspectiva pluralista e democrática, condições fundamentais para a evolução da sociedade.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educação em desenvolvimento local. In: *Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande: UCDB, vol. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARPIO, Martín Jose. *Nuevas realidades en el desarrollo local en Espana e Iberoamerica*. Seminário Internacional sobre perspectivas de desarrollo en Iberoamerica, Santiago de Compostela, mayo 1999.
- COGO, Denise Maria. *No ar uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- GONZALES, Román Rodrigues. La escala local del desarrollo-definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE*, Salvador-BA, ano 1, n. 1, p. 6, nov. 1998.
- LÓPEZ, Tereza. *Serviço social y desarrollo local*. Chile: Colégio de Asistentes Sociales, 1991.
- MCLUHAN, Marshall Herbert. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cutrix, 1964.
- ORTRIWANO, Gisela Swetland. *A informação no rádio*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- SIQUEIRA, Tânia Montoro (org.). *Mobilização social*. Brasília: UNB, 1996.

A Rádio UCDB e o Desenvolvimento Local
The Radio UCDB: and the Local Development
La Rádio UCDB y el Desarrollo Local

Maria Augusta de Castilho*
Walter Demirdjian**

Recebido em 25/11/03; revisado e aprovado em 04/04/04; aceito em 27/08/04

Resumo: Este artigo visa a mostrar que, a Rádio UCDB é uma alternativa para conscientizar a população ouvinte, de atributos que são necessários para que o Desenvolvimento Local ocorra. Para tanto foi necessário se interar do histórico da Fundação Dom Bosco, para detectar sua filosofia, além de conhecer a sua estrutura. O referencial teórico aliado à grade de programação e a pesquisa de campo propiciaram a interação entre a Rádio UCDB e o Desenvolvimento Local, mostrando definitivamente que os meios justificam os fins.

Palavras-chave: rádio; desenvolvimento local; cultura.

Abstract: This article seeks to show that, the UCDB Radio is an alternative for making the listening population aware of the attributes that are necessary for Local Development to take place. For this it was necessary to complete the historical background of the Dom Bosco Foundation, in order to detect its philosophy, as well as getting to know its structure. The theoretical reference allied to the program grid and field research propitiated the interaction between the UCDB Radio and Local Development, showing definitely that the means justify the end.

Key words: radio; local development; culture.

Resumen: Este artículo visa mostrar que, la Radio UCDB Es una alternativa para concienciar la población oyente, de atributos que son necesarios para que el Desarrollo Local ocurra. Para tanto fue necesario enterarse del histórico de la Fundación Dom Bosco, para detectar su filosofía, además conocer su estructura. El referencial teórico aliado a la gradación del programa y la pesquisa de campo propiciaron la interacción entre la Radio UCDB y el Desarrollo Local, mostrando definitivamente que los medios justifican los fines.

Palabras clave: radio; desarrollo local; cultura.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada em 2002, que teve como objetivo detectar se a Rádio UCDB, meio de comunicação de massa constitui-se em uma alternativa que pode preparar um ambiente para a realização de projetos voltados para o desenvolvimento local.

Neste contexto procurou-se investigar se a grade de programação e o conteúdo dos programas veiculados estavam trazendo para as pessoas: bem-estar, educação, informação, lazer e entretenimento, contribuindo para uma reflexão sobre a sua importância dentro da sociedade aumentando assim, a auto-estima das pessoas e do local, que são fatores agregados do desenvolvimento social.

Além do referencial teórico, foram estruturadas entrevistas para receber informações dos ouvintes (50 ouvintes escolhidos aleatoriamente), que antecipadamente mantiveram contato com a emissora, para expor suas opiniões, tirar dúvidas e solicitar músicas. Tal pesquisa permitiu um *feedback* imediato por

parte do receptor, facilitando de forma coerente à precisão e confiabilidade do processo no intercâmbio do fluxo da comunicação.

O rádio é um veículo de comunicação pouco estudado e pesquisado, por isso, de início, foi necessário diagnosticar a sua abrangência e penetração junto às diferentes camadas da população, pois Segundo Salles (1985, p. 45):

[...] quase 90% da população brasileira tem acesso ao rádio, nas grandes cidades, o brasileiro ouve 3h45 minutos de rádio por dia, em média, enquanto que a televisão atinge quase 50% da população, e o brasileiro urbano vê, em média 3h 24 minutos de televisão por dia, logo o rádio tem uma abrangência quase duas vezes maior do que a televisão [...].

A questão norteadora foi – qual o efeito da rádio UCDB na comunidade? Este poderoso meio de comunicação de massa, que de certa forma, é um termo um tanto incompatível, no sentido literal, já que se subentende que a comunicação só poderá existir se tiver dois caminhos, e em que em determinado momento o emissor passa ser o receptor e vice-versa.

* Professora do Mestrado em Desenvolvimento Local – UCDB (maugusta@ucdb.br).

** Mestre em Desenvolvimento Local, jornalista e diretor da FM UCDB (walter@fmucdb.com.br).

A pesquisa teve como aporte contribuir para uma reflexão sobre o verdadeiro papel de uma rádio educativa¹, como poderoso meio de produção de conhecimento, cujo protagonista é o ser humano, daí acreditasse ser necessário enfatizar a trajetória do rádio no Brasil, principalmente como veículo de comunicação de massa.

1 O rádio no Brasil

Diante da necessidade de se poder avaliar a eficácia deste instrumento, torna-se necessário voltar no tempo e estudar a história do rádio no Brasil, que hoje, em muito difere dos objetivos propostos no século passado.

O rádio nascia no Brasil, como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, até então muito caros. Também a programação não estava voltada para atingir aos objetivos a que se propunham seus fundadores: universalizar idéias de ensino, educação e entretenimento. Nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruísticas, com audição de ópera, com discos emprestados pelos próprios ouvintes, recitais de poesia, concertos, palestras culturais, e outros, mas não demorou muito para que a tecnologia contribuísse no sentido de tornar o rádio um dispositivo eletrônico que fizesse parte da vida dos brasileiros.

As primeiras rádios em frequência modulada no Brasil surgiram na década de 60, que inicialmente tinha o acesso restrito, mediante assinatura, cujo objetivo era fornecer música de fundo direcionadas para ambientes específicos, desde melodias suaves para hospitais e residências até música alegre e estimulante para indústrias e escritórios. Porém com o passar do tempo, os interesses mercantis sobrepujaram à preocupação educativa, que era o objetivo por parte do governo, que via no rádio um serviço de interesse nacional e de finalidade educativa, fazendo com que as emissoras de rádio se organizassem para disputar o mercado, priorizando a audiência em detrimento da qualidade de programação.

Hoje em pleno início de século XXI, com o dial de FM congestionado, o rádio ofe-

rece atraentes ofertas para a divulgação publicitária, dividindo o espaço comercial entre as emissoras, exigindo que estas especializem as suas programações. Partindo deste pressuposto, seria arriscado conceber uma grade de programação, hoje, que não contemple a um público alvo, uma vez que para Lopes (1988, p. 100), "há uma tendência à especialização por parte das emissoras que procuram selecionar seu público e a ele adequar suas programações com vista a uma expansão de audiência". A UCDB implantou a rádio para difusão do conhecimento, uma vez que é uma instituição comunitária e educacional.

2 A rádio UCDB e o desenvolvimento local

A Rádio UCDB recebeu concessão de funcionamento por dez anos, através da Portaria nº 30/1999 do Ministério das Comunicações, como personalidade jurídica de direito privado, com finalidade social, para transmissão e veiculação de matérias de cunho educacional, cultural, científico, artístico e religioso, contribuindo para formação e evolução do ser humano. É uma entidade, que por força do seu estatuto, não visa lucro e não está atrelada ao objetivo comercial, tendo como pressupostos filosóficos as idéias de Dom Bosco, fundador da Congregação Salesiana, administradora da rádio e da universidade a qual, a mesma está ligada. A emissora, portanto, é descomprometida com a veiculação de matérias ou músicas ligadas a audiência, que se deixa levar essencialmente pelo mercado de consumo, sem se preocupar com o teor e a qualidade do que é transmitido. Esta característica abre um espaço em sua programação para promover e democratizar a informação e o saber científico, formando consciências, cidadãos e solidariedades, que suscite reflexões e torne latente a importância do ser humano, protagonista de todas ações que convirjam em desenvolvimento.

Diante da constatação de que a UCDB pode ser um instrumento para despertar nas pessoas suas potencialidades, seu valor, aumentando a auto-estima do ser humano, que vive no lugar e à medida que a população ouvinte é beneficiada pelo que ela está

oferecendo. Pode-se também, detectá-la como promotora de Desenvolvimento Local, pois o mesmo consiste no efetivo desabrochamento de capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida no sentido de ela mesma, incrementar a solidariedade orgânica, potencializando a localidade como meio capaz de gerir recursos e energias endógenas, que culminem na melhoria de vida das pessoas. Beltrão (1986, p. 57): assinala que:

[...] para tal fim entendemos como comunicação de massa, o processo industrializado de produção e distribuição oportuna de mensagens culturais em códigos de acesso e domínio coletivo, por meio de veículos mecânicos (elétricos/eletrônicos), aos vastos públicos que constituem a massa social, visando a informá-la, educá-la, entretê-la ou persuadi-la, desse modo promovendo a integração individual e coletiva na realização do bem-estar da comunidade.

A tônica do momento é a globalização, que prega uma dinâmica desenfreada do consumo, priorizando a economia, fazendo com que as pessoas vivam em função do ter, possuir e comprar. A noção do progresso passou a englobar objetivos variados que são derivados, muitas vezes, de exigências que nascem, no marco da globalização e são projetados para as sociedades nacionais, sem que estas estejam preparadas para atendê-las e entendê-las. Esmaecem-se os valores que cimentam a essas sociedades e balizam as relações entre suas camadas. No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva, com seus êxitos e dificuldades e um sentido de futuro.

É importante frisar que esta globalização, até agora não representou em melhora da qualidade de vida e nem tão pouco tornou mais equalizado os anseios do ser humano, como partícipe do processo de desenvolvimento, da qual ele é o protagonista. A globalização prioriza a economia e a coloca como fundamental em todo o processo de crescimento e desenvolvimento, o que na prática não significa que em países de primeiro mundo, altamente desenvolvidos, as pessoas vivam melhores e mais felizes.

Sob este aspecto Haq (1995, p. 24) elucida que:

[...] o mais imperdoável dos pecados do planejador do desenvolvimento é deixar-se hipnotizar pelas elevadas taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto, esquecendo-se dos objetivos reais do desenvolvimento. Em grande número de países, o crescimento econômico é acompanhado por uma disparidade cada vez maior nos níveis de renda individuais e regionais. Em inúmeros países, as grandes massas queixam-se de que o desenvolvimento ainda não atingiu o dia-a-dia de suas vidas. Em muitos casos, o crescimento econômico significou muito pouca justiça social. Foi acompanhado pelo aumento da taxa de desemprego, pela deterioração dos serviços sociais e pelo aumento da pobreza absoluta e relativa.

Há um novo paradigma, em que as idéias de comunidade, e auto-ajuda, substituem o foco dado anteriormente às estruturas econômicas e políticas em escala ampla, as empresas multinacionais, economia mundial, organizações transnacionais, etc. Trata-se, sobretudo, de não dar o peixe, mas ensinar a pescá-lo, ou de contribuir para isso, mediante recursos técnicos e financeiros, gerando um capital organizativo, humano e material que deverá auto-sustentar-se uma vez concluída a intervenção da própria comunidade dentro do processo de desenvolvimento, é o ser humano ocupando um espaço, em que ele é parte integrante, produzindo, crescendo e trazendo para si o bem-estar material, mental e espiritual.

O Desenvolvimento Local é parte de uma visão de nova sociedade, constituída de baixo para cima, mediante a institucionalização e extensão paulatina de formas mais solidárias, preenchendo as lacunas, objetivando o crescimento: econômico, sócio e cultural, para reduzir as aflições, privações, disparidades e diferenças. Seu conjunto de práticas tem como palco central, o ser que vive na localidade, que pode ser uma região, cidade ou outras unidades menores, desde que tenha uma identidade com políticas regionais que integrem as potencialidades locais, que são partes integrantes e fundamentais destes espaços.

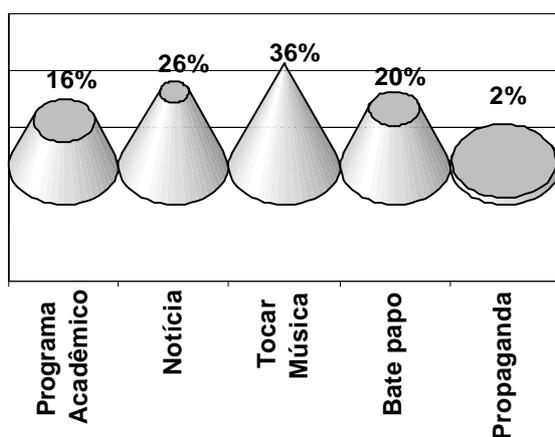
Justifica-se a necessidade de trabalhar o local e não global, encetando a reflexão de Martins (1999, p. 172) explicando que

el espacio principal del conflicto son los municipios, los espacios de la convivencia humana, y los retos del desarrollo se localizan principalmente en los espacios locales, en el lugar, en los lugares.

A Rádio UCDB, diante da necessidade de conscientizar a sociedade e sedimentar seu valor, a especificidade do lugar onde vive e valeu-se da rádio para organizar sua programação descompromissada com a audiência, uma vez que recebeu uma concessão educativa principalmente por estar ligada à universidade, pretende atingir a comunidade principalmente com informações que suscitem nas pessoas os seus direitos (horário jurídico), os seus valores locais, a cidadania, para que se viva o mundo globalizado, porém sem deixar de levar em consideração o lugar onde as pessoas se relacionem e alicerces valores.

Constatou-se pelos resultados coletados na pesquisa², que a música é o carro chefe da programação da Rádio UCDB, pois é uma forma de atrair o ouvinte a sintonizar a frequência, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 01: Papel de uma rádio educativa



É importante frisar que a música prevaleceu como primeira opção na preferência de todos os entrevistados, atingindo um percentual 36% para tocar música. Na ótica do ouvinte, a notícia apresentou um percentual de 26% o que por sua vez corresponde a segunda opção no seu grau de preferência e tem que ser dada de forma homeopática, para que seja um atrativo e não mais uma rádio que muito fala.

Quando se perguntou ao entrevistado: em que a Rádio UCDB contribuiu para mudar a sua vida, depois do seu surgimento? Alguns responderam que ela transmite tranquilidade, calma e paz; outros que ela é um resgate do passado e outros afirmaram que

durante o Programa religioso - "Santo do Dia", há um despertar para uma atitude mais reflexiva e mais ponderada em relação à vida e aos problemas do cotidiano.

"O Santo do dia é um exemplo para nossa vida" afirmaram muitos entrevistados. Este programa, apresentado pelo Reitor da Universidade Católica Dom Bosco, padre José Marinoni merece destaque, pois de acordo com Castro (2003, p. 4) "as sementes da palavra de Cristo devem estar presentes em todo o universo criado e em meio a todos os povos". Dessa forma o programa oferece ao ouvinte uma espiritualidade reflexiva sobre a vida. No aporte de Tuan (1983) o discurso religioso sobre o sagrado é uma onda mansa de vida, induzindo no devoto (ouvinte) um sentimento de serenidade e bem-estar. Este espaço da rádio, reservado ao sagrado, permite ao homem entrar em contato com a realidade transcendente do santo do dia.

A interatividade é fundamental na filosofia da rádio, incentivando o ouvinte à participação, saindo fora das programações prontas, sem vida, sendo metaforicamente uma "via de duas mãos", um canal de comunicação, entre emissor e receptor alternando a cada momento.

Diante das opiniões dos entrevistados pode-se afirmar que: existe uma comunicação interativa entre emissora e comunidade; a programação cria relações de afetividade; dimensão mental aliada à dimensão geográfica; a rádio educa, instrui e conscientiza a comunidade; é responsável pela ordem intangível, criando sinergias, que é a capacidade organizacional dessa comunidade para dar origens a redes de articulação interna, indicando forças comunicativas e impulsionando o desenvolvimento; conscientiza a população do seu valor, dos seus direitos e principalmente contribui sobremaneira para sua formação de cidadão.

Considerações finais

Constatou-se que a comunidade aceita a proposta da rádio primordialmente no tocante à música.

Diante dos objetivos propostos na pesquisa, o fator mobilizador foi alcançado, pela movimentação da comunidade em torno da proposta de trabalho da rádio, que com um

ano de vida, ainda em caráter experimental, proporciona não só para a amostra dos 50 ouvintes da pesquisa, mas para as aproximadamente 300 ligações recebidas, que ofereceram feedback necessário para que a programação não seja um projeto pronto, mas que ela seja feita com a comunidade, não desconsiderando o seu perfil educativo e religioso, e traga às pessoas: informação, entretenimento, cultura e lazer, que convirjam para o cidadão, integrando as potencialidades locais, que é a proposta de um projeto de Desenvolvimento Local.

A Rádio UCDB privilegia seu objetivo básico, que é o de transmitir conhecimento e não simplesmente informação, sem a preocupação quantitativa, mas que se deve tentar a aproximação do qualitativo, almejando a capacidade de percepção e sensibilidade e ampliando os horizontes de compreensão de qualquer ser humano, que busca a objetivação sem descaracterizar a subjetividade peculiar dos fenômenos. São essas, num plano mais amplo, as razões que levaram à escolha do tema como objeto de estudo, além de que este veículo está à disposição para um projeto que esteja ligado a educação, a cultura e ao conhecimento, sendo, portanto, uma alternativa para o Desenvolvimento Local.

Notas:

¹ A programação destaca informações culturais (música, etc.) educação espiritual e religiosa (o dia do santo e palavras do evangelho) e informações sobre cidadania (legislação, direitos do consumidor etc.).

² Pesquisa realizada em 2002 que culminou com a Dissertação apresentada por Walter Demirdjian no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB, tendo como orientadora a Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho, cujo exemplar com todos os dados coletados (entrevistas, questionários, formulários etc.) encontra-se disponível para consulta na biblioteca da instituição.

Referências

- BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- CASTRO, Afonso de. *A universidade salesiana*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 04.
- HAQ, Mahbub Ul. *A cortina da pobreza*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. *O rádio dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1988.
- MARTIN, José Carpio. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999.
- SALES, Mauro (Org.). *Comunicação e transição democrática*. São Paulo: Mercado Aberto, 1985.
- TUAN, Y.F. *Espaço e lugar*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

O ambiente de segurança e seus reflexos no comportamento de consumo e no custo de transporte em regiões metropolitanas

The environment of security and its reflections on consumer behavior and on the cost of transport in metropolitan regions

El ambiente de seguridad y sus reflejos en el comportamiento de consumo y en el coste de transporte en regiones metropolitanas

Paulo Tarso Vilela de Resende*

Recebido em 20/09/03; revisado e aprovado em 09/08/04; aceito em 24/08/04

Resumo: O ambiente de segurança no País é analisado com vistas às mudanças no comportamento de consumo. A questão da segurança em regiões metropolitanas, tendo como espaço de análise a região central da cidade de Belo Horizonte, seus impactos no comércio e no comportamento do consumidor, são investigadas para a demonstração de uma necessidade de um planejamento governamental que leve em consideração a distribuição final dos produtos em regiões de grande concentração urbana.

Palavras-chave: logística; consumo; políticas públicas.

Abstract: This study analyses the safety environment in Brazil and how this environment affects the consumer behavior of the population in metropolitan areas. This question is analyzed by taking into consideration the example of the Belo Horizonte metropolitan area, where the impacts on retail are investigated under the scope of changes in consumer behavior due to safety features. After all, the main objective is to demonstrate the very need of governmental policies that embrace this question and plan to deal with the new circumstances of the distribution of products in face of the movements to accommodate the new issues of consumer behavior.

Key words: logistics; consumption; public strategies.

Resumen: El ambiente de seguridad en el País es analizado con vistas a los cambios en el comportamiento de consumo. La cuestión de la seguridad en regiones metropolitanas, teniendo como espacio de análisis la región central de la ciudad de Belo Horizonte, sus impactos en el comercio y en el comportamiento del consumidor es investigada para la demostración de una necesidad de una planificación gubernamental que lleve en consideración la distribución final de los productos en regiones de gran concentración urbana.

Palabras clave: logística; consumo; políticas públicas.

Introdução

O comércio como uma das atividades econômicas mais antigas da humanidade sempre foi essencial na formação das sociedades, propiciando, sobretudo, a constituição de diferentes relações sociais. Buscando a riqueza e o movimento e atendendo às necessidades de dos povos, o comércio se tornou indispensável para a expansão de uma cidade e entrelaça-se com a vida econômica, política e social de um lugar, modelando e interferindo no seu cotidiano. A distribuição de bens e mercadorias é o reflexo da qualidade de vida, e o comércio permite a circulação, o escoamento e a multiplicação da economia.

Justamente pela amplitude sistêmica do comércio, observa-se o fenômeno da insegurança nas ruas das grandes cidades, onde a população vive diariamente um pânico cada vez maior, devido a crescente ação de marginais que intimidam as pessoas ao

promoverem furtos de bolsas e carteiras, assalto à mão armada, inclusive nos semáforos, e seqüestros relâmpago seguidos, muitas vezes, de lesões corporais. Além disso, constata-se que, à medida que vai aumentando o número de veículos em circulação no País, agravam-se as condições de trânsito nestas cidades.

Em contexto de igual natureza, assim como nos grandes centros urbanos, a insegurança chegou às estradas do País. Os fatores ligados a segurança atingem não somente um segmento da atividade do comércio e do transporte brasileiro, mas toda uma economia que depende dos fluxos de serviços e cargas necessários para atender às ofertas e demandas de um país. Nesse momento, tornam-se fundamentais novas políticas públicas que envolvam um planejamento mais focado nas cadeias produtivas para que, na medida do possível, os custos econômicos e sociais sejam minimizados.

* Professor da Fundação Dom Cabral-MG (pauloresende@fdc.org.br).

Objetivo

Este trabalho pretende traçar um paralelo entre dois contextos vivenciados pelos consumidores que, diante de uma realidade de tamanha insegurança, é levado a mudar seus hábitos de consumo e buscar alternativas mais seguras. A realidade é o consumo em centros urbanos que diante da violência, caos urbano, trânsito e roubos favorece o surgimento de *Shoppings Centers* e *e-commerce*, modificando o hábito de consumo da população, como as compras virtuais. Ao se atingir os objetivos de análise do comportamento de consumo, pretende-se abrir um espaço de análise para o planejamento das políticas públicas que virão para minimizar os efeitos negativos da falta de segurança.

Objetivos específicos

1. Levantar dados estatísticos que demonstrem a insegurança nos grandes centros urbanos e nas estradas do País;
2. Identificar os novos hábitos dos consumidores frente a derrocada do comércio nas áreas centrais das grandes cidades;
3. Abrir uma pauta de discussão sobre as necessidades de reformulação do conceito de política urbana *vis-a-vis* os movimentos de reposicionamento de empresas e consumidores diante da insegurança.

Contextualização do ambiente de insegurança nas regiões metropolitanas - o exemplo de Belo Horizonte

O comércio de Belo Horizonte confunde-se com o crescimento da cidade e foi o principal responsável pela expansão e aglutinação do espaço central, como de resto na maioria das grandes cidades brasileiras. A estrutura social e econômica da metrópole reflete as atividades comerciais em todas as suas transformações, desde os hábitos de seus moradores, até a infraestrutura da prestação de serviços.

Posteriormente ao crescimento da área central da capital, surgiram outras regiões com a mesma importância econômica para a cidade. O processo de descentralização e de transferência do comércio da área cen-

tral para a Região da Savassi, área no entorno do hipercentro, acentuou-se na década de 70, em consequência da decadência do comércio formal, da degradação das condições ambientais, do aumento da criminalidade e da deficiência do sistema de transporte coletivo no hipercentro, alterando o hábito da população de fazer compras no centro da cidade.

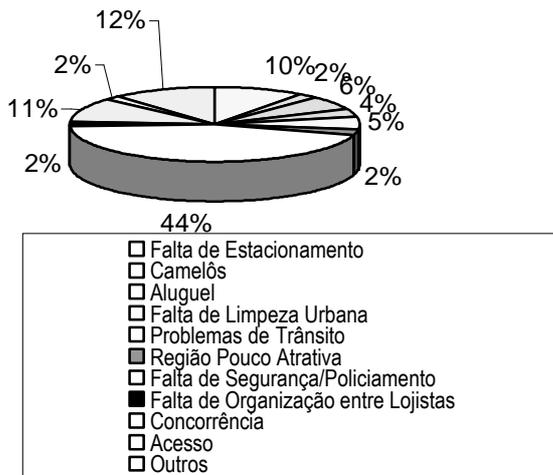
Outro fator que agrava as condições do centro da capital nos tempos atuais é o trânsito caótico que dificulta e aumenta consideravelmente o tempo de deslocamento das pessoas. Aspecto este que se contrapõe à diminuição de tempo disponível da população para as atividades particulares.

Através da realização de duas Pesquisas (Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing) desenvolvidas pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL), juntamente com o Centro Internacional de Tecnologia do Comércio (CDL BH), foi possível buscar informações nas regiões administrativas de Belo Horizonte delimitadas com base no Plano Diretor da Cidade que sugestionam a mudança do comércio central para outras áreas em função da falta de segurança urbana.

Essas pesquisas apontam que a maior dificuldade encontrada pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais, num universo de 5.353 pesquisados foi a "Falta de Segurança/ Policiamento", apontada por 1.373 entrevistados, correspondente a 44,35% do total. A Figura 1 revela as outras dificuldades encontradas pelos comerciantes.

Conclui-se que, das principais dificuldades encontradas pelos comerciantes nas principais regiões da capital mineira, a falta de segurança é uma das que mais se destacam, totalizando 44,3% das reclamações. Este percentual indica claramente os potenciais efeitos negativos sobre o comércio, já que a insegurança se torna um elemento dificultador tanto para o comerciante, quanto para o consumidor de forma geral.

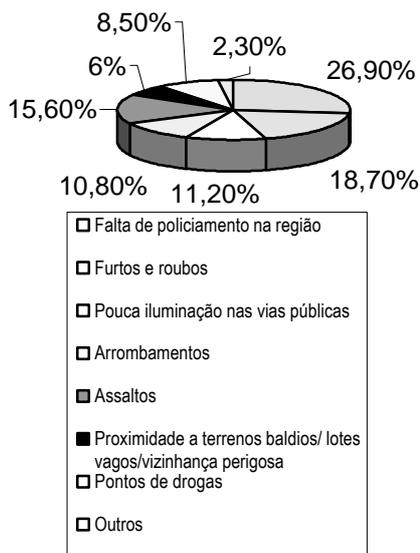
Figura 1. Dificuldades encontradas pelos comerciantes



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

Aprofundando-se no aspecto de segurança, a pesquisa detecta condicionantes que determinam o grau de eficiência e/ou deficiência de segurança nestas regiões da cidade (Figura 2). Com relação à segurança, os principais problemas levantados no dia-a-dia pelas empresas das regiões foram: falta de policiamento na região (26,9%), furtos e roubos (18,7%); assaltos (15,6%); pouca iluminação nas vias públicas (11,2%); arrombamentos (10,8%), ponto de drogas (8,5%); proximidade a terrenos baldios/lotes vagos/vizinhança perigosa (6%) e outros problemas citados por 2,3% dos entrevistados.

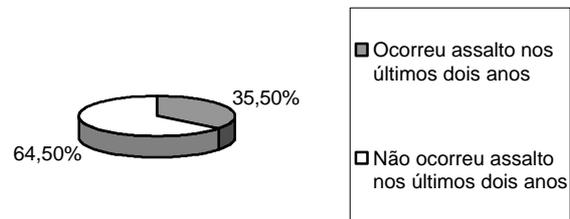
Figura 2. Principais problemas nas regiões administrativas de BH



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

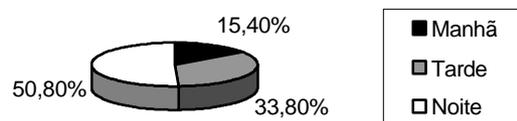
Quando perguntados se o estabelecimento foi vítima de algum tipo de assalto nos últimos dois anos, 64,5% dos estabelecimentos responderam que “não”, e 35,5% responderam que “sim” (Figura 3). Dos que responderam sim, 37,8% foram assaltados uma única vez; 28% duas vezes; 13,5% três vezes; 5,2% quatro vezes; 4,9% cinco vezes; 4,6% de seis a dez vezes; 2% onze a quinze vezes; 0,8% de 16 a 20 vezes e 3,3% mais de 20 vezes. De fato, estes números indicam que se atingem índices de confronto urbano quando a recorrência de assaltos se avoluma, resultando em um estado de alerta permanente, o que definitivamente demanda políticas públicas específicas e imediatas.

Figura 3. Ocorrência de assaltos aos estabelecimentos comerciais



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

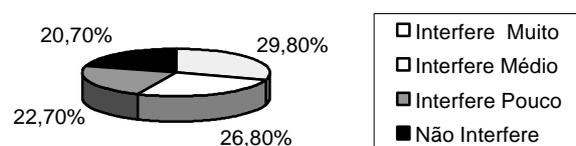
Figura 4. Período do dia mais vulnerável



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

Na opinião de 50,8% dos entrevistados, o período da “noite” é o mais vulnerável aos eventuais problemas de segurança nos estabelecimentos. Já 33,8% dos pesquisados afirmaram ser o período da “tarde”, e 15,4% acreditam ser o período da “manhã” (Figura 4).

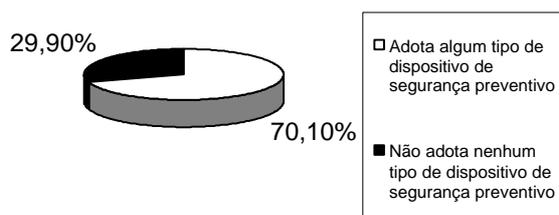
Figura 5. Grau de interferência



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

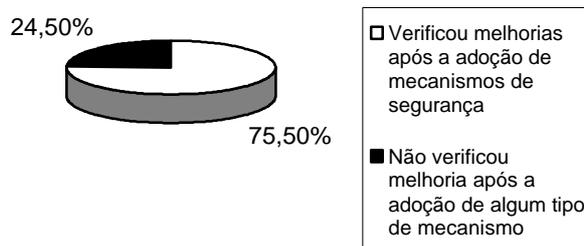
A maioria dos entrevistados, 70,1%, adota algum tipo de dispositivo/mecanismo de segurança preventivo, e os restantes, 29,9%, não utilizam nenhum mecanismo de segurança. Após a adoção destes dispositivos de segurança, 75,5% verificaram melhorias na segurança e 24,5% dos entrevistados não verificaram melhorias de segurança (Figura 6 e 7).

Figura 6. Adoção de algum tipo de dispositivo de segurança preventivo



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

Figura 7. Verificação de melhorias após a adoção de algum tipo de mecanismo de segurança



Fonte: Censo do Comércio de Belo Horizonte e Pesquisa de Telemarketing

Para 29,8% dos entrevistados, a falta de segurança afeta muito o seu negócio, e para 26,8% a falta de segurança afeta medianamente seu negócio. Para 22,7% dos entrevistados, a falta de segurança pouco afeta seus estabelecimentos comerciais e 20,7% afirmaram que não os afeta.

Condições de trânsito - o problema do excesso de veículos em circulação

Paralelamente ao crescimento dos grandes centros urbanos, verifica-se também o crescimento e descontrole do trânsito que, a cada dia, torna-se mais confuso e perigoso, e vem levando ao aumento de horas perdidas nos congestionamentos. Além disso, observa-se uma significativa elevação dos

tempos de viagem, desgaste mental do motorista, alto consumo de combustível, poluição do ar, redução da produtividade das atividades urbanas, restrição de mobilidade e acessibilidade e outros transtornos causados pelo excesso de veículos em circulação. Além disso, dados oficiais de 2000 (DENATRAN, apud ANTP, 2002) estimam que ocorrem no País, anualmente, cerca de 20 mil mortes no trânsito, com cerca de 350 mil vítimas, sendo que nas áreas urbanas os pedestres correspondem de 60% a 80% das mortes.

Nas dez cidades pesquisadas - Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, João Pessoa, Juiz de Fora, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo - no estudo IPEA/ANTP (1998), estima-se que os gastos excessivos de tempo resultantes do congestionamento severo (quando a capacidade das vias está esgotada) atingem a cifra de 506 milhões de horas por ano (Tabela 1). Caso as demais cidades médias e grandes sejam incluídas, podem-se estimar custos por congestionamento, poluição, espaço viário e combustível em torno de 1 a 2% do PIB, sem contar as perdas devido aos acidentes de trânsito. Esses dados também justificam o crescimento dos *Shoppings Centers* e a concentração dos pontos de vendas.

Tabela 1. Desperdícios anuais em dez cidades brasileiras devido ao congestionamento severo (vias com capacidade esgotada)

Tipo de desperdício/excesso	Quantidade anual	
	Autos	Ônibus
Tempo de viagem	250 milhões horas	256 milhões/horas
Espaço viário (movimentação e estacionamento)	8,7 milhões m ²	-----
Ônibus extras	-----	3.342 veículos
Combustível	251 milhões litros	7 milhões litros
Monóxido de carbono	122 mil toneladas	0,7 mil tonelada
Hydrocarbonetos	11 mil toneladas	0,3 mil tonelada

Fonte: IPEA/ANTP (1998).

Essa é uma situação que tende a se agravar com o crescimento da população do País, com o crescimento da frota de veículos e com um número cada vez maior de habitantes morando nas áreas urbanas, tornando o trânsito cada vez mais caótico. Outro fator que contribui para tal agravamento é a presença intensa de camelôs e vendedores ambulantes que continuam se espalhando

pelas ruas das grandes cidades. Em muitos pontos dos hipercentros das capitais brasileiras já não há mais espaço nas calçadas em frente às lojas para passagem de pedestres. As barracas ficam amontoadas, atrapalham o trânsito e a paisagem urbana. Assim, as condições inadequadas hoje verificadas – violência, acidentes, poluição, congestionamento, falta de estacionamento junto às lojas – estão piorando sensivelmente e justificando a evasão do comércio para pontos que geram maior conforto ao consumidor.

Todas estas situações adversas no centro das grandes cidades provocam grande insegurança ao consumidor e sujeitam as pessoas a uma exposição de ambientes heterogêneos. Tal diversidade é reforçada ainda pela existência de várias lojas espalhadas em uma grande área geográfica, que geram dificuldades de acesso, sendo que, destas inúmeras lojas, poucas são as que realmente interessam a um determinado consumidor. Diante dessas circunstâncias e por falta de um controle adequado destes problemas por parte das autoridades, os consumidores se sentem sobressaltados e ficam sujeitos a imprevisíveis comportamentos, transformando o ato de uma simples compra em aventura, às vezes perigosa, gerando sempre um desgaste físico e mental destes consumidores.

Por outro lado, cada vez mais, existe uma redução nos tempos disponíveis das pessoas para o consumo. Assim, quanto mais as pessoas se sentem pressionadas pela falta de tempo, maiores as dificuldades delas em satisfazerem as suas necessidades como consumidores no centro das grandes cidades, tendendo a buscar outras áreas comerciais, muitas vezes, mais próximas de suas residências ou de fácil acesso.

O crescimento dos *Shoppings Centers* como alternativa para o consumidor

O Brasil registrou, no início de 2001, 61.630 lojas instaladas nos 542 *Shoppings Centers* em atividade (Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings, 2001). Esse contingente mostra um residual de 13.914 lojas previstas nos empreendimentos ainda em obras ou em projeto que, a partir do ano de 2002, poderia ser aos poucos agregado ao número inicial quando a construção desses

shoppings fosse chegando ao fim. Poderia crescer ainda mais diante das obras de expansão que estariam em curso.

Os dados apurados durante o ano de 2001 revelam um crescimento da indústria de *Shoppings Centers* da ordem de 4,15% com a inauguração de 22 novos empreendimentos. Foi apurada a saída do mercado de diversos empreendimentos, em geral do tipo rotativo, enquanto alguns, que funcionavam como *outlets*, modificaram seu perfil para tradicional, ou acabaram identificados como galerias. Com as devidas compensações, o quadro final apresenta uma variação positiva de mais 12 empreendimentos no término do ano, com o que se registra um total de 542 *shoppings* em operação no País, contra 530 do ano anterior (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2. Tipos de Shopping Centers

Tipos de Shoppings	III Censo (2000)		IV Censo (2001)	
	Qte.	%	Qte.	%
Tradicionais	338	63,77	345	63,65
Temáticos	48	9,06	56	10,33
Outlets	22	4,15	19	3,51
Atacado	19	3,59	17	3,14
Rotativos	103	19,43	105	19,37
Total Brasil	530	100,00	542	100,00

Fonte: Associação Brasileira de Lojistas de Shopping

Identificação de nomenclatura específica

Shopping Tradicional - estabelecimento construído especificamente para abrigar um centro de compras e que apresenta mix diversificado, praça de alimentação, área de lazer, estacionamento e elevado nível de conforto como ar condicionado, escadas rolantes, elevadores, segurança, etc. O número de lojas-âncora, a quantidade de lojas e o fato de haver lojas próprias junto com lojas alugadas são considerados fatores que completam as características dessa categoria.

Shopping Temático - estabelecimento cujas lojas estão voltadas preferencialmente a um segmento básico do mercado.

Shopping Outlet - estabelecimento que concentra lojas de fábrica, com alguns poucos ramos comerciais e de serviços considerados de apoio.

Shopping de Atacado - estabelecimento cujas lojas operam exclusivamente com vendas no atacado. Atuam, basicamente, nos ramos de confecção, acessórios e calçados.

Shopping Rotativo - estabelecimento com índice de conforto menor que o dos shoppings tradicionais, geralmente com lojas de tamanho reduzido e onde não se pratica a obrigatoriedade da permanência do lojista no shopping. Nele, a locação é feita por períodos diversos e mais curtos que nos shoppings tradicionais. O comércio habitualmente praticado no shopping rotativo está voltado a produtos de baixo valor. Também podem ser considerados como shoppings de desconto.

Tabela 3. Número de Shopping Centers

Regiões	III Censo (2000)		IV Censo (2001)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Sudeste	286	53,96	294	54,24
Sul	120	22,64	120	22,14
Nordeste	82	15,47	81	14,9
Norte	11	2,08	12	2,22
Centro-Oeste	31	5,85	35	6,46
Total Brasil	530	100,00	542	100,00

Fonte: Associação Brasileira de Lojistas de Shopping

O crescimento nas cinco regiões do País confirma a concentração de investimentos na Região Sudeste, como era previsto quando da constatação anterior de shoppings em obras e projeto. O Estado de São Paulo mantém a destacada liderança de 34,4% dos empreendimentos implantados no País, secundado pelo Rio de Janeiro cuja participação já atinge a casa dos 12,6% (Tabela 3).

Novos hábitos de consumo em função da insegurança urbana - comércio eletrônico

A proliferação do número de *Shoppings Centers* não é a única alternativa do consumidor para fugir do aumento da insegurança do comércio. O comércio eletrônico, uma tendência recente, é uma das opções e existe nos diversos setores da economia. Encontrase em um processo de consolidação apresentando sinais claros de evolução.

A busca pela utilização do comércio eletrônico nos processos que envolvem troca de informação e transações exige um ambiente

com segurança mais efetiva, ao mesmo tempo em que as características do novo ambiente exigem proximidade com o cliente.

No setor financeiro é onde se encontram os sistemas de transações via internet mais seguros e protegidos contra roubos e violações. Alguns bancos já utilizam dispositivos como a criptografia de 128 bits, sistema desenvolvido nos EUA que chegou ao Brasil no ano passado. Os bancos trabalham com certificados digitais de seus servidores e com nível de segurança altíssimo. Está chegando no Brasil o certificado digital que funciona como uma carteira de identidade do internauta, a ser emitido por entidades certificadoras, responsáveis pela identificação do usuário. Essas entidades fornecerão ao usuário um conjunto de dados criptografados em arquivo a serem colocados no computador do próprio usuário para quando em uso provar a sua identificação.

Monitorar hábitos de consumo na internet ainda é difícil. A internet está em fase de amadurecimento. Muitos não sabem, mas o usuário-chave da internet é a mulher. Ela usa a rede para resultados, já os homens navegam pelo prazer de brincar com tecnologia. No entanto, muito do que se vê em comércio eletrônico é desenhado por homens e destinado a homens. Um outro dado importante é que nos Estados Unidos a faixa de usuários que mais cresce não é a de adolescentes, mas a de idosos. Essas pessoas em idade mais avançada não se contentam com *modems* lentos e, quando entram num *website* que tenha muita informação, simplesmente saem.

Comprar pela internet é um hábito que está cada vez mais difundido entre quem tem bom poder aquisitivo. Segundo um estudo da consultoria C'Plus, três em cada dez pessoas das classes A e B clicam seus *mouses* para adquirir CD, livros, aparelhos eletrônicos e até mesmo frutas e legumes. Já as classes populares, segundo a Treinasse, consultoria carioca especializada em análise de varejo, que ouviu 1.538 pessoas das classes C e D no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte, apenas 2,2% fazem compras pela rede. Não por falta de dinheiro, ou porque não têm cartão de crédito, ou porque não gostam de tecnologia e muito menos porque são desconfiadas.

A pesquisa descobriu que as lojas virtuais é que não sabem organizar seus *sites*

para atrair esse pessoal. Enquanto as classes A e B valorizam a segurança, as classes C e D querem encontrar na tela as mesmas coisas que estão acostumadas a ver nas lojas (concretas). Entre esses atrativos estão elementos básicos, como fotos dos produtos com preços, interior da loja, promoções e facilidades no pagamento. Praticamente não há lojas virtuais estrategicamente voltadas para as classes mais populares.

O motivo é uma suposta inexistência de demanda e de que são muito poucas as pessoas de faixas de renda mais baixas que têm computadores conectados à internet em suas residências. No entanto, o estudo da Treinasse contesta essa afirmativa já que cerca de 30% dessas pessoas entram na internet no local de trabalho. Parece mesmo que as redes de comércio popular estão perdendo uma enorme oportunidade ao não direcionar seus esforços para esse consumidor emergente.

Empresas que lidam com vendas diretas e que promovem suas vendas através do canal "door to door" estão vivendo um conflito com a entrada da era virtual. Manter os milhares de promotores de vendas ou utilizar a internet, uma vez que esse recurso permite a promoção virtual e dispensa intermediários.

A dissonância entre seu modelo de negócio e o crescimento extraordinário da internet como atalho de venda é um dilema: por que manter um canal de vendas formado por centenas de milhares de representantes remunerados num mundo onde fabricante e consumidor podem se relacionar sem intermediários? Será que há um caminho capaz de evitar o desmonte de uma estrutura que, até o momento, tem sido eficaz? Além disso, fica uma grande questão: pode a tecnologia substituir o relacionamento e a energia criativa de milhares de pessoas num negócio que fala de saúde, beleza e bem estar? Acredita-se que a tecnologia pode somar, mas nunca substituir, uma vez que uma empresa para atingir dimensões muito maiores contará sempre com as pessoas num papel fundamental.

Sabe-se que a internet, apesar de seu crescimento explosivo, atinge pouco mais de 3% da população brasileira, segundo dados do Ibope e no caso de empresas de venda direta as promotoras funcionam também

como uma espécie de trunfo logístico. Substituir a estrutura de pessoas por estrutura virtual significa mudar todo o processo logístico da empresa bem como afetar sua rota de distribuição. Não é só isso, talvez a filosofia de relacionamento pessoal que envolve esse tipo de negócio explica muito da relutância do setor de vendas diretas em absorver as inovações de processos de gestão pela internet. E por que empresas desse tipo parecem mais focadas no canal de distribuição do que no consumidor.

Outro dado importante para a preponderância de um sistema sobre outro é o custo direto e indireto da operação por telefone versus via internet, este último 60% mais barato. As empresas vivem na fronteira de dois mundos: o presencial e o virtual e, provavelmente, eles se transformarão em apenas um, algum dia.

Estes dados do comércio eletrônico, aliados aos movimentos de adaptação às novas redes físicas de distribuição, também apontam para uma mudança no comportamento de consumo que, cedo ou tarde, irão afetar significativamente as políticas públicas nas grandes cidades, uma vez que a compra por meio eletrônico é somente o primeiro passo, completado por uma distribuição física que exige absolutamente o mesmo tipo de operações de entregas e, portanto, sujeitas aos problemas de insegurança hoje vividos pelo comércio tradicional.

Conclusão

Políticas públicas integradas visando a garantir uma melhor qualidade de vida nas regiões metropolitanas devem necessariamente levar em consideração os movimentos de transferência de hábitos de consumo devido a questões de segurança. Os consumidores querem evitar um nível de exposição muito alto a fatores de violência e, por isso, mudam seu comportamento de consumo, provocando grandes transformações nas decisões de localização do comércio. O poder público definitivamente não pode estar alheio a tais movimentos e, na medida do possível, deve procurar se antecipar através de planejamentos de longo prazo, com políticas sólidas e sem possibilidades de soluções de continuidade.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Shopping Centers. Disponível em: <<http://www.alshop.com.br>> Acesso em: 10 dez. 2002.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Shopping Centers. Disponível em: <<http://www.abrasce.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2002.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Transporte de Cargas. *Companhias partilham risco do transporte*. Disponível em: <<http://www.abtc.org.br/Informes/2002/fev/cargas/info501.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2002
- CÂMARA, G *et al.* *Anatomia de sistemas de informação geográfica*. Campinas: UNICAMP/IC, 1996.
- CORREA, C. O big brother do varejo. In: *Exame*, São Paulo, 15 abr. 2002.
- COUTO, J.R.G. *A atividade informal no hipercentro de Belo Horizonte: uma análise exploratória*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- ESMENA instala no Brasil fábrica top de linha. *Revista Tecnológica*, São Paulo, ano VIII, n. 81, p. 8-9, ago. 2002.
- GIANESI, I.; CORRÊA, H.L. *Administração estratégica de serviços*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIBSON, N. *Informação é a melhor ferramenta*. Disponível em: <<http://www.abtc.org.br/presidente.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2002
- GRANGEIA, M. Prateleiras virtuais demais. In: *Exame*, São Paulo, 01 nov. 2002.
- OLIVEIRA, D.M de. *Bolsa de seguros*. Disponível em: <<http://www.bolseg.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2002.
- VASSALO, C. Eu gosto dela... E dela também. In: *Exame*, São Paulo, 19 maio 2002.

Vigor de progênies de cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.): alternativa de sustentabilidade para o assentamento Andalúcia, Nioaque, MS

Vigour of progenies of cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.): sustainable alternative for the Andalúcia community, Nioaque, MS

Vigor de progênies de cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.): alternativa de sustentabilidad para el asentamiento Andalúcia, Nioaque, MS

Reginaldo Brito da Costa*

Eduardo José de Arruda*

Lincon Carlos de Oliveira*

Gessiel Newton Scheidt**

Andréa Haruko Arakaki**

Raul Alfonso Rodrigues Roa***

Recebido em 03/11/03; revisado e aprovado em 25/03/04; aceito em 10/08/04

Resumo: O cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) é uma espécie muito utilizada pelos animais e pelo homem, devido aos seus diversos usos. Muitas populações arbóreas presentes no cerrado foram suprimidas com a ocupação da região Centro-Oeste. Neste artigo, avaliou-se o desenvolvimento inicial de mudas (progênies) do cumbaru para o estabelecimento de pomares de sementes com vistas no aumento da produção de frutos. O manejo da espécie deve conciliar, ações de conservação ambiental e de produtividade, além de proporcionar a participação da população local na aplicação das políticas de desenvolvimento rural. Estes condicionantes contribuirão para a sustentabilidade em várias dimensões, quais sejam: natural, social, econômica, cultural e política.

Palavras-chave: Cumbaru; alternativa de sustentabilidade; Assentamento Andalucia.

Abstract: Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) is a specie very utilized by animals and man because of its multiples uses. Many populations in cerrado were supressed when the agricultural limit advanced in Centro-Oeste region. In this article it was measured the initial development of seedlings (progenies) of cumbaru for the establishment of seed orchards for the fruit production to increase. The management of the specie must conciliate environmental conservation and productivity actions, proportioning the participation of the local population in the application of the rural development politics. Those conditions will contribute to the sustainable in many dimensions: natural, social, economical, cultural and political.

Key words: Cumbaru; sustainable alternative; Andalucia Community

Resumen: El cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) es una especie muy utilizada por los animales y por el hombre, debido a sus diversos usos. Muchas poblaciones arbóreas presentes en el cerrado fueron suprimidas con la ocupación de la región Centro Oeste. En este artículo, se evaluó el desarrollo inicial de mudas (progenies) de cumbaru para el establecimiento de pomares de semillas con vistas en el aumento de la producción de frutos. El manejo de la especie debe conciliar, acciones de conservación ambiental y de productividad, además proporcionar la participación de la población local en la aplicación de las políticas de desarrollo rural. Estos condicionantes aportarán para la sustentabilidad en varias dimensiones, como por ejemplo: natural, social, económica, cultural y política.

Palabras clave: Cumbaru; alternativa de sustentabilidad; Asentamiento Andalúcia.

Introdução

O aproveitamento de espécies arbóreas pelo homem para diversos fins, intensificou-se ao longo dos anos e, no caso do cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), tem-se valorizado por seus diversos usos, desde ornamental, medicinal e na alimentação humana e animal (ALMEIDA, 1998). Sua madeira é própria para a construção de estruturas externas, como estacas e postes. Seus frutos são aromáticos e, avidamente consumidos pelo

gado e animais silvestres (LORENZI, 1998). De predominância no Brasil Central, é distribuída ao longo do domínio morfoclimático do Cerrado (LE BOURLEGAT, 2003).

O cerrado ocupa uma área de mais de 1,3 milhão de km² do território brasileiro. Por volta de 80% desse domínio, localiza-se nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, além do Distrito Federal (CEMIG, 2001; ARAÚJO, 2000).

No início da ocupação do Centro-Oes-

* Professores do Mestrado em Desenvolvimento Local -UCDB (rcosta@ucdb.br).

** Mestrandos em Desenvolvimento Local -UCDB.

*** Bolsista do PIBIC/CNPq.

te brasileiro, detinha-se um considerável conhecimento sobre as plantas que se perdeu de acordo com a chegada de migrantes, que traziam consigo culturas próprias. Com isso, grandes populações de notáveis recursos alimentares, como o cumbaru, foram destruídas e continuam sendo desperdiçadas, necessitando ser repostas para efeito de conservação e recuperação de áreas florestais (POTT e POTT, 2003).

Devido ao seu potencial, o cumbaru constitui uma nova alternativa de sustentabilidade econômica, biológica, cultural e social para áreas de produção, especialmente aquelas onde estão estabelecidos assentamentos rurais, como é o caso do Andalúcia, onde o uso extrativista da espécie já se tornou uma atividade rotineira.

Os trabalhos que envolvem o melhoramento das espécies que estão sob atividades extrativistas, tornam-se importantes, tendo em vista a identificação das melhores matrizes e, principalmente do desempenho de suas progênes em plantios homogêneos ou consorciados.

Nos programas de melhoramento genético, o estabelecimento dos testes de progênes utilizando-se material genético selecionado, possibilita o estabelecimento de árvores mais produtivas e a implantação de um pomar de sementes melhoradas (banco de germoplasma), para comunidades locais.

A predição dos ganhos genéticos será aumentada a partir do acompanhamento das fases de crescimento das plantas, tornando-se a avaliação do vigor inicial das progênes, importante parâmetro para subsidiar as fases posteriores que levarão a uma seleção genética mais acurada.

O presente trabalho objetivou avaliar o desenvolvimento inicial de progênes do cumbaru, quanto aos caracteres altura, número de lançamentos foliares e diâmetro do coleto, com vistas no monitoramento da futura produção dos indivíduos arbóreos, aumentando as possibilidades de oferta e competitividade do produto no mercado alimentício regional e nacional.

Material e métodos

Os frutos/sementes da espécie foram coletados em área do Assentamento Rural Andalúcia, à 21°08'07" latitude (S), 55°49'48" longitude (W) e altitude de 200 m, no município de Nioaque/MS. O referido assentamento ocupa uma área de 5 mil hectares, constituída de: (1) cobertura de vegetação de morro isolado (Morro Solteiro), (2) vegetação de cerradão em transição para mata, cobrindo a borda Serra de Maracaju (que contorna o assentamento) e (3) vegetação ciliar do Rio Taquaruçu, importante afluente do Rio Aquidauana, pertencentes à bacia do Miranda (19 km do Taquaruçu cortam o assentamento), região que apresenta solo do tipo latossolo vermelho. O clima é tropical semi-úmido, segundo a classificação de Köppen, apresenta índices efetivos de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1500 a 1750 mm, excedente hídrico anual de 800 a 1200mm (durante 5 a 6 meses), deficiência de 350 a 500mm durante 4 meses, segundo os dados do IBGE (1991).

Para realização das coletas, foi estabelecida como padrão de coloração, casca marrom, diferindo dos mais imaturos, que se apresentavam com casca em tom verde-pálido.

Os frutos de cumbaru foram coletados de 25 matrizes georreferenciadas, na área de ocorrência natural, respeitando uma distância mínima de 100m entre elas, conforme a recomendação técnica (COSTA et al., 2000). Esta condição é necessária para diminuição do grau de parentesco, o que aumenta a variabilidade genética do lote (BRUNE, 1981; FERREIRA e ARAUJO, 1981; SHIMIZU et al., 1982).

O experimento foi instalado em viveiro da comunidade, sob delineamento de blocos ao acaso com 25 tratamentos, 4 repetições e 5 plantas por parcela no espaçamento de 40 cm x 40 cm em linhas simples, com sombreamento de 50%.

As progênes foram avaliadas aos 3 meses de idade, quanto aos caracteres: altura total b) lançamentos foliares e diâmetro do coleto. A variável altura foi expressa em centímetro e o diâmetro do coleto em milímetros.

As variáveis foram analisadas usando-se o modelo estatístico que considera todos os

efeitos aleatórios, consistindo do seguinte:

$$Y_{ijk} = m + p_i + b_j + e_{ij} + d_{ijk}$$

onde:

Y_{ijk} : observação relativa à planta k, na progênie i, no bloco j;

m: média geral;

p_i : efeito da progênie i;

b_j : efeito do bloco j;

e_{ij} : erro experimental associado à parcela ij;

d_{ijk} : efeito do indivíduo k dentro da parcela ij.

As estimativas de parâmetros genéticos e fenotípicos foram obtidas através do software genético-estatístico denominado SELEGEN, desenvolvido por Resende et al. (1994).

Os coeficientes de herdabilidade aos níveis de indivíduo na parcela (h_d^2), média de família (h_f^2), média de parcela (h_p^2), indivíduos no bloco (h_{ib}^2) e plantas individuais (h_{ie}^2), associados aos diferentes efeitos do modelo linear foram estimados pelas expressões apresentadas por Resende e Higa, (1994).

Os coeficientes de variação genética ($CV_g\%$) e experimental ($CV_e\%$) foram estimados seguindo-se as formulas apresentadas por Vencovsky (1987):

$$CV_g (\%) = \frac{\sqrt{s_p^2}}{\bar{X}} \cdot 100$$

$$CV_e (\%) = \frac{\sqrt{s_e^2 + s_d^2}}{\bar{X}} \cdot 100$$

Resultados e discussão

Os resultados referentes às estimativas dos parâmetros genéticos para os caracteres altura e diâmetro das plantas são apresentados na Tabela 1.

O coeficiente de variação genética, que expressa em porcentagem da média geral a quantidade de variação genética existente, apresentou valores expressivos considerando-se a idade avaliada para os caracteres diâmetro do coleto (15,2958) e lançamentos

foliares (15,6675), respectivamente. Avaliações sucessivas em idades mais avançadas poderão confirmar esta tendência de expressão genética.

Tabela 1. Estimativas de coeficientes de herdabilidade individual no sentido restrito no bloco (efeitos aditivos - \hat{h}_a^2), herdabilidade da média de progênie (\hat{h}_{mp}^2), variância genética aditiva (\hat{S}_a^2), variância ambiental entre parcelas (\hat{S}_{parc}^2), variância residual dentro de parcela (ambiental + não aditiva, \hat{S}_e^2), variância fenotípica individual (\hat{S}_f^2), coeficiente de variação genética ($CV_g\%$), coeficiente de variação ambiental dentro de parcelas ($CV_e\%$), para os caracteres altura, lançamentos foliares diâmetro do coleto em progênies de *Dipteryx alata*.

Estimativas	Altura (cm)	Lançamentos Foliares	Diâmetro (mm)
(\hat{h}_a^2)	0,3564	0,1352	0,1274
(\hat{h}_{mp}^2)	0,7469	0,4057	0,2895
(\hat{S}_a^2)	5,1858	0,0350	0,0465
(\hat{S}_{parc}^2)	0,3713	0,0198	0,0769
(\hat{S}_e^2)	10,9113	0,1941	0,2738
(\hat{S}_f^2)	12,7091	0,2240	0,3833
Média geral	25,6726	3,0208	5,3332
$(CV_g\%)$	14,0032	15,6675	15,2958
$(CV_e\%)$	6,7702	8,5697	7,1028

Os resultados demonstram haver variabilidade genética na população em estudo, tendo em vista as magnitudes das variâncias genéticas e das herdabilidades obtidas. É importante salientar que sucessivas avaliações, monitorando o desenvolvimento das plantas poderão proporcionar ganhos genéticos adicionais ao selecionar os melhores indivíduos, o que reverterá em aumento da produtividade da população de

cumbaru na área do Assentamento Rural.

Na Tabela 2, são apresentados os valores genéticos aditivos dos 6 melhores indivíduos.

Tabela 2. Valores genéticos aditivos das seis melhores progênes com os respectivos ganhos genéticos preditos e nova média da população, para o caráter de altura, em *Dipteryx alata*.

Ordem	Progênie	VG ¹	Ganho Acum. (%)	Nova Média
1	24	0,0844	0,7307	5,3720
2	4	0,0645	0,7271	5,3722
3	13	0,0609	0,7073	5,3709
4	16	0,0519	0,4415	5,3568
5	8	0,0464	0,3725	5,3531
6	12	0,0428	0,0909	5,3381

¹ Valores genéticos das progênes.

Constata-se para o caráter altura, que as progênes 1, 4, 13, apresentaram valores genéticos mais expressivos quando comparados às demais. Em decorrência disto, os ganhos genéticos acumulados estão acima de 5%, sendo considerados ganhos razoáveis tendo em vista a idade do material genético avaliado.

A Tabela 3 apresenta os valores, quanto ao ganhos genéticos preditos, para o caráter número de lançamentos foliares.

Tabela 3. Valores genéticos aditivos das 6 melhores progênes com os respectivos ganhos genéticos preditos e nova média da população, para o caráter número de lançamentos foliares, em *Dipteryx alata*.

Ordem	Progênie	VG ¹	Ganho Acum. (%)	Nova Média
1	1	1,5143	5,8987	27,1870
2	4	1,2249	5,3350	27,0423
3	13	1,1875	5,0986	26,9816
4	24	1,0755	4,8713	26,9232
5	10	1,0568	4,0273	26,8845
6	16	0,9634	4,5591	26,8431

¹ Valores genéticos das progênes.

Nota-se que para o caráter número de lançamentos foliares, os indivíduos que demonstraram maiores valores genéticos foram

as progênes de 24, 4 e 13, com os melhores ganhos acumulados, refletindo-se na nova média da população. Estes valores encontrados, como aqueles contidos nas tabelas do caráter altura, estão diretamente relacionados à magnitude da herdabilidade média das progênes (0,4057), portanto há que se esperar um desenvolvimento adequado para as três progênes elencadas.

Na tabela 4, são apresentados os valores genéticos aditivos, quanto o caráter diâmetro do coleto.

Tabela 4. Valores genéticos aditivos das 6 melhores progênes com os respectivos ganhos genéticos preditos e nova média da população, para o caráter de diâmetro do coleto, em *Dipteryx alata*.

Ordem	Progênie	VG ¹	Ganho Acum. (%)	Nova Média
1	12	0,1538	1,5053	3,0663
2	24	0,1183	1,3150	3,0605
3	8	0,0777	1,2551	3,0587
4	10	0,0625	1,0352	3,0521
5	2	0,0524	0,8953	3,0478
6	16	0,0524	0,6015	3,0390

¹ Valores genéticos das progênes.

Em relação ao caráter diâmetro do coleto, destacaram-se as progênes 12 e 24 quando comparadas as 6 melhores. Espera-se que a seleção com base nos valores genéticos das referidas progênes poderá aumentar a futura produção de frutos do cumbaru.

Porém, ressalta-se, que duas progênes demonstraram valores expressivos para os três caracteres analisados. Considerando-se que esse material genético servirá de base para a seleção das progênes no Assentamento Andalúcia, é importante considerar dentre os 6 melhores genótipos, as progênes 24 e 16, podendo-se esperar que elas apresentem os melhores ganhos dentro desta população, contribuindo efetivamente para que os indivíduos mais produtivos possam desenvolver todo o seu potencial genético.

Ao adotar tal estratégia, a comunidade estará ganhando em termos de produtividade, o que implica melhoria da comercialização obtida com o plantio, nos respectivos lotes dos produtores.

Considerações Finais

O cumbaru, em áreas fragmentadas do cerrado surge como alternativa de sustentabilidade para a comunidade do Assentamento Andalúcia. Um modelo de desenvolvimento rural que inclua o componente florestal e extrativista deve ser considerado como requisitos essenciais para a manutenção da vegetação remanescente e para agregar renda às propriedades rurais, especialmente aquelas mais carentes. Para tanto, o melhoramento das espécies nativas de interesse comercial torna-se uma ferramenta valiosa ao recomendar, após a seleção dos melhores materiais genéticos a serem plantados no Assentamento em estudo.

O estabelecimento de um modelo agrícola viável que considere o componente florestal, neste contexto, o cumbaru, poderá conciliar ações de conservação ambiental e produtividade, além da participação das populações locais na aplicação das políticas de desenvolvimento rural. Estes condicionantes contribuirão para a sustentabilidade em várias dimensões, quais sejam: natural, social, econômica, cultural e política.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S.P. et al. *Cerrado: espécies vegetais úteis*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.
- ARAUJO, A.M.R. Conservação da biodiversidade em Minas Gerais: em busca de uma estratégia para o século XXI. *Coleção Minas XXI. Centro de Estudos do Meio Ambiente (CEMA)*, Belo Horizonte, 2000.
- BRUNE, A. *Implantação de populações base de espécies florestais*. Curitiba: EMBRAPA-URPFCS, 1981. (Documento 1).
- CEMIG. *Guia Ilustrado de Plantas do Cerrado de Minas Gerais*. Minas Gerais: Nobel, 2001.
- COSTA, R.B.; RESENDE, M.D.V.; ARAÚJO, A.J.; GONÇALVES, P.S.; SILVA, M.A. Maximization of genetic gain in rubber tree (*Hevea*) breeding with effective size restriction. *Genetic and molecular biology*, v. 23, n. 2, p. 457-462, 2000.
- FERREIRA, M.; ARAÚJO, A.J. *Procedimentos e recomendações para testes de procedências*. Curitiba: EMBRAPA/IBDF/PNPF, 1981.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estado de Mato Grosso do Sul: Atlas Multirreferencial*. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Brasília: IBGE, 1991.
- LE BOURLEGAT, C.A. A fragmentação da vegetação natural e o paradigma do desenvolvimento rural. In: COSTA, R.B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003.
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 2. ed. Nova Odessa: Plantarum, 1998. v. 01, p. 352.
- POTT, A.; POTT, V.J. Espécies de fragmentos florestais em Mato Grosso do Sul. In: COSTA, R.B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003.
- RESENDE, M.D.V.; HIGA, A.R. Estimativa de valores genéticos no melhoramento de *Eucalyptus*: seleção em um caráter com base em informações do indivíduo e de seus parentes. *Bol. Pesq. Fl., Colombo*, n. 28-29, p. 3-10, jan./dez. 1994.
- RESENDE, M.D.V.; OLIVEIRA, E.B.; MELINSKI, L.C.; GOULART JUNIOR, F.S.; OAIDA, G.R.P. *Seleção genética computadorizada - Selegen "Best prediction": manual do usuário*. Colombo: Embrapa-CNPQ, 1994.
- SHIMIZU, J.Y.; KAGEYAMA, P.Y.; HIGA, A.R. *Procedimentos e recomendações para estudos de progênies de essências florestais*. Curitiba: EMBRAPA/URPFCS, 1982.
- VENCOVSKY, R. Herança quantitativa. In: PATERNIANI, E.; VIEGAS, G.P. *Melhoramento e produção de milho*. 2. ed. Campinas: Fundação Cargil, 1987. v. 1, p. 122-201.

**Relatos:
entre a práxis e os conceitos**

Os recursos culturais do povo Tuaregue diante dos desafios do desenvolvimento*

The cultural resources of the Tuaregue people before the challenges of development

Los recursos culturales del pueblo Tuaregue frente a los desafíos del desarrollo

Issyad Ag Kato**

Resumo: O presente relato, mostra um pouco da história e organização social das comunidades nômades tuaregues, que habitam o deserto de Sahara, abrangendo vários países do continente africano. Conta as origens e o processo de formação da identidade tuaregue, a resistência cultural ao processo de colonização francesa e a luta atual para se desenvolverem como unidade integrada, frente à rachadura territorial imposta pelos Estados nacionais criados pelos colonizadores, apoiando-se nas potencialidades da própria cultura e das riquezas de seu espaço de vida, com apoio de algumas organizações internacionais simpatizantes.

Palavras-chave: cultura; resistência cultural; desenvolvimento local.

Abstract: The present account shows a little of the history and social organization of the Tuaregue nomadic communities who live in the Sahara desert, reaching into various countries of the African continent. The process for the formation of the Tuaregue identity has in its origins cultural resistance to the French colonization process and the current struggle to develop as an integrated unit, facing the territorial break imposed by the national States created by the colonizers, seeking support from their own cultural potential

Key words: culture, cultural resistance, local development.

Resumen: El presente relato, muestra un poco de la historia y organización social de las comunidades nómadas tuaregues, que habitan el desierto de Sahara, abarcando varios países del continente africano. Cuenta los orígenes y el proceso de formación de la identidad tuaregue, la resistencia cultural al proceso de colonización francesa y la lucha actual para desarrollarse como unidad integrada, frente al agrietamiento territorial impuesta por los Estados nacionales creados por los colonizadores, apoyándose en las potencialidades de la propia cultura y de las riquezas de su espacio de vida, con apoyo de algunas organizaciones internacionales simpatizantes.

Palavras clave: cultura; resistencia cultural; desarrollo local.

Introdução

O mundo transformou-se em uma aldeia. As trocas, apesar das distâncias, passaram a serem feitas em tempo real. As preocupações podem ter sido divididas, mas o destino dos homens é indivisível. Todas essas verdades nos levam, cada vez mais, a dividir tudo. Nesta dinâmica planetária, cada comunidade, cada povo, cada país, cada continente, apresenta-se com sua personalidade, seu potencial, suas forças e suas fraquezas. Estas são suas armas, nesta batalha do desenvolvimento econômico mundial, em que as necessidades crescem mais rapidamente que os meios para saciá-las. Mas é por se apresentar de forma tão global, que o desenvolvimento sustentável passa, obrigatoriamente, pelo desenvolvimento local. É da soma coerente dos desenvolvimentos locais que se faz o desenvolvimento global. É aqui que os vários tipos de comunidades e suas ascendências históricas intervêm, misturam-se e se entrelaçam. Qual deve ser essa participação? Sobre o que elas podem se basear?

A nação tuaregue não está sozinha nesta batalha. Com o objetivo de avaliarmos melhor suas chances nesse mundo, visitaremos seu passado e, então conheceremos seu quadro de vida atual e, finalmente, examinaremos suas perspectivas de futuro. Esse exame é tão necessário, quanto o destino dos tuaregues é particular. Quem vive nesse mundo, poderia estar sob o risco de viver sem eles, não fosse um último sobressalto de sobrevivência e a simpática atenção dos amigos do mundo inteiro.

1 Evolução histórica da Nação Tuaregue: quem é o homem tuaregue?

Os termos, “tuaregue” e “berbere” pelos quais nos chamaram, os árabes e os europeus, são estranhos à nossa língua e as suas conotações são contrárias aos valores e virtudes contidas no termo, pelo qual designamos a nós mesmos. De fato, nós nos chamamos por *imajighane* e nossa língua de *tamajakht*. Nesses vocábulos, colocamos um dos sentidos da liberdade ou da independên-

* Tradução: Cleonice Alexandre Le Bourlegat e André Joseph Le Bourlegat

** Issyad Ag Kato é um líder tuaregue e antigo dirigente militar durante a época da guerrilha contra o Estado nigeriano, entre 1990 e 1996. Atualmente é encarregado de Missão, junto ao Presidente da Assembléia Nacional do Niger. Presidente da Associação Tuaregue Vida e Desenvolvimento Sustentável - TEDHILT, membro do Gabinete Executivo do Congresso Mundial Amazighe (berbere) e membro fundador da Fundação de Desertos do Mundo. Presidente da ONG TEDHILT, BP - Niamey - Niger - África (issyad-ag-kato@voila.fr).

cia que escapa a muitos outros povos. Esta liberdade ou independência que concerne a *imajighane* só pode ser conferida por um comportamento impregnado de nobreza, de respeito profundo aos valores sagrados humanos, os mais sagrados. Tornamo-nos *amajigh* ao final desta dialética bastante árdua. Mesmo se já nascemos *amajigh*, a luta durante toda nossa vida consiste em permanecer assim; é um estado que se merece e contrariamente a tudo o que é muitas vezes difundido, não nos tornamos assim, apenas pelo fio da espada. A tirania desaparece nesta situação. Ao contrário, é a retidão, a legitimidade e o senso do dever que nos ancoram. É a sociedade inteira que nos julga, baseada em seus valores e que nos reconhece como tais. Só podemos estar aptos a regulá-la, dirigi-la e defendê-la, quando encarnamos seus valores mais sagrados. A gestão do mecanismo de enobrecimento de um indivíduo, família ou clã, é confiado a um dos elos integrantes do tecido desse corpo social tuaregue, a quem cabe o papel de administrar a censura social.

2 A arquitetura social da identidade Tuaregue

É difícil falar do corpo social e de seus componentes sem se alongar muito. Retenhamos de uma forma sintética, que o esqueleto social tuaregue é estruturado, com base nos seguintes corpos, citados abaixo:

- O corpo dirigente, a quem é confiado o exercício do poder executivo e que é assimilável à aristocracia clássica. Os membros desse corpo são chamados *imajighane*.
- O corpo dos religiosos, a quem é confiado um papel próximo daquele de um clérigo clássico, sendo chamado de *inislimane*.
- O corpo das disciplinas, que agrupa todos os homens livres que constituem o prolongamento armado do poder executivo, sendo chamados de *imghad*.
- O corpo dos homens de ciência, que detêm a tecnologia e o saber terrestre. Eles se chamam *inadane*. É a eles que é confiada a tarefa da censura social. O seu papel é moldável, à vontade daqueles que dirigem. Eles estão a seu serviço.
- A classe servil constituída, de início por homens estrangeiros à sociedade (contro-

lados no decorrer da marcha de conquista do povo tuaregue), mas que são integrados, pouco a pouco, segundo suas aptidões em adquirir as características de nobreza. Nos tuaregues, um homem é livre, quando deixa de ser um perigo à sociedade, pelo seu comportamento. A classe servil é, muitas vezes, repartida entre as outras classes. Tarefas subalternas lhe são confiadas. Esta classe é composta de *eklan* (derivativo de *takwalt*: cor preta).

O funcionamento desta estrutura é bastante complexo. Lembremos somente que cada elo desta corrente é útil a todos os outros e, que é a solidariedade do conjunto que constitui o mundo tuaregue. Se um só desses elementos faltar, esse mundo é amputado. Como veremos adiante, o enfraquecimento atual do povo tuaregue é conseqüência de disfunções observadas desde o início do século XX, ocasionadas pela dominação colonial. Foi a partir daí que a trama do desenvolvimento foi perturbada. A regulação da sociedade não se faz mais baseada em regras originais. Outros vieram impor as suas, sem conseguir assentá-las até hoje, mesmo tendo se dado desde há tanto tempo, diante de uma resistência tuaregue bastante tenaz.

3 A civilização Tuaregue: um caminhar milenário

Um rápido histórico do caminhar do povo tuaregue, nos levaria fora da África, para chegar nos altos planaltos mongóis e na antiga Mesopotâmia, ou na antiga Fenícia, portanto, um conjunto de origens que nos colocam no centro da Ásia. A Europa nos acolheu muito mais tarde, num movimento migratório levado a oeste. Estas migrações milenares conferiram nossas origens indo-européias. Mas voltemos à África, que se tornou definitivamente o molde de nossa identidade atual. O império egípcio foi o início de nossa odisséia africana. De fato, foram as dinastias destituídas do poder, que fundaram o Império Líbio, há 300 anos AC. O novo império estendia-se do atual vale de Siwa, no oeste egípcio, até o oceano Atlântico ao oeste. O limite sul foi, pouco a pouco, delimitado pela migração lenta e progressiva. O cenário desse movimento migratório foi o Sahara central, que foi e perma-

nece o berço da civilização tuaregue, no qual misturaram-se raças amarelas, brancas e negras, e que finalmente deram lugar a essa formidável mistura racial, unida em torno da mesma identidade e, cuja âncora é a língua *tamajakht*, escrita com o alfabeto que nos legaram nossos originários fenícios e que, se chama *tifinagh*.

O primeiro imperador a reinar sobre o Império Líbio chamava-se Ifriquos, nome que veio da armadura de ferro com a qual o imperador esteve sempre vestido, formado de várias *tifareghene* (peças forjadas e trabalhadas em ferro que entram no conjunto de uma armadura). Os árabes transformaram esse nome em *ifriquia*. As primeiras crônicas que permitiram aos europeus conhecerem a África, chegaram até eles pelos árabes e todas falavam a respeito desse personagem. Não é proibido pensar que o nome do continente veio daí.

4 A Nação Tuaregue: origens da desestabilização

Essa bela história começou a ser abalada pelas conquistas e invasões estrangeiras, principalmente a conquista islâmica, conduzida pelos árabes vindos da península arábica, a partir do século VII de nossa era. A chegada desses povos conquistadores dispersou o conjunto tuaregue e o empurrou tanto para o sul do Sahara, como para os maciços montanhosos do Sahara e para a costa mediterrânea. Uma boa parte da nação tuaregue foi anexada desde com todas as seqüelas que acompanharam essa anexação. A parte deles que resistiu conseguiu, muito mais tarde, recompor a nação toda, ao longo do Sahara central. Os tuaregues adotaram o Islã, muito tempo depois, no século IX, graças ao método pacífico dos Fatimiditas (descendentes diretos do Profeta Mensageiro Mohamed - OSL), que não procuraram nos despersonalizar, ao se fundar como povo. Desde esta época, os tuaregues tornaram-se muçulmanos, mas não perderam a sua identidade. Nessa osmose, o Islã foi quem mais se adaptou à nossa civilização, cujos valores foram aqueles já apreçados. Os tuaregues tornaram-se os porta-bandeira dessa religião, na parte meridional do Sahara, o Sahel.

5 Os efeitos devastadores da colonização francesa

A história recente da nação tuaregue foi marcada pela colonização européia, principalmente a francesa, durante a primeira metade do século XX. Após resistir ao avanço colonialista, os tuaregues vencidos militarmente entre 1904 e 1918, suportaram e ainda hoje suportam os efeitos perversos da colonização. Assim que seu território foi descolonizado, ele foi recortado da África do Norte à África do Oeste. Desse modo encontraram-se divididos entre a Argélia, a Líbia, o Niger, o Mali e o Burkina Faso. Em cada um desses países, os tuaregues ocuparam as posições sociais mais desconfortáveis, colocados em uma situação de parias e de intrusos. Ninguém mais quer saber deles. Quase sempre são considerados cidadãos de segunda classe, sendo vítimas de todo tipo de opressão. O colonizador convenceu os povos com os quais ele passou a se relacionar, de que os tuaregues seriam homens diferenciados, cometidos por todos os pecados de Davi e ainda de que sua identidade seria incompatível com os modelos de nações instauradas. Foram considerados, até mesmo, antídotos; inimigos jurados, uma identidade que eles deveriam fazer desaparecer, a qualquer custo. Não tendo atingido esse intento, o colonizador conseguiu prolongar seu domínio sobre a nação tuaregue, através desses Estados constituídos por diversas peças, desrespeitando o equilíbrio geopolítico natural anterior desses povos.

Nosso erro em relação aos franceses foi, o de contarmos com um sistema político, administrativo e social elaborado, assimilável aos modelos ocidentais, ao menos o mais procurado. Saímos, portanto, dos conceitos simplistas que tem os europeus sobre a África, para nos tornarmos potenciais concorrentes nessas terras, cheias de riquezas naturais, que os impérios europeus decidiram transformar em suas reservas. Militarmente vencidos, os tuaregues tornaram-se alvo de todas as estratégias destrutivas da administração colonial. O resultado, após varias décadas, foi o esfacelamento de seu tecido social, tanto no plano da organização estrutural e institucional, quanto nos planos político, administrativo, social e econômico. Os

tuaregues não contam mais com território, no qual possam exercer o pouco de poder que lhes sobra. A gestão coletiva da comunidade passou à mãos do dominador. Tornaram-se vulneráveis e à mercê de todos os perigos, tanto humanos quanto naturais. Seu sistema desarticulado não pode mais protegê-los eficazmente.

6 Uma nova era no horizonte

Hoje, ainda há uma sociedade tuaregue, num olhar mais otimista, que tenta se manter nesse ambiente mundial difícil. Através de um último sobressalto de orgulho e de sobrevida, graças à matriz de sua civilização, felizmente ainda viva, ela reconstrói, vagarosamente, um novo mundo tuaregue. Como veremos mais abaixo, ao redor dessas relíquias, pode se obter a visão moderna e adaptada às exigências do nosso mundo atual. Isto tem sido possível, graças à solidariedade internacional, que vem se sensibilizando cada vez mais com essa civilização, desde a revolta armada ocorrida na última década, e dos esforços diplomáticos que acompanharam o destino dessa civilização milenar e de algumas opiniões internacionais. No conjunto dos países nascidos da “balkanização” da nação tuaregue, os tuaregues, hoje, representam de 5 a 6 milhões. Eles vivem num espaço econômico rico e detêm capitais importantes. Os tuaregues podem, dessa maneira, serem atores econômicos, ocupando um lugar de destaque na batalha do desenvolvimento. É por esse motivo, que pretendemos integrá-los, valorizando seu potencial cultural e sócio-econômico.

Quais seriam os mecanismos culturais ainda salvaguardados que tornariam os tuaregues aptos a participar do processo de desenvolvimento, infelizmente mundial, através de um desenvolvimento local compatível com as exigências normativas do desenvolvimento sustentável?

7 A gestão dos territórios tuaregues: um sistema dinâmico adaptado ao seu quadro e ao seu modo de vida

Povos postos à prova desde suas origens, diante da adversidade da natureza, os *imajighane* souberam se dotar, ao longo dos

séculos, de mecanismos sofisticados de regulação e gestão de seu capital econômico. Apesar de terem sido submetidos ao pior, pelas desonras vistas acima, esses mecanismos lhes servem ainda para permanecer em harmonia com o seu meio físico, social e econômico. Veremos a seguir, a gestão territorial compartilhada em todas as escalas da estrutura social.

Desde o início, o povo “tuaregue” soube que o meio físico no qual ele vive, constitui sua principal riqueza. Principalmente, na qualidade de pastores nômades, os *imajighane* sabem que devem viver em harmonia com esse meio, que acolhe a eles e seus rebanhos, e que ainda lhes fornecem os meios de subsistência, em quantidade e qualidade. É a única prova de um desenvolvimento local sustentável. Esse meio é constituído de desertos, oásis, de planícies e montanhas. Cada um desses elementos é o objeto de um estudo diferente. Todo deslocamento em seu interior visa respeitar o equilíbrio ecológico.

O conjunto do espaço territorial pertence à nação. A noção de propriedade fundiária individual não existe entre os tuaregues. É substituída por uma noção próxima de concessão. Entretanto a cadeia de responsabilidades inicia-se no indivíduo, passando pela família, pelo clã, pela tribo, pela federação, pela confederação e acaba na nação, ela sendo a responsável diante do cosmos, devendo-se respeitar seu equilíbrio. Cada elo da cadeia deve respeitar as normas de gestão elaboradas pelo escalão superior. Diante do bem comum, nenhuma tolerância é admitida. Deste modo, o micro espaço concedido é objeto de uma gestão rigorosa. Ninguém tem interesse a ser chamado à atenção pela *Assagawar* (Assembléia constituinte) do nível diretamente acima, para prestar conta de um mau comportamento. Os elementos, entendidos como recursos nesse território, são, geralmente, a pastagem, a flora, a fauna, a água, as árvores, os produtos da coleta, etc.

O ciclo dos deslocamentos é regulamentado, de maneira que o equilíbrio ecológico seja preservado. A cada estação, corresponde um percurso e um espaço bem determinado. Durante o período frio, por exemplo, os deslocamentos internos são limitados, em favor dos deslocamentos exteriores, em

direção dos vizinhos, para as trocas econômicas. A estação de inverno é aproveitada para o deslocamento e a convergência do conjunto dos corpos sociais em direção a uma zona de reagrupamento. É a estação dos encontros, das conversas coletivas, dos intercâmbios e das manifestações festivas. A comunidade fica dispensada das tarefas da água e da pastagem, ela pode se reencontrar para os balanços e as perspectivas da vida coletiva, em todos os níveis. Durante a estação seca, é observado todo rigor necessário para gerir as pastagens e os recursos, a fim de atravessar este período de união, muitas vezes difícil. O acesso a certos recursos, como as gramíneas selvagens e a colheita, condenado durante o período de abundância é autorizado nesse período.

A furação dos poços dentro dos espaços tribais, intertribais, federais, interfederais, confederais e interconfederais, respeita um código de rede, muito bem elaborado. Não há lugar para o improvisado. Os limites territoriais apesar de serem invisíveis ao mundo estrangeiro estão muitos bem marcados e são conhecidos dos tuaregues. A exploração dos pontos de água é livre, porque a água é a vida e, recusá-la mesmo ao inimigo, é contrário ao código "tuaregue", mas está sujeita a um código. Em geral, os poços são cavados nos limites territoriais para facilitar o acesso. No momento de sua utilização, cada tribo orienta a polia em direção a seu território, de modo que o uso ligado ao percurso cotidiano, seja suportado pelo seu espaço. A tribo vem e volta ao seu acampamento sempre pelo mesmo caminho. Evitamos assim, conflitos e usurpações abusivas.

A tribo é responsável por seu espaço, sob todos os aspectos. Ela explora todos os recursos que possui. Ela não tem o direito de ceder sua concessão a uma comunidade estranha à sua nação. Mas ela pode acolher uma tribo da mesma federação, ou não, e nesse caso, ela recebe uma notificação do nível superior. Por outro lado, a vigilância militar desse espaço lhe é atribuída. Entretanto a iniciativa de guerras defensivas, em caso de invasão, é de responsabilidade do nível superior, que reúne os meios necessários a esta defesa e, assegura a coordenação do corpo de defesa.

Em caso de violação deste funcionamento, voluntariamente ou por negligência,

a tribo é passível de desterritorialização. A gestão do espaço lhe é retirada. Paga sua inaptidão, sendo obrigada a emigrar. Mas as regras confederais mobilizam a federação vizinha para acolhê-la, arranjando-lhe um asilo. Entre os nômades assim como toda água é a vida *Aman iman*, a situação de um território é vital para o exercício da liberdade. A perda da gestão do território por uma tribo, de modo geral, não é definitiva. Após um tempo de exclusão, reexaminamos seu caso, avaliando seu comportamento dentro da federação anfitriã. Podemos, então, conceder-lhe novamente um território. Durante seu período de castigo, a tribo designada pelo termo *tamangart* (aquela que é adotada, que se apóia em alguém já que esta enferma) não goza mais da liberdade de se locomover.

As faltas que podem lhe levar a esta exclusão poderiam ser de várias naturezas como, por exemplo, ceder sem autorização, o seu direito a um corpo estrangeiro; uma má vigilância que tenha implicado em um incêndio na mata, num uso abusivo da pastagem ou de outros recursos naturais, a recusa de socorro a uma tribo vizinha em dificuldade, etc. Só o *assagawar* é habilitado a julgar essas situações e deliberar, segundo o interesse geral.

8 A gestão do meio: previsão e regulação das crises climáticas

É no conjunto do espaço territorial que são repartidas as zonas reservadas à segurança alimentar dos homens e dos animais. Na antiga *Tamajakht* o termo "*agdal*" designa essas zonas. Ele significa literalmente "interditado". Na atual cidade de Rabat, no Marrocos, existe um bairro que se chama *agdal* e que tem o nome de uma zona reservada aos reis, aos reis *Amazigh* que reinaram nesta parte do território marroquino, em uma época longínqua.

Estas zonas são efetivamente interditas para exploração, durante os períodos de abundância. As comunidades as utilizam, durante os períodos de reagrupamento, na estação seca ou durante as secas. Nesses momentos o acesso é admitido, mas se permanece submetido a uma disciplina rigorosa. Nos períodos de seca, assiste-se ao

desaparecimento de certas regras que regem o ciclo dos movimentos de transumância em todos os níveis. Em sua amplitude e sua frequência, os deslocamentos dos homens e dos animais são modificados, para permitir uma ocupação adequada do espaço útil e, para chegar às reservas, situadas, na maioria das vezes, nas montanhas e nos oásis, onde a água e as pastagens são protegidas pelos caprichos da natureza. Os territórios exploráveis são abertos a todo mundo. As comunidades ajustam-se às circunstâncias e os modos alimentares mudam. Os animais que não podem suportar este período difícil são trocados ou vendidos. A desestocagem torna-se a regra.

9 A Nação Tuaregue e seus vizinhos: uma solidariedade fundamentada sobre a controvérsia

Foram as secas que, entre outras coisas, levaram o povo “tuaregue” a estender seus territórios em direção ao sul. Algumas vezes isso se deu em meio à violência. Mas em geral, a convivência com as comunidades do sul, foi reciprocamente vantajosa. De fato, as produções de nossas comunidades são complementares. As do sul, fornecem cereais às do norte, que em contrapartida, fornecem produtos de criação. Durante sua passagem para o sul, os animais adubam os espaços cultivados.

O povo tuaregue e seu território servem de ligação às comunidades do sul em direção do grande norte, o Magreb. Foi assim que nasceu o comércio transahariano. Nessa corrente de intercâmbio, é evidente, que o papel dos tuaregues é capital, dada a posição geográfica estratégica de seu território.

O que acabamos de passar em revista é uma idéia da organização social, administrativa e econômica dos tuaregues no plano interno e externo. Esse sistema funcionou bem, durante os séculos passados, enquanto os tuaregues dependiam deles mesmos em seu território e quando o conjunto do esqueleto social intacto funcionava sem tropeços.

10 Os quadros estatais atuais: a necessidade de reformá-los

Como já mencionamos antes, os tuaregues saíram enfraquecidos do processo colonizador. A sociedade foi desestruturada, suas capacidades de regulação, em tempo normal ou em tempos de crise, foram amplamente amputadas. A classe dirigente foi dizimada. Os outros corpos vagueiam sem coordenação, num espaço, cuja gestão foi entregue a Estados, que estão longe de assumi-los com eficiência. O povo viveu sucessivamente, a conquista, a ocupação colonial, a pacificação, a normalização, tendo como pano de fundo, a expropriação territorial. Fechado em si mesmo, os povos tuaregues, privados de iniciativas, a não ser aquela relativa à sua sobrevivência mínima, e sob dominação, passaram a lamentar a perda de seu elaborado sistema de gestão coletiva e de desenvolvimento.

Hoje os tuaregues fazem parte de um conjunto de Estados, moldados sob medida, no que se diz respeito à configuração geopolítica pretendida pelo colono; voltados ao atendimento de seus interesses específicos. O sistema de gestão desses Estados não faz referência, em nenhum lugar, aos nossos valores culturais e aos nossos conceitos de desenvolvimento. Ele também não está relacionado com normas modernas, nas quais supõe-se que o mesmo se inspire. Hesitantes entre as nossas tradições alteradas e uma hipotética modernidade, os tuaregues sofrem o martírio e a miséria.

As políticas e orientações econômicas de nossos Estados e os modelos decorrentes de desenvolvimento vão, de derrota em derrota, enquanto os atrasos só se acumulam. Neste contexto local, já difícil pelos motivos que acabamos de mencionar, o mundo evoluiu e dita suas regras. Pretendemos, portanto, falar agora, de um desenvolvimento sustentável que tenha como pano de fundo a globalização. Com economias híbridas, políticas econômicas impertinentes, modelos de desenvolvimento pouco eficazes, modos operacionais inoperantes, quais seriam nossas chances, nesta louca corrida em direção ao crescimento econômico?

Para conseguirmos nossa entrada nesse novo cenário mundial de desenvolvimen-

to, nossos Estados deverão, obrigatoriamente, operar reformas, que levem em conta nossos potenciais culturais, por muito tempo, ignorados e ridicularizados, relegados a esquecimentos. Por isso, o Niger, por exemplo, cujo sistema é centralizado ao extremo, desde sua criação, deve soltar as amarras, para permitir às suas comunidades, entre elas o povo tuaregue, usar de seu potencial cultural e seus sistemas de gestão tradicional, para poderem se integrar, em sua marcha para o futuro.

A descentralização, enquanto sistema de administração, pode permitir ao nosso povo encarregar-se de si mesmo, recorrendo aos seus potenciais. Uma vez estabelecida, o Niger pode se orgulhar de dispor de um modelo de desenvolvimento territorial, que responde às aspirações de seus povos. Desse modo, os mesmos estariam se reconciliando com suas identidades, que queriam massacrar, em benefício de um modelo de nação bastarda e sem alma. O Niger poderia dessa maneira, e enfim, dispor de um código rural que fosse a soma dos modos tradicionais de gestão dos territórios. O conjunto do potencial econômico poderia, enfim, ser explorado como conhecimento, para um desenvolvimento sustentável.

11 A sociedade civil tuaregue: mutação para uma melhor abertura para o mundo

Apesar de abandonada a si mesma, há décadas, a comunidade tuaregue dispõe do mínimo para se envolver nessa marcha do mundo, pelo pouco que ela se beneficia da solidariedade internacional. Há uma década, a sociedade civil tuaregue viu nascer em seu seio, organizações e associações de desenvolvimento, que se empenham na melhoria do uso dos recursos locais para um desenvolvimento endógeno, por meio de uma organização moderna do tecido social. Esta transformação voluntária respeita as estruturas tradicionais da sociedade, assim como seus modos de produção.

Assim, a exploração do gado moderniza-se cada vez mais e se adapta ao novo contexto. As produções agrícolas e olerícolas dos oásis estruturam-se cada vez melhor, não só para melhorar o sistema de exploração, mas também para uma produção variada e

de qualidade, respondendo à demanda local, às necessidades do mercado nacional e internacional. Nosso artesanato, um dos melhores do mundo, articulado em torno de uma produção cada vez mais bem estruturada, conquista o mercado mundial, pouco a pouco. Nossos criadores organizam-se em cooperativas, para abocanhar mercados de gado e dos produtos derivados da pecuária, em nossas cidades e mesmo fora de nossas fronteiras.

Todas essas organizações, nascidas, principalmente, da dinâmica revolucionária inspirada nos movimentos armados da última década, criaram uma nova era de desenvolvimento, baseada no potencial local. O Estado desorganizado e regulado pelas lutas de interesses dos clãs, no lugar do desenvolvimento das comunidades, acabou por se deixar ficar distanciado dessas. Já a cooperação descentralizada com as regiões amigas da Europa, ocupa cada vez mais esse espaço.

12 O desenvolvimento local das regiões tuaregues com a solidariedade internacional

A sociedades civis, mencionadas acima, conseguiram, há algum tempo, atrair a solidariedade internacional, de uma forma reduzida, mas eficaz. Podemos mencionar aqui os programas locais estabelecidos pelas populações locais, graças à ajuda de pequenas associações benevolentes ocidentais. Estes programas, verdadeiras fontes de intercâmbios de pesquisas, envolvem todos os domínios do desenvolvimento, tais como os setores sociais, setores dos comerciantes, da cultura, etc. Eles obtêm resultados muito positivos, em pouco tempo e com meios limitados. Fazendo um exame, descobrimos que o segredo de seu sucesso deve-se ao método de estudo. De fato, quanto mais as populações se envolvem na trama do desenvolvimento, principalmente na concepção, operação e avaliação dos programas que os envolvem, mais os resultados são satisfatórios e condizentes com as necessidades de desenvolvimento das comunidades. Nesta forma de colaboração, há um apelo aos seus sistemas tradicionais de gestão e de exploração. Muitas vezes, incorporam a especiali-

dade das pessoas que vieram auxiliá-los. Antes, os grandes programas de desenvolvimento elaborados pelo Estado e as instituições multinacionais, não arriscavam perguntar aos beneficiados sobre suas capacidades intrínsecas e suas aspirações. Os burocratas decretavam que eles não tinham voz no capítulo. Eles pensavam no seu lugar. Está aí como todos estes grandes programas só conseguiram enriquecer aqueles que os iniciaram, financiaram e os executaram.

Na região de Agadez, por exemplo, a cooperação descentralizada com a região da Costa de Armor na França, obtém, atualmente, resultados apreciáveis e duráveis, pela simplicidade do contato e do grau de implicação das populações beneficiadas. Assim os acampamentos, objeto de suas intervenções, melhoraram as suas técnicas tradicionais de proteção ao meio ambiente e a forma de criação de gado. A segurança alimentar foi reforçada, e a poupança tradicional desenvolvida. A população tomou consciência de suas próprias capacidades e as mobilizam para si mesma. Ela passou a ter confiança em seus amigos, que vem de longe para apoiá-la. Já o Estado e seus representantes obtém efeito contrário. De fato, as populações nômades tuaregues ainda guardam na lembrança, os impostos que elas pagaram à força, nos anos 1960, que serviram para lançar as bases da economia nacional, mas que não foram investidos nas zonas nômades. Elas vivem ainda, a experiência da exploração das riquezas mineiras de seu subsolo e das quais não se beneficiaram. É assim que o Estado ficou desacreditado. Para essas populações, nada de positivo pode vir do Estado. A confiança perdida não voltará tão cedo.

Conclusão

A conclusão deste longo discurso pode ser feita em algumas palavras. Nesta nova era de mundialização e de desenvolvimento sustentável, em que as relações entre os povos mudam cada dia, a uma velocidade fenomenal, o povo tuaregue dispõe de um potencial cultural, humano, econômico, social e institucional, confiável e eficiente. Muito tempo em hibernação, diante de um século de desonras e instabilidade, ainda lhe resta a matriz, que pode servir de ponto de apoio para o desenvolvimento local, que pode ser conduzido e controlado pelas próprias populações. Se tiverem a iniciativa da concepção e execução, os programas locais de desenvolvimento terão a eficiência que poderão torná-los, elegíveis, na corrida para um desenvolvimento sustentável global. Se a cooperação internacional privilegia este eixo, há esperanças de instalação de uma verdadeira era de desenvolvimento, que valorize as potencialidades locais. Para que estas últimas possam se exprimir verdadeiramente, é preciso que as comunidades beneficiem-se de uma margem de manobra suficiente, que só a descentralização do poder de decisão pode lhes conferir. Não haverá desenvolvimento local sem poder de decisão local e não haverá desenvolvimento sustentável global sem desenvolvimentos locais voluntários e respeitosos dos valores locais. É então necessário que as populações locais gozem de uma autonomia política, que lhes permitam se encarregarem de uma dinâmica nacional harmonizada e regulada por um Estado menos pesado e que se volte de uma forma resoluta para o desenvolvimento de seus valores locais.